



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE DOUTORADO

**A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES:
DA INSPIRAÇÃO NA ESPIRITUALIDADE VICENTINA À ANTECIPAÇÃO
DAS EXIGÊNCIAS DA ENCÍCLICA
*RERUM NOVARUM***

ALEXANDRE JOSÉ GOMES DE SÁ

RECIFE – PE

2020



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE DOUTORADO

ALEXANDRE JOSÉ GOMES DE SÁ

**A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES: DA
INSPIRAÇÃO NA ESPIRITUALIDADE VICENTINA À ANTECIPAÇÃO DAS
EXIGÊNCIAS DA ENCÍCLICA
*RERUM NOVARUM***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Religião.

Linha de pesquisa: Tradições e Experiências Religiosas, Cultura e Sociedade.

Orientador: Professor Doutor Newton Darwin de Andrade Cabral.

RECIFE – PE

2020

Catálogo da publicação na Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Nome do Doutorando: Alexandre José Gomes de Sá.

Título: A Ação Social Católica de Carlos Alberto de Menezes em Pernambuco: da inspiração na espiritualidade vicentina à antecipação das exigências da encíclica *Rerum Novarum*.

ALEXANDRE JOSÉ GOMES DE SÁ

**A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES:
DA INSPIRAÇÃO NA ESPIRITUALIDADE VICENTINA À ANTECIPAÇÃO DAS
EXIGÊNCIAS DA ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM***

Tese **aprovada** como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora:



Dr. José Bento Rosa da Silva – UFPE
Avaliador externo

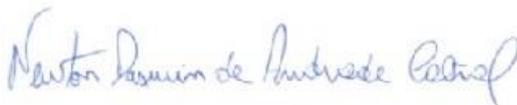


Dr.ª Rubenida Maria Rosinha Barbosa – UFPE
Avaliadora externa

Dr. Luiz Alencar Libório – UNICAP
Avaliador interno



Dr.ª Zuleica Dantas Pereira Campos – UNICAP
Avaliadora interna



Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral – UNICAP
Orientador

RECIFE/2020

RESUMO

Preceitos inspirados na espiritualidade vicentina têm, ao longo de quase dois séculos de história, norteado a vida de milhares de cristãos pelo mundo, até a hodiernidade. As formas como esses preceitos influenciaram a vida e as ações do engenheiro fluminense Carlos Alberto de Menezes – a “sua” Ação Social Católica – ASC, que na Tese recebem a alcunha de *Ações Menezianas*, AM's, empreendidas no Complexo Industrial de Camaragibe – CIC, entre os anos de 1891 e 1904 é o objeto de estudo desta Tese. Em Camaragibe, ele foi o idealizador e administrador-sócio do CIC, tendo edificado a primeira Vila Operária da América Latina. Através de uma pesquisa de cunho bibliográfico (respaldada em fontes primárias – algumas já digitalizadas – e outras iconográficas). Busquei fundamentos para demonstrar que os *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina*, presentes nas AM's, se “anteciparam” às indicações e/ou exigências postas pela encíclica *Rerum Novarum* – RN, promulgada pelo Papa Leão XIII, em 1891. Tendo como cenário as antinomias sociais decorrentes da Revolução Capitalista Industrial, foram contextualizadas as recomendações expressas e/ou postas pela Igreja Católica, sobretudo com base nesse documento papal. Verificou-se como essas exigências foram recebidas e aplicadas na administração societária do CIC, por Menezes, e como essas se fizeram presentes nas suas ações pioneiras. Tratou-se, ainda, das influências sobre as AM's, das experiências realizadas isoladamente pelos industriais Léon Harmel (na França) e Robert Owen (no Reino Unido e nos Estados Unidos da América). Porém, o objetivo maior dessa pesquisa, foi o de demonstrar que *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina* e presentes nas AM's, se “anteciparam” às indicações e/ou exigências postas pela *Rerum Novarum*.

Palavras-chave: Igreja Católica, Poder, Questões Sociais, *Ações Menezianas*, Representações.

ABSTRACT

Precepts inspired by Vincentian spirituality have, throughout almost two centuries of history, guided the lives of thousands of Christians throughout the world, right up to today. The ways in which these precepts have influenced the life and actions of the engineer from Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Menezes – "his" Catholic Social Action – CSA, who in his thesis was nicknamed the *Menezian Actions*, MA's, undertaken in the Industrial Complex of Camaragibe – CIC, between the years 1891 and 1904 is the object of study of this thesis. In Camaragibe, he was the idealizer and administrator-partner of CIC, having built the first Workers' Village in Latin America. Through a bibliographic research (supported by primary sources – some already digitalized – and others iconographic). I looked for foundations to show that the precepts inspired by the Vincentian spirituality, present in the, MA's, "anticipated" the indications and/or demands made by the encyclical *Rerum Novarum* – RN, promulgated by Pope Leo XIII in 1891. Taking the social antinomies deriving from the Industrial Capitalist Revolution as a backdrop, the recommendations expressed and/or put forward by the Catholic Church, especially on the basis of this papal document, were contextualized. It was verified how these demands were received and applied in the corporate administration of the CIC, by Menezes, and how they were present in his pioneering actions. It was also a question of the influences on the MA's, of the experiments carried out alone by the industrialists Léon Harmel (in France) and Robert Owen (in the United Kingdom and the United States of America). However, the main objective of this research was to show that precepts inspired by Vincentian spirituality and present in the MA's, "anticipated" the indications and/or demands made by RN.

Keywords: Catholic Church, Power, Social Issues, *Menezian Actions*, Representations.

*Ergue os submetidos, marca os renegados,
samba na alegria dos pés congregados.
Encoraja os gritos, acende os olhares,
ajunta os escravos em novos Palmares.
Desce novamente às redes da vida
do teu Povo Negro, Negra Aparecida!*

Milton Nascimento.

AGRADECIMENTOS

De catador de estrumes para vender às senhoras que tinham plantas em suas casas, em Jardim Brasil II, atuando depois como carregador de fretes na feira do bairro de Peixinhos, em Olinda, em seguida vendendo jornal – o Diário de Pernambuco – no bairro do Paissandu e em Boa Viagem, e chegando a trabalhar como funcionário de serviços gerais em uma clínica na Boa Vista, foi longa e árdua a jornada para chegar até o Doutorado em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Aliás, entre os anos de 1977 e 1978 depusitei lixo, a mando da minha querida avó materna (Dona Antônia), no outrora terreno baldio, onde hoje está localizado o bloco G-4 da mesma UNICAP, local de funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – PPGRC.

Parece mentira, mas não é: *a vida dá muitas voltas e elas não são facilmente compreendidas*. Justamente “no mesmo local”, nesse primeiro semestre de 2020, após uma trajetória iniciada em 2016 – depois de muita transpiração e um pouco de inspiração sertaneja (que me faz, “*antes de tudo, um forte*”, parafraseando o grande escritor Euclides da Cunha) – eu defendo a minha Tese de Doutorado.

Para clarificar o que a princípio parece inexplicável, quando garoto, eu, entre os 6 ou 7 anos de idade (nasci em 28 de junho 1971), depusitei o lixo oriundo da casinha humilde de minha avó materna (que fora merendeira por quatro décadas) da Escola da Fábrica da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco – TSAP, situada na sua pequena e pobre Vila de Operários, no bairro da Boa Vista, no Recife – casinha que ainda hoje está de pé.

Agora, não vou mais despejar lixo num terreno antes baldio, vou enfim, defender e legar conhecimentos científicos, fruto de uma pesquisa na qual eu trabalhei e batalhei incansavelmente para consolidá-la.

Se alguém curioso me perguntasse qual a receita ou o segredo dessa “GLÓRIA PESSOAL” sobre a qual eu escrevo com alegria e “orgulho”, eu diria que não há receita que possa ser dada e que tampouco há segredo ou segredos nela. O que aconteceu, de fato, é que eu simplesmente segui o conselho básico, porém decisivo, de uma pessoa, a minha mãe (infelizmente, falecida em 2017 e que não poderá assistir a defesa de minha Tese). Uma mulher que, quando criança e adolescente, foi estudante e ao mesmo tempo faxineira da

escola que funcionava na fábrica já supracitada. Pois foi justamente a minha mãe quem me moldou enquanto ser humano e homem, e era ela quem sempre me dizia e repetia sem cansar a frase:

“Nunca deixe de estudar, Alexandre! Nunca deixe de estudar!”.

Então, foi somente isso o que eu fiz, segui os conselhos da pessoa que me pôs no mundo, aquela que mais me amou na vida, e a que mais me mostrou a relevância da educação. Dessa forma, persistindo com fé, e nunca abandonando os estudos, e ainda trabalhando duro paralelamente a eles, eu consegui obter êxitos.

Como diria o discípulo de Cristo, Paulo: “*Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele Dia* (2 Timóteo 4: 7 – 8).” Ou seja, no dia 1 de junho de 2020, às 09 horas, definitivamente, defenderei a minha Tese de Doutorado.

No entanto, é claro que ninguém se faz só nessa vida, menos ainda, ninguém se faz um Doutor só, posto que seria um empreendimento demasiado solitário, autossuficiente e até mesmo arrogante, uma transformação sem o reconhecimento justo e sincero de que na verdade foi demandado nos últimos quatro anos o apoio de muitas pessoas.

Então, o primeiro agradecimento é à minha mãe, alguém de quem sinto muitas saudades, mas sei, que ela me “acompanha” para onde eu for todos os dias de minha vida.

Na verdade, reitero, nunca estive e nunca estou sozinho em minhas “lutas”; assim, faço questão de registrar os meus mais humildes agradecimentos também:

Ao amigo DEUS, que “*renova ‘em mim’ todas as coisas*”, e desde que eu nasci vem claramente se fazendo presente em minhas adversidades (me apoiando) e nas minhas conquistas (alegrando-se comigo). Enfim, creio piamente que sem ELE, nada seria possível, pois é DELE que tudo provém.

A Nossa Senhora da Conceição, “*minha Mãe, minha Rainha*”, a quem, após a defesa da Tese, agradecerei (juntamente com o meu pai, Marçal e a minha esposa Tatiana) subindo ao Morro da Conceição para rezar, de joelhos, pois é DELA que também vem a força para superar os desafios.

Com amor incondicional, agradeço ao meu pai Marçal Gomes de Sá – o meu melhor amigo – ou o amigo de sempre, que me telefona lá do Sertão quase todos os dias para saber como estou.

À minha esposa e AMOR, Tatiana, e à família de Tatiana, que hoje é minha família também.

À minha LINDA e amada filha Helena, e ao seu filho e meu neto Dante. Dante é o “*sal de minha terra e luz do meu mundo*”.

À minha também LINDA e amada filha, Lara. Lara é o meu “*bem querer*”.

Aos meus amados irmãos (Andréa e Eduardo), paradigmas de pessoas, aos meus cunhados Marcos e Rejane (e suas respectivas famílias) e aos meus sobrinhos (Bruna, Carlos e Mateus).

Ao meu Professor, o Doutor Newton Darwin de Andrade Cabral, na verdade o meu ORIENTADOR, um referencial acadêmico-profissional e de vida fraternal, que recebi de presente da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e de Deus, e que “não devolvo mais”. À Professora Doutora Zuleica Dantas Pereira Campos – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco - PPGCR/UNICAP –, pelas excelentes e elucidativas aulas, bem como pela, desde sempre, sensibilidade na percepção e na compreensão clara do meu objeto de Tese. Aos Docentes – como um todo – do Curso de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco – PPGCR/UNICAP.

Aos carinhosamente amigos-irmãos Professor Doutor José Bento Rosa da Silva, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. E à Professora Dayse Cabral de Moura, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – CE/UFPE. Ambos são membros do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco – NEAB/UFPE e do Instituto de Estudos da África da Universidade Federal de Pernambuco – IEÁfrica/UFPE. Centros de excelência em produção científica da qual me orgulho em fazer parte. Faço aqui o seguinte registro-elogio com relação aos dois, “*Bento e Dayse*”: poucas vezes fui tão bem tratado no meio acadêmico como fui por eles. Com receptividade, disponibilidade, sensibilidade e delicadeza, “*Bento e Dayse*”, ajudaram um homem de seus longos 48 anos de idade – eu –, a se descobrir, ou a, descobrir uma ancestralidade afro e/ou afro-brasileira. Ancestralidade pela qual, eu devo, desde já (após a defesa dessa Tese), com consciência

e altivez, contribuir com produção de conhecimentos objetivando o combate e a desconstrução de preconceitos e estereótipos nefastos. E farei isso de forma honesta e incansável como membro dos referidos centros, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco – NEAB/UFPE e o Instituto de Estudos da África da Universidade Federal de Pernambuco – IEÁfrica/UFPE. Bem como me esforçando ao máximo no Pós-Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. Pós-Doutorado que virá, sem dúvidas, virá.

Ao meu muito estimado Professor Doutor Marcos Ferreira da Costa Lima (Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – PPGCP/UFPE e Coordenador do maravilhoso Instituto de Estudos da Ásia da Universidade Federal de Pernambuco – IEASIA/UFPE, “grupo” do qual eu tive a honra de, quando possível, ser partícipe dos debates e atividades promovidos). O Professor Marcos Ferreira da Costa Lima é um exímio docente, autor e intelectual incansável, ativo em eventos pelo Brasil e pelo mundo. Além disso, ele consegue tempo para ser um constante modelo de humanismo e vasta sapiência que tanto continuam me inspirando – penso que, inspirando não só a mim, mas aos seus demais discentes e a todos os que têm a bela oportunidade de conviver com ele –. Enfim, o Professor Marcos é um belo exemplo de docência e decência, de cidadania e de amor pelo Brasil.

À minha, respeitosamente querida, Professora Doutora Maria Fernanda Freire Gatto Padilha – Docente do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGEcon/UFPE –. Outro exemplo de docente e pessoa que contribuiu muito como modelo a ser seguido para a minha formação e triunfos, e continua contribuindo, com sua inteligência privilegiada e carisma sem igual.

À Professora Doutora Andrea Sales Soares de Azevedo Melo, docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGEcon/UFPE e do Programa Integrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – PIMES/UFPE. Uma conhecedora profunda do ensino da disciplina Metodologia Científica.

Ao Professor Doutor Joao Policarpo Rodrigues Lima, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGEcon/UFPE e do Programa Integrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – PIMES/UFPE, pela sua constante seriedade e sobriedade na conduta de suas orientações.

Aos docentes, discentes e colaboradores do Programa Integrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – PIMES/UFPE.

Ao presidente e docente da Faculdade de Ciências Humanas de Igarassu – FACIG, Doutor Jurandir Bezerra Lins Filho (o Joca, um exímio administrador).

Ao coordenador e docente do Curso de Direito da FACIG, o Doutor Johan Oliveira (um humanista incrível e um amigo de todas as horas), pelas oportunidades de trabalho proporcionadas na bem-quista FACIG (uma Instituição de Ensino Superior – IES onde as relações interpessoais e de trabalho são tranquilas e saudáveis, com um tratamento respeitoso aos seus docentes, discentes e colaboradores).

Em específico, aos docentes e aos discentes do Curso de Direito da FACIG.

Ao Professor Paulo Roberto – Reitor emérito do Centro Universitário Faculdade Escritor Osman da Costa Lins - UNIFACOL –. Ao docente Sebastião Aquino (Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACOL. De forma geral, aos docentes e aos discentes do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACOL. Ao docente Péricles Tavares Austregésilo Filho, Diretor Pedagógico da UNIFACOL.

Ao diletante pesquisador Rubemar Graciano.

Aos amigos Ivaldo, Cadu, Pedro, Raquel e Felipe da SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo em Pernambuco. E a todos que compõem o quadro de colaboradores do Jornal “Folha de Ozanam”.

À brilhante e séria Doutora Ana Lúcia, que com sua ciência e firmeza, mas também com sua ternura, me ajudou a salvar a minha vida.

Aos escritores Prof. Dr. Luís Eduardo Carvalheira de Mendonça e Marcelo Lins.

Por fim, ao amigo-irmão Mazurky Gomes. O grande Mazurky (amigo-irmão, por adoção) e gestor do Polo Limoeiro de Pós-Graduações da UNIFACOL, por ter, desde 2016 – me

ajudado em muito a financiar parte considerável do meu doutorado (convidando-me para ministrar aulas no Polo Limoeiro) –.

Caro amigo-irmão Mazurky Gomes, mesmo com os meus erros e acertos, eu desejo muito que Deus ilumine a você e a sua família diariamente.

Por extensão, às amigas Maurelyne, Alexandra, Janaína, Marcos (e à sua esposa e filhos) e Gervson, todos colaboradores relevantes do Polo Limoeiro de Pós-Graduações da UNIFACOL.

Polo que é, sem dúvidas um local de trabalho maravilhoso e fraternal.

E por fim, à cidade de Limoeiro de forma geral, um lugar que aprendi a amar como uma terra patricia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AM's – *Ações Menezianas*
- AS – Ação Social
- ASC – Ação Social Católica
- ASCB – Ação Social Católica no Brasil
- ASI – Ação Social da Igreja
- ASVP – Associação São Vicente de Paulo
- CSA – *Catholic Social Action*
- CE/UFPE – Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco
- CIC – Complexo Industrial de Camaragibe
- CIPER – Companhia Industrial Pernambucana
- CM – Conselho Metropolitano
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COP – Corporação Operária de Camaragibe
- CPO – Centro Protetor Operário
- CS – Catolicismo Social
- CSS – Conferência do Santíssimo Sacramento
- CSSCJ – Centro Social do Sagrado Coração de Jesus
- DNE – Departamento Nacional de Estatísticas
- DMTE/UFPE ou DMTE/CE/UFPE – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal de Pernambuco
- DS – Doutrina Social
- DSC – Doutrina Social Católica
- DSI – Doutrina Social da Igreja
- ECAFO – Escola de Capacitação Antônio Frederico Ozanam
- EPRJ – Escola Politécnica do Rio de Janeiro
- EP/UFRJ – Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- EUA – Estados Unidos da América
- EUB – Estados Unidos do Brasil
- FACIG – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu

- g100: Lista que une as cem cidades brasileiras com menor receita corrente per capita e que possua mais de 80 mil habitantes
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IEÁfrica/UFPE – Instituto de Estudos da África da Universidade Federal de Pernambuco
- IEASIA/UFPE – Instituto de Estudos da Ásia da Universidade Federal de Pernambuco
- MA's – *Menezian Actions*
- MC – Modelo Camaragibe
- NEAB/UFPE – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco
- PIMES/UFPE – Programa Integrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco
- PPGCP/UFPE – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco
- PPGCR/UNICAP – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco
- PPGEcon/UFPE – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco
- PPGH/UFPE – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco
- RMR – Região Metropolitana do Recife
- RN – *Rerum Novarum*
- RNC – *Rerum Novarum Cupiditas*
- RPC – República Popular da China
- SCJ – Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus
- SESI – Serviço Social da Indústria
- SESS – Secretaria de Estado da Santa Sé
- SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo
- SSVP/PE – Sociedade São Vicente de Paulo em Pernambuco
- SSVP/RJ – Sociedade São Vicente de Paulo no Rio de Janeiro
- TL – Teologia da Libertação
- TSAP – Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco

- UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
- UNIFACOL – Centro Universitário Faculdade Escritor Osman da Costa Lins
- UNIFACOL/Polo Limoeiro – Centro Universitário Faculdade Escritor Osman da Costa Lins/Polo Limoeiro

LISTA DE FOTOGRAFIAS E IMAGENS

- Foto 1 – Engenheiro e administrador-sócio do Complexo Industrial de Camaragibe, Carlos Alberto de Menezes.....19
- Imagem 1 – São Vicente de Paulo.....22
- Imagem 2 – Antônio Frederico Ozanam.....24
- Foto 2 – Panorâmica de rua na Vila Operária de Camaragibe.....27
- Foto 3 – Indivíduo coletando água em um chafariz (ou bomba d'água), na Vila Operária de Camaragibe. Ao fundo, um conjunto do que parecem ser duas casas da referida Vila Operária.....29
- Foto 4 – Adélia, filha de Carlos Alberto de Menezes, e Pierre Collier, seu genro.....31
- Foto 5 – O industrial francês Léon Harmel.....34
- Imagem 3 – O industrial Robert Owen.....35
- Foto 6 – O Papa Leão XIII e a Encíclica *Rerum Novarum*.....36
- Foto 7 – Fábrica de Tecidos de Camaragibe.....37
- Foto 8 – Fábrica de Tijolos (ao fundo vê-se a Fábrica de Tecidos de Camaragibe)39
- Foto 9 – Grupo de operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe.....42
- Foto 10 – Escola de Meninos na Vila Operária de Camaragibe.....43
- Foto 11 – O Papa Francisco e os pobres hoje.....49
- Foto 12 – Vista recente do que restou das instalações da Fábrica de Tecidos de Camaragibe (localizadas no bairro hoje chamado de Vila da Fábrica)50
- Foto 13 – Folder com imagem de São Vicente de Paulo abraçando crianças (foto retirada na sede da Sociedade São Vicente de Paulo, Conselho Metropolitano de Olinda e Recife).....51
- Imagem 4 – Santa Luísa de Marillac.....56
- Foto 14 – Indivíduo coletando água em um chafariz, ou bomba d'água. Ao fundo, conjunto do que parecem ser duas ou três casas da Vila Operária de Camaragibe.....83
- Foto 15 – Escola Politécnica do Rio de Janeiro (instituição em que Carlos Alberto de Menezes cursou Engenharia, entre 1874 e 1878)85
- Foto 16 – Açude São Bento (localizado na Vila Operária de Camaragibe)88

- Foto 17 – Açude São João (no atual Bairro da Vila da Fábrica, outrora local de funcionamento da Vila Operária de Camaragibe)89
- Foto 18 – Fachada recente da edificação onde funcionou a escola voltada à educação de meninos.....90
- Foto 19 – Grupo de Pessoas – com músicos e estandarte – na Vila Operária de Camaragibe.....96
- Foto 20 – Edificação comercial na Vila Operária de Camaragibe.....97
- Foto 21 – Carlos Alberto de Menezes, engenheiro e administrador-sócio do Complexo Industrial de Camaragibe, com a sua família.....98
- Foto 22 – Grupo de operários descarregando algodão para a Fábrica de Tecidos de Camaragibe.....98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	40
1.2 JUSTIFICATIVA.....	45
1.3 OBJETIVOS.....	51
GERAL.....	51
ESPECÍFICOS.....	51
1.4 METODOLOGIA.....	52
1.5 REVISÃO LITERÁRIA.....	55
1.6 QUANTO AOS CAPÍTULOS DA TESE.....	62
2 IMPLICAÇÕES SOCIAIS DECORRENTES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E EXIGÊNCIAS POSTAS PELA IGREJA CATÓLICA COM BASE NA ENCÍCLICA <i>RERUM NOVARUM</i>.....	63
3 CARLOS ALBERTO DE MENEZES: A RECEPÇÃO DA <i>RERUM NOVARUM</i>, AS AÇÕES PIONEIRAS E A INFLUÊNCIA DAS EXPERIÊNCIAS DE LÉON HARMEL E ROBERT OWEN.....	82
4 A PRESENÇA DA ESPIRITUALIDADE VICENTINA NAS AÇÕES DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES.....	104
5 MEMÓRIAS VISUAIS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE CAMARAGIBE.....	133
5.1 AS FOTOS E SUAS ANÁLISES.....	135
5.2 POSSIBILIDADES DE FUTURAS PESQUISAS.....	144
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	145
ANEXOS	
A) MEMÓRIAS – FOTOS ANTIGAS.....	I
B) MEMÓRIAS – FOTOS RECENTES.....	XI

1 INTRODUÇÃO

Deriva da nossa fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade.

Papa Francisco

É de extrema relevância a participação dos leigos, enquanto católicos praticantes – perfil em que se enquadrava o engenheiro fluminense Carlos Alberto de Menezes (1855-1904) – na Ação Social Católica no Brasil - ASCB –, através da qual atuava visando criar possibilidades reais de atenuação das questões sociais que afligiam os brasileiros (em específico, os pernambucanos), em sua maioria pobres.

Desde a última década do século XIX, organizações confessionais voltadas aos trabalhadores foram criadas em Camaragibe, nos arredores de Recife. Em um intervalo de uma década, os clubes e associações dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe expandiram suas atividades e passaram a integrar uma rede de organizações católicas na região. Patrocinadas por Carlos Alberto de Menezes e, posteriormente, por Pierre Collier, ambos diretores da Fábrica de Tecidos, as organizações surgidas na vila operária de Camaragibe deram origem, em 1902, à Federação Operária Cristã, influente não só em Recife, mas também em Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Menezes e Collier faziam uso da força política fornecida pela rede de associações que dirigiam e de sua missão de fé para se manterem articulados, tanto com os clérigos locais e outros movimentos religiosos, quanto com políticos com os quais negociavam meios de conquistar melhorias nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores e, ainda, conseguir avanços na legislação social, naqueles tempos praticamente inexistente. Eles praticavam um tipo de gerenciamento do trabalho, inspirado nos ensinamentos sociais da Igreja, e criaram corporações, sindicatos, sociedades mutuais e cooperativas, além de escolas religiosas, nas vilas operárias do conglomerado industrial que participavam, a Companhia Industrial Pernambucana. O modelo de gerenciamento da fábrica e de relação com os trabalhadores escolhido por Menezes originou-se de transferências e interações transnacionais, especialmente com a França. (AMARAL, 2019, p. 2).

Em um país predominantemente católico, no final do século XIX e primeira década do século XX, o papel do laicato na ASCB, estava despontando de forma primordial. É importante ressaltar que a participação ativa do laicato tem também como função, para a Secretaria de Estado da Santa Sé – SESS, o combate à expansão de credos que disputavam espaço com o catolicismo, como, por exemplo, o protestantismo. Bem como consolidar a substituição dos ideários do marxismo-comunismo e/ou do anarquismo pelos

do Catolicismo Social – CS. No Rio de Janeiro – entre 1874 e 1878 – bem antes de assumir a posição de administrador-sócio do Complexo Industrial de Camaragibe – CIC, em síntese, a Fábrica de Tecidos, a Fábrica de Tijolos, a Vila Operária e a Estação Ferroviária. O então jovem (com apenas 21 anos de idade), Menezes, estudante de Engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, “aproximou-se” dos “*preceitos da espiritualidade vicentina*” (isso por volta de 1876), passando a nortear-se por esses, que são oriundos da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP. O CIC pertencia à Companhia Industrial Pernambucana – CIPER e, nele, um Menezes já “amadurecido” (para os padrões da época), ocupou o cargo de administrador-sócio entre os anos de 1891 a 1904 (ano de sua morte). Conforme Collier (1996, p. 34), “das instituições e entidades extra universitárias, a que parece ter-se ligado mais intimamente à sua formação foi a Sociedade de São Vicente de Paulo, da qual se tornaria um frequentador.” Realço que houve, por parte de Menezes, um envolvimento maior na SSVP no seu último ano (em 1878) de Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ, hoje Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EP/UFRJ. Todavia, “suas agendas de anotações” indicam que ele já mantinha relações com os vicentinos desde o seu segundo ano do curso de engenharia (mais precisamente a partir de 1876, dado já supracitado). Segundo Pereira (1991, p. 289),

em 1881, Carlos Alberto de Menezes vinha a Pernambuco para trabalhar na Comissão de Fiscalização da Estrada de Ferro Central, que começava no Recife e terminava em Caruaru, cobrindo uma distância de quase 180 km, como assinala o Padre Ferdinand Azevedo. Em Jaboatão conheceu Carlos Alberto o industrial Adolfo Pereira Carneiro, nascido na Argentina e grande patrocinador das ideias e dos planos do jovem engenheiro até então ferroviário. Em 1886, depois de ter estado vários anos no Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Menezes voltou para Pernambuco, onde exerceu o cargo de Diretor gerente da Companhia Ferro Carril.

Foto 1

Administrador-sócio do CIC, Carlos Alberto de Menezes



Fonte: COLLIER, E. Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph, 1996. p. 146.

Sobre os “*preceitos da espiritualidade vicentina*”, podemos – a princípio – afirmar que eles têm no “Reino de Deus” e na figura de “Cristo” os seus pontos centrais. Para os vicentinos Cristo é, de fato, o Salvador, a materialização de “Deus” no processo histórico da humanidade. Para eles, Cristo foi enviado por Deus para edificar uma obra, dessa forma, apresenta-se um Cristo (Messias) diferenciado, que veio para amparar as pessoas e não para ser cuidado. Segundo a Escola de Capacitação Antônio Frederico Ozanam (2011, p. 18-19), “na fé e na experiência de São Vicente de Paulo aparece um Cristo-Amor [...]. Um Messias servidor que se configura como servo, fazendo-se semelhante à pessoa humana.” Efetivamente, um Cristo prestativo até a sua mortificação na cruz, o “Ungido”, que veio para amparar, que observa em todos os postos e padrões uma manifestação de auxílio. Descobrir a base da caridade em São Vicente de Paulo e nos seus discípulos é entender a ação de Cristo na sua escolha pelo amparo aos mais pobres.

De acordo com Rossi (2015, p. 9), “Vicente de Paulo nasceu no dia 24 de abril de 1581, num [...] lugarejo chamado Pouy, no sul da França, numa região periférica e das mais pobres do reino. Era o terceiro de seis filhos – quatro rapazes e duas moças”, rebentos de um casal de nomes João e Bertranda, que eram trabalhadores camponeses pobres, tendo sido esse fato, determinante para a existência de Vicente de Paulo. Apesar de ter vivido no campo os primeiros 15 anos de sua vida – naquele ambiente, o cotidiano era árduo, de um labor excessivo – os seus genitores entenderam que o jovem Vincent tinha virtudes além do usual, sendo assim, era razoável direcioná-lo à instrução, garantindo, dessa forma, os objetivos de subsistência da sua parentela. Ou seja, a busca pela vida religiosa também foi, naquele tempo, uma alternativa de sobrevivência para escapar da miséria e da fome. No entanto, não posso afirmar que a situação de pobreza (necessidade material) em que vivia especificamente o jovem Vincent foi determinante para que ele buscasse a vida religiosa. Pelo contrário, é interessante invocar aqui um potencial vocacional dele para com a vida religiosa, que pudesse, gradativamente, estabelecer um elo e inseri-lo de forma ativa na dinâmica de uma instituição tão representativa como já era a Igreja Católica, à sua época, na Europa.

Conforme Teixeira (2015, p. 1), São Vicente de Paulo, entre 1585/1586 (as fontes não são muito claras quanto ao ano):

Torna-se, mais tarde, preceptor dos dois filhos de um advogado, iniciando-se assim na faina educativa. Anos depois, já em Paris, voltará a exercer este ofício junto aos filhos de outra família, os Gondi, sedimentando seu talento

pedagógico. O mesmo advogado, que o acolhera como hóspede em Dax, será também seu primeiro benfeitor, estimulando-o na carreira eclesiástica, tida à época como meio eficaz de ascensão socioeconômica. *Embora identificado com esta vocação, que lhe parecia ser mesmo a sua, as intenções e propósitos de Vicente ainda teriam que passar por um vigoroso processo de decantação e aperfeiçoamento.* (Grifo do doutorando).

Ainda segundo Teixeira (2018, p. 8-9):

Uma vida comunitária verdadeiramente fraterna, enriquecida pelo diálogo e pelo perdão, marcada pela comunhão no primordial, pela liberdade no secundário, pela caridade e pela verdade em tudo o que a ela se refere, torna-se, então, um terreno fértil para a maturação da própria vocação e a animação vocacional. Na sequele das primeiras comunidades cristãs, (...) São Vicente enfatizava a força de atração que a comunhão fraterna – iluminada pela fé e sustentada pelos vínculos da caridade de Cristo – pode exercer sobre os outros. Não se trata de uma estratégia de convencimento, nem de uma maquiagem artificial, mas de um esforço contínuo, de uma experiência vivida, que se irradia como por transbordamento. (Grifos do doutorando).

Tendo iniciado como pregador, na região de Clichy, França, em 1612, Vicente de Paulo criou a Confraria do Rosário, para glorificar a Virgem do Rosário e popularizar a veneração ao rosário. Em 1617, já como cura de Châtillon-les-Dombes (outra localidade francesa), constituiu a Primeira Confraria da Caridade, no dia 08 de dezembro, data comemorativa da Imaculada Conceição. Protetora e exemplo desta ação, ele situa a Bem-aventurada Virgem no regimento das confrarias, que foi criado pelo próprio religioso. Tal Confraria da Caridade objetivava homenagear Cristo, considerado o seu patrono, bem como a sua Mãe (Maria), e amparar os pobres e enfermos dos locais onde fossem estabelecidas. Quanto à disponibilidade de fontes sobre o que pensava São Vicente de Paulo, afirma Renouard (2004, p. 17):

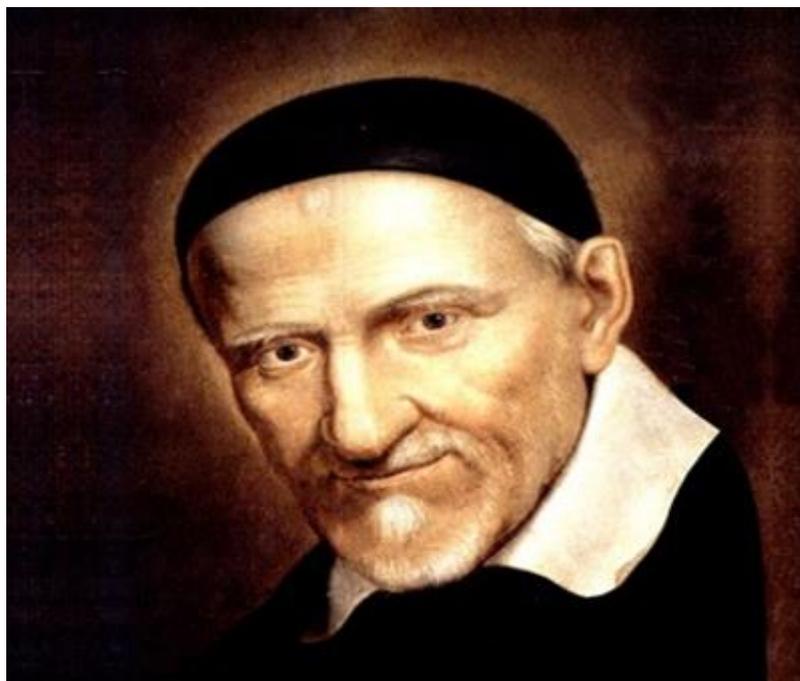
“Que paradoxo! As fontes que nos permitem captar o pensamento de São Vicente de Paulo estão reduzidas a uma porção insignificante. E, contudo, dispomos de catorze volumes de escritos diversos: cartas, palestras, documentos”. (Grifo do doutorando).

Por mais de duas décadas um lazarista de nome Pierre Coste (1668-1747), agrupou um conjunto considerável de escritos dispostos em oito tomos de cartas (cerca de 3.000). É possível que nessa correspondência se possa compreender muito de quem foi São Vicente de Paulo: um religioso entusiasmado. Ou em síntese, um indivíduo que alardeava coragem segundo a tradição do lugar, competente, intenso, devoto, amoldado como poucos aos seus semelhantes. Além de tudo isso, São Vicente de Paulo era um

homem espiritualizado, que explicitava o seu cerne àqueles ou àquelas que almejassem familiarizar-se com ele através da oração e da leitura de seus escritos. Para Guillaume:

Ele sonhava com um pequeno bosque. Feliz com êxito de uma missão no campo ao receber notícias a respeito, Vicente confessa em 1654: “É verdade, senhor, não posso me conter: devo dizer-lhe simplesmente que me vêm novos e tão grandes desejos de poder, entre minhas pequenas enfermidades, terminar minha vida junto a um pequeno bosque, trabalhando em alguma aldeia, e que parece que seria bem feliz, se a Deus conceder-me essa graça”. (2017, p. 472).

Imagem 1
São Vicente de Paulo



Fonte: Disponível em: <<http://www.hsvp.org.br/o-hospital/menu-1>>. Acesso:10 dez. 2016.

Quase dois séculos depois, embasado nos ensinamentos de São Vicente de Paulo, surgiu a figura extraordinária de Antoine Frédéric Ozanam (Antônio Frederico Ozanam, 1813 -1853), fundador, juntamente com amigos da Universidade de Sorbonne (na França), da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP. Segundo a Associação São Vicente de Paulo – ASVP, (1978, p. 5),

a 04 de fevereiro de 1834, um dos companheiros de Ozanam (Lião Le Prévost) *sugere a adoção do patrocínio de São Vicente de Paulo e o nome de Conferência de caridade é mudado para o de Conferência de São Vicente de Paulo. Por proposta de Ozanam, é invocada a proteção de Nossa Senhora à Conferência.* (Grifo do doctorando).

Com somente 21 anos de idade, Ozanam criou as Conferências de São Vicente de Paulo, que são grupos formados por leigos católicos que se reúnem (em confrarias) e executam ações de amparo aos miseráveis. Sua atitude fundamentou-se no liberalismo católico ou na corrente neocatólica dos franceses Hugues Felicité Robert de Lamennais (1782-1854), Jean-Baptiste-Henri Dominique Lacordaire (1802-1861) e do inglês Charles Forbes René de Tryon, conde de Montalembert (1810-1870), que erigiram o “L’Avenir”. O “L’Avenir” foi uma publicação em que intelectuais da elite teológica francesa preconizavam “Deus e liberdade”, cobrando o fim da alienação e da doutrinação de consciências e o fim do imperativo de pensamentos que fossem de encontro às regras do amor. Naquele tempo a SSVP "já contava com seis conferências em Paris e filiais em cinco grandes cidades: Lyon, Nantes, Rennes, Dijon e Toulouse, com perto de quatrocentos membros". (FRANCQUEVILLE *apud* CHIZOTI, 1991, p. 66). Em 1842, Ozanam viu, em uma das assembleias, mais de 600 jovens envolvidos, tendo a SSVP já 2.000 associados que amparavam 1.500 famílias. Em 1848, período em que a cidade de Paris foi atingida pela cólera (ou por uma epidemia dessa patologia grave), foi Ozanam quem montou um grupo de 40 “destemidos”, que distribuíram amparo material e espiritual aos enfermos.

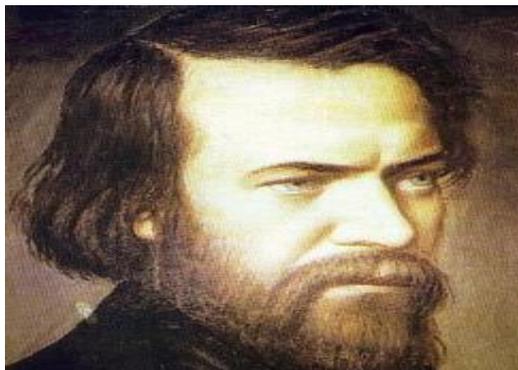
Para Gómes e Almeida (2017, p.7):

Ozanam também repudiava o egoísmo que, segundo ele, era a grande causa da pobreza humana. Ele costumava reclamar que as pessoas eram insensíveis e indiferentes ante ao sofrimento alheio. Isso o incomodava muito, e o angustiava desesperadamente. Ozanam sabia que, se superássemos a barreira do egoísmo e do individualismo, seria possível a transformação da sociedade. (Grifo do doutorando).

Conforme a Folha de Ozanam (2019, p. 3):

Também Ozanam foi um homem “todo caridade”, desde a infância até a morte. Como ele se parece com São Vicente de Paulo! Ozanam sempre conseguiu enxergar no rosto dos Pobres a face de Cristo, e sempre procurou deixar que Cristo, fosse refletido na face dos próprios refletidos. (Grifos do doutorando).

Imagem 2
Antônio Frederico Ozanam



Fonte: Disponível em: <<http://www.arquidioceseolindarecife.org/2015/04/vicentinos-celebram-aniversario-do-beato-frederico-ozanam/>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Quanto à sensibilidade e compreensão vicentinas acerca das questões sociais, em específico no tratamento mais humanizado voltado aos mais pobres, afirma Poggioli (2015, p. 126): “Vicente de Paulo disse: Deus ama os pobres e, por consequência ama aquele que ama os pobres. Somos chamados a empenharmo-nos com muito amor ao serviço dos pobres [...] *procuremos os mais pobres (vamos aos pobres)*.” (Grifo do doutorando). A palavra caridade é vista no sentido não só de auxiliar materialmente os pobres, mas de promovê-los na busca pela superação de sua condição de pobreza (ou de pobreza extrema), e é a marca que distingue a obra vicentina. Os vicentinos, portanto, amparam os pobres, ouvindo-os, dando-lhes atenção, estimulando neles a retomada do entendimento de que podiam ser novamente pessoas com dignidade já que todos foram feitos à imagem e semelhança de Deus. Os vicentinos encontram Cristo na figura dos mais pobres e empenham-se para concretizar ligações de confiabilidade e afeição. Procuram conhecer suas dificuldades, numa dialética de alteridade que não faz nenhum tipo de juízo de valor antecipado daqueles a quem servem. Na verdade, eles entendem os pobres como seus irmãos.

Foi no ano de 1872, no Rio de Janeiro, que foi criada a primeira Conferência Vicentina no Brasil. “*O comportamento de um cristão [...] passava por modificações [...] os vicentinos se mostravam para os trabalhadores afinados com o Cristianismo, como uma possibilidade de exercerem uma atuação social sem estarem vinculados às irmandades*”. (CABRAL, 2011, p. 292). (Grifo do doutorando). Atesta a regra da Sociedade São Vicente de Paulo – SSV, definida em 1833 (1996, p. 29):

Sua ação compreende qualquer forma de ajuda, por contato pessoal, no sentido de aliviar o sofrimento e promover a dignidade e a integridade do homem. A sociedade não somente procura mitigar a miséria, mas também descobrir e remediar as situações que a geram. Leva sua ajuda a quantos dela precisam. (Grifos do doutorando).

Já em Pernambuco, a história da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVV tem início em 1874, com a concretização do sonho do Padre Arsenne Vuillemin, que elegeu Manoel Ferreira da Silva, Antônio Maria de Farias Neves, Antônio Luiz de Melo Vieira, Manuel Maria Tavares da Silva, Gustavo Dubois e José Honório Bezerra de Menezes, os indivíduos mais ímpolutos e religiosos que constatara. Homens que tinham reais condições de elaborar a Conferência do Santíssimo Sacramento – CSS, que permanece oferecendo benefícios aos pobres até hoje através da Sociedade São Vicente de Paulo em Pernambuco – SSVV/PE.

Várias personalidades geriram a – SSVV/PE, à frente do Conselho Metropolitano – CM, a contar dos primórdios, espelhando uma essência de fé e abnegação. Para Correia (2014, p. 13), “com o grande administrador *Carlos Alberto de Menezes*, passando por Manoel Gomes de Matos e Luiz Correia de Brito, até Laldelino Câmara, foram assentadas as bases da SSVV.” (Grifo original).

A busca de Menezes pelos pobres (também na condição de operários e operárias), tratados(as) por ele como “família” – terminologia comum no convívio entre os membros da SSVV e que era estendido às pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica e “espiritual”, tornou-se mais clara quando ele assumiu a administração-societária do CIC, em 1891. Acreditava ele que a fortuna material deveria servir para beneficiar a vida de todos. Com relação a isso, aduz Azevedo (1986, p. 26-27):

Riqueza, [...] deve gerar melhoramentos para todos. Isto é essencial no pensamento de Carlos Alberto. [...] o dinheiro deve trabalhar para o bem comum. Vicentina, [...] foi a maneira como chamou os operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe: de família. (Grifo do doutorando).

Conforme Pereira (1991, p. 289),

em 1891 fundava-se a Companhia Industrial Pernambucana com o capital social de 6:000.000\$000. Observe-se que a fundação dessa nova sociedade, que já contava com uma usina em Goiana, além da Fábrica de Tecidos Camaragibe, no engenho Camaragibe, acontece no mesmo ano e um pouco antes da Encíclica Rerum Novarum, pois que a Companhia Industrial Pernambucana foi fundada em 23 de janeiro de 1891 e a Encíclica é de 15 de maio de 1891. (Grifo do doutorando).

A SSVP, no seu regimento, concebe os entes que alcançam seus amparos como segmentos da Família Vicentina. Tanto que Menezes optou pela manutenção de um “Livro da família” do CIC, como um diário em que ele registrava os acontecimentos mais relevantes do cotidiano na Fábrica de Tecidos e na Fábrica de Tijolos essencialmente. Para Azevedo (1996, p. 27):

vicentina, certamente, foi a maneira como chamou os operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe: de família. A Sociedade de São Vicente de Paulo nos seus regulamentos considera as pessoas que recebem sua ajuda parte da família vicentina. É aí, em nosso parecer, que reside a razão pela qual Carlos Alberto decide manter um Livro da Família da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, uma espécie de diário, e nele apontava os acontecimentos. (Grifo do doutorando).

Segundo a Corporação Operária de Camaragibe (Primeiro relatório, 1901):

E em verdade, antes que tudo, manda a justiça e a gratidão que declaremos que a eles nós devemos tudo quanto temos feito; que eles têm sido nossos pais na acepção mais rigorosa da palavra, porque não nos têm ajudado só, nos têm dirigido, nos têm guiado e continuam a nos dirigir com o maior desvelo e amor. (Grifo do doutorando).

De acordo com Correia (2014, p. 33), “quando algum assistido precisava de roupas, calçados, utilidades domésticas, móveis e outros, recorria-se ao Bazar”. (Grifo do doutorando). Os bazares estavam vivendo momentos bastante positivos, já que aconteciam festividades em todos os anos, no mês de janeiro. Tais confraternizações combinavam com o período de abertura do bazar, que tinha as mulheres como responsáveis pela organização, tendo sido auferido considerável lucro em um dos eventos.

O tratamento “Família Vicentina” faz também menção às pessoas que se empenhavam em dar continuidade ao carisma vicentino através dos tempos. Segundo a ECAFO (2011, p. 14), “de acordo com o grau de afinidade e especificidade de cada grupo, a Família Vicentina possui hoje no Brasil, 22 grupos já identificados e, no mundo, mais de 165 grupos” (Observação: não foram encontrados dados mais recentes). Esses grupos detêm como legado compartilhado, a certificação de São Vicente de Paulo como o pioneiro ou como a origem do ideal de amparo aos pobres. Guardam uma destacada inclinação para essa missão e conservam uma religiosidade assentada na prática do seu precursor, com destaque singular na benevolência tangível e real, “vívda na *simplicidade e na humildade*” (ECAFO, 2011, p. 14). (Grifo do doutorando).

Foto 2
Panorâmica de rua na Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a>>. Acesso: 20 dez. 2016.

A princípio, baseando-nos nas regras de disciplina examinadas na literatura de Michel Foucault, com ênfase na obra “Microfísica do Poder” (1984, p. 93), destaco:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX (...).

Aduz a Corporação Operária de Camaragibe quanto as condições de trabalho no CIC, (Primeiro relatório, 1901):

Como já tivemos ocasião de dizer, estamos convencidos de que o nosso projeto foi feito com todo o cuidado e competência. Com efeito, a todas as questões mais importantes nos parece ter dado uma atenção correspondente... *as de higiene, dando ao edifício grande número de aberturas, não só para garantir a salubridade do pessoal, como se pode exigir dele o máximo de trabalho, em um clima que enlanguece (faz perder as forças) e abate quando se trabalha dentro de paredes fechadas; a de elevação do pé direito, a quase o dobro do que se usa na Europa para o mesmo fim; as de ordem e higiene moral, dispondo as diversas seções de forma a poder o pessoal mover-se de umas sem atravessar as outras e não deixar em perigosa promiscuidade os dois sexos, o que constitui em toda a parte tão copiosa fonte de imoralidades e desordens.* (Grifo do doutorando).

Conforme Brandão e Lima (2012, p. 163-164):

A preocupação manifestada com o planejamento arquitetônico do edifício da fábrica, tanto em relação às condições físicas de higiene e salubridade quanto com as de “ordem e higiene moral”, remetem ao emprego disciplinador da arquitetura, identificado, por Foucault, ao longo do século XIX. (Grifo do doutorando).

Sob a administração-societária de Menezes foi iniciada a construção de uma vila – a Vila Operária de Camaragibe – como parte importante do CIC. Afirma Chermont (1909, p. 578-579): *“a vila operária foi construída a pequena distância da fábrica e 13 metros acima do nível da esplanada da mesma. O local elevado, em ótimas condições higiênicas, bem ventilado e favorecendo o escoamento rápido das águas”*. (Grifo do doutorando). Menezes, além de oferecer moradias dignas e amparo, dentre outros benefícios, aos operários-pobres, bem como aos mais abastados (técnicos, especialistas, engenheiros, religiosos e religiosas, em síntese), concretizava enfim o seu “catolicismo-viceentino” positivamente fervoroso. Com o apoio de religiosos(as) por ele trazidos da Europa, zelava pelos bons costumes e hábitos na Vila Operária, objetivando a manutenção de uma convivência próspera e civilizada entre os seus operários-moradores e seus familiares. Junto com o progresso do CIC, diversas habitações, com ênfase para os operários-pobres, foram edificadas na Vila Operária, “com altos padrões higiênicos para a época, surgindo a primeira vila operária da América Latina, conhecida como Vila da Fábrica”, (MENDONÇA; LINS, 2015, p. 18). (Grifo do doutorando). Constituindo-se, de certa forma, em privilégios não existentes na grande maioria das acanhadas e estreitas habitações dos pernambucanos pobres do período. À época, muitas moradias eram espremidas umas contra as outras, no feitio análogo ao das mais precárias estalagens, com características de verdadeiras tumbas.

Para Brandão e Lima (2012, p. 23) os estatutos da CIPER, de 1891, sugeriam:

Introduzir em suas fábricas, operários estrangeiros escrupulosamente escolhidos na Europa, com todas as condições de aptidão e moralidade, aos quais fará todas as vantagens, desde a instalação em habitações cômodas e higiênicas, até a organização de escolas, hospitais, instituições de economia, beneficência e auxílio mútuo, divertimentos etc.; capazes de compensar o esforço. (Grifo original e Grifo do doutorando).

Ainda segundo os autores supracitados (2012, p. 172), “a investigação sobre as origens da presença de um componente moralizador no sistema de fábricas encontra-se

indissociavelmente associada à análise, efetuada por Michel Foucault”. (Grifo do doutorando).

De acordo com Collier (1996, p. 63), aludindo a Menezes:

Projetamos para o nosso pessoal todas as vantagens, como escolas para seus filhos, instituições econômicas, beneficentes e cooperativas. Queremos (...) o alimento moral da religião, esse elemento tão poderoso de moralidade. (Grifo do doutorando).

Foto 3

Indivíduo coletando água em um chafariz na Vila Operária de Camaragibe
(ao fundo, um conjunto de duas casas da vila)



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a.1535296350081491/1535296516748141/?type=3&theater>>. Acesso: 20 jan. 2016.

De fato, a religião funcionou como um instrumento para a manutenção da disciplina social, porém seu cerne era a manutenção da caridade como uma das metas fundamentais. Conforme Santana (2007, p. 3),

compreendemos caridade como o auxílio voltado ao desenvolvimento pessoal do sujeito alvo da ação de caridade. Ou seja, a caridade envolve ações de auxílio moral, espiritual e material, de forma a desenvolver a pessoa auxiliada para que esta se torne capaz de mudar a realidade em que vive. (Grifo do doutorando).

No entanto, a disciplina social e a caridade, com algumas ressalvas, podem ter funcionado como “aliadas” de um modelo econômico (o Capitalismo Industrial, em sua configuração incipiente, no caso do Brasil da época de Menezes), impulsionado, em suma,

por fundamentos basilares, como a produção e reprodução corrente dos lucros, a manutenção da saúde dos(as) operários(as) com intuito na verdade de mantê-lo “incessantemente” produtivo e/ou eficiente e eficaz (empregando termos atuais) e a garantia da propriedade privada.

A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente não mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidente por uma moral rigorosa; daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. (FOUCAULT, 1984, p. 129). (Grifo do doutorando).

Afirma Andrade (2006, p. 108):

Um novo ciclo produtivo – o têxtil – teve origem a partir de 1891, quando outro engenho, o Timbi, foi vendido para a Cia. Industrial Pernambucana, onde foi instalada uma indústria de tecidos. A fábrica ganhou impulso com o surto industrial após a Proclamação da República, em 1889. Para a época, a região que hoje é conhecida como Camaragibe tinha uma estrutura que possibilitava a chegada da matéria-prima e o escoamento da produção, através da linha férrea. O crescimento da economia local deu-se também por sua proximidade com Recife. A produção trouxe consigo a demanda por moradias para abrigar os operários e comércio levando à criação, de acordo com dados da prefeitura, de uma das primeiras vilas operárias do Brasil. O local teria também dado origem ao primeiro armazém para cooperativa de consumo do país. (Grifo do doutorando).

Foram, no geral, construídas 155 residências (algumas fontes mencionam 147 residências), com uma população de 1.500 pessoas (entre operários e operárias e seus familiares). Tendo a Vila Operária a oferta de água potável e saneamento básico. Menezes vislumbrou a contemplação de demandas sociais básicas, com um pensamento, podemos afirmar, de vanguarda para o seu tempo. Uma prova do fervor católico-vicentino de Menezes e do seu comprometimento não só com as suas atribuições de administrador-sócio do CIC. Mas com a vida social e religiosa de Pernambuco, em específico, do Recife, do final do século XIX e começo do século XX, é a aquisição feita por ele, na França, da estátua – imagem e demais acessórios – de Nossa Senhora da Conceição, posta em um

morro da Zona Norte do Recife (conhecido hoje como Morro da Conceição), inaugurada em 08 de dezembro de 1904, um dia após a sua morte.

Durante o tempo em que foi administrador-sócio do CIC, Menezes teve na pessoa do seu genro, o engenheiro francês, Pierre Collier, um fiel amigo e auxiliar.

A título de reiteração, é importante dizer que esta Tese busca demonstrar que *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina* e presentes naquelas que aqui passo a chamar de *Ações Menezianas*, ou AM's, enquanto administrador-sócio do CIC se anteciparam às indicações e/ou exigências postas pela encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Nessa empreitada, destaca-se a parceria profícua com Pierre Collier na condução dos negócios do CIC e na Ação Social Católica – ASC de Menezes ou na verdade nas AM's foi imprescindível. Eles se conheceram em 1891, durante uma viagem que Menezes fez à França. Collier, também engenheiro, veio para o Brasil com Menezes, em dezembro de 1891, e aqui consolidou matrimônio com Maria Adélia, filha primogênita de Menezes.

Foto 4

Adélia, filha de Carlos Alberto de Menezes, e Pierre Collier, seu genro



Fonte: MENDONÇA, L. C. de; LINS, M. Carlos Alberto de Menezes: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015. p. 15.

Tomando como base um contexto histórico mais amplo e mais distante no tempo, foram demasiado contundentes as implicações sociais geradas pela Revolução Capitalista Industrial (no século XVIII), tais como o aumento desordenado das cidades – provocado

pela migração desmedida de pessoas oriundas do campo, gerando o grave problema das “submoradias” (contribuindo para a formação de cortiços patógenos) –. Os baixos salários; o lucro excessivo dos patrões; as condições insalubres de trabalho nas fábricas; a utilização inadequada de mão-de-obra infantil, feminina e até de idosos; a fome e o desemprego, entre outras consequências que culminaram no século XIX na “temerosa Questão Operária” (temerosa na perspectiva do patronato e do clero católico que nesse período empreendia um arrojado processo de romanização de sua estrutura no mundo). Assim, a Ação Social Católica – ASC, se fez necessária, como atesta Nascimento (2013, p. 11): “a concepção de ‘catolicismo social’ ou ‘movimento social católico’, emerge da necessidade de resposta por parte da Igreja Católica à questão social”. (Grifo do doutorando). No decurso do século XIX, a “Questão Social” (e Operária), alastrou-se vis-à-vis as adversidades impostas pela Revolução Capitalista Industrial que foram atraindo a preocupação dos católicos. Tão complexo cenário estimulou a elaboração de um dos documentos mais significativos da Igreja Católica, a encíclica *Rerum Novarum* – RN, em português: das coisas novas. E/ou *Rerum Novarum Cupiditas*¹, promulgada pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891. Nela, “o catolicismo social foi conservador nos princípios e objetivos, *mas socializante nos métodos*”. (PATRIARCA apud NASCIMENTO, 2013, p. 11). (Grifo do doutorando). Alguns *preceitos da espiritualidade vicentina* “podem ser vistos” tanto nas AM’s quanto na RN, são eles:

SIMPLICIDADE – A virtude da Simplicidade educa-nos na capacidade de desenvolver os valores da verdade, da sinceridade, da transparência (...). *HUMILDADE* – São Vicente de Paulo define a Humildade como a virtude que dá a característica essencial à missão na Pequena Companhia (...). *MANSIDÃO* – Etimologicamente, mansidão vem de “mansuetude” e manso de “mansus”, formado latim vulgar de “mansuetus” (...). *MORTIFICAÇÃO* – Por esta virtude somos interpelados a morrer para nós mesmos (...). É a virtude que pede que nos entreguemos totalmente, pensemos primeiro nos outros, pensemos especialmente nos Pobres antes de pensar em nós mesmos. *ZELO APOSTÓLICO* – Podemos identificar o zelo apostólico com paixão pela humanidade (...). O zelo é a consequência de um coração verdadeiramente compassivo. (PRADO; FRANCO, 2016, p. 1 - 19). (Grifos do doutorando).

Na prática, o plano moral-administrativo implantado por Menezes no CIC, recebeu “três” influência, sendo duas mais contundentes.

¹ *Rerum Novarum Cupiditas* (a sede de inovações).

A primeira delas, vem da experiência liderada pelo industrial francês León Harmel. De acordo com Ávila (1993, p. 70): “na ação concreta, se destaca a figura do empresário católico León Harmel, que entendia realizar ‘o bem do operário pelo operário, com o operário, para o operário, jamais sem ele ou contra ele”. O empreendimento de Harmel, em Val des Bois, na França, foi visitado por Menezes em 1891. Ele se impressionou com o que visualizou no local e decidiu estruturar o CIC, “seguindo” os moldes da experiência francesa”. Ainda a respeito da inspiração buscada nos feitos do industrial francês, que teve no Padre João Leão Déhon o amparo religioso, afirma Amaral (2019, p. 5-6):

Léon Harmel (1829-1915) foi um industrial francês que fez de sua fábrica de tecidos o laboratório para a formação de uma corporação cristã. O prédio central do complexo era a capela e o próprio Harmel vivia com sua família na vila operária. Na França, com intermédio de Harmel, Menezes fez contato com padre Léon Déhon (1843-1925), fundador da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus, que tinha como missão a aproximação entre Igreja e povo por meio do trabalho social. (Grifo do doutorando).

O padre Léon Déhon foi colaborador nas realizações de Menezes, pois eles estabeleceram contato desejando (Menezes) que aquele o religioso viesse a direcionar os serviços religiosos voltados para os trabalhadores do CIC. De volta ao Brasil, como vira na indústria de Harmel, Menezes incrementou os trabalhos de edificação do CIC e impulsionou os alicerces da estratégia de orientação cristianizada da laboração fabril “baseado peculiarmente em *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina*”. Segundo Amaral (2019, p. 6):

Padre Déhon e Carlos Alberto de Menezes mantiveram-se em contato por muitos anos. Em 1901, Menezes fez outra visita a Padre Déhon na França, quando discutiram sobre a possibilidade de a Congregação enviar mais padres para Pernambuco, o que se efetivou ainda naquele ano. Naquela época, a Congregação já estava estabelecida em Recife e seus padres ensinavam na escola da vila operária de Camaragibe. Um deles era o capelão da vila operária. O próprio padre Léon Déhon visitou Camaragibe em 1906, o que pode ser conhecido em detalhes pelos registros de seu diário de viagens. Cabe destacar que todo o envolvimento de Menezes com as congregações religiosas tinha o objetivo de criar formas de educação religiosa para seus operários, a exemplo da experiência da fábrica de León Harmel. Os dehonianos eram os capelães da vila operária de Val-des-Bois, utilizada na formação social dos padres da respectiva Congregação. A viagem aproximou Menezes de Déhon, mas sua relação com as congregações religiosas foi mais ampla. Posteriormente, em 1902, religiosas da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus foram enviadas para ensinar as filhas dos operários nas escolas de Camaragibe.

Em 1904, Menezes trouxe irmãos maristas para trabalharem como professores dos filhos dos operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. (Grifos do doutorando).

Foto 5
O industrial francês Léon Harmel



Fonte: Disponível em: <<http://www.leonharmel.com/>>. Acesso: 10 dez. 2016.

A segunda influência (e a menos contundente) sobre as AM's tem origem nas realizações do industrial galês Robert Owen. Para Zwick (2016, p. 23), “Owen começou sua vida como empregado no comércio e depois passou a sócio e diretor de uma grande fábrica de tecidos de algodão, no condado de New Lanhar, Inglaterra”. Ele acumulou uma fortuna que lhe propiciou investir em empreendimentos por ele mesmo idealizados, dos quais a colônia New Harmony (ou Nova Harmonia), nos Estados Unidos da América – EUA foi o mais renomado. As experiências de Owen teriam “influído” nas AM's; contudo, salientamos que a pioneira (ASC), empreendida por Menezes em Camaragibe, é detentora de significativas complexidades e singularidades.

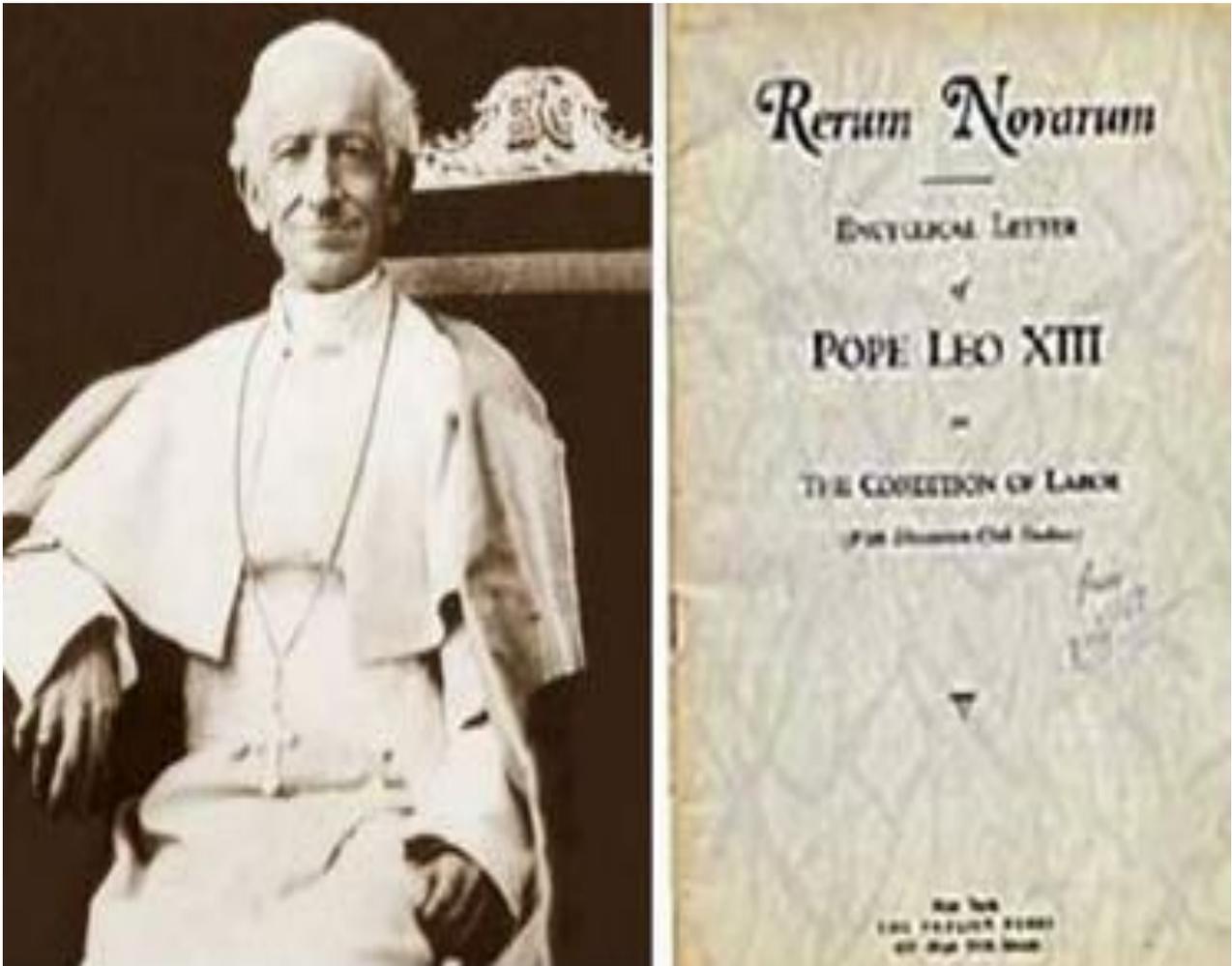
Imagem 3
O industrial Robert Owen



Fonte: Disponível em: <<http://infed.org/mobi/education-in-robert-owens-new-society-the-new-lanark-institute-and-schools/>>. Acesso: 20 dez. 2016.

O terceiro e último influxo (e penso, o mais decisivo) teve base nas indicações postas pela encíclica *Rerum Novarum* – RN dada a relevância do documento – que trouxe, em seu bojo, uma gama de indicações “inovadoras”. O documento papal cunhou uma mudança no cerne do catolicismo social, visto que ele imputava a aceitação, do lado dos mestres pontificais, de numerosas diretrizes, principalmente com relação àquelas de maior reciprocidade com as disposições do mundo moderno. Um avanço (na perspectiva da Igreja Católica), quando se propôs uma recristianização do Estado e da sociedade, feita também “via laicato” (é aqui que contextualizo, novamente, as ações “singulares” de Carlos Alberto de Menezes), não mais somente por intermédio do clero.

Foto 6
O Papa Leão XIII e a Encíclica *Rerum Novarum*



Fonte: Disponível em: <<https://noscaminhosdefrancisco.wordpress.com/2017/03/10/os-fundamentos-da-doutrina-social-da-igreja-pela-enciclica-rerum-novarum/>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Porém, as AM's expressaram características únicas, bem particulares, dada a heterogeneidade do panorama socioeconômico, político, cultural, geográfico, ambiental e principalmente religioso, em que foi vivenciada. Ou seja, em um país e suas "ex-províncias", a partir da Constituição de 1891, a nomenclatura, estados, passou a ser adotada, enfim, os Estados Unidos do Brasil – EUB numa escala maior, e o estado de Pernambuco, em específico, ambos com sérios problemas sociais. À época, fortemente marcados por quase quatro séculos de um regime escravocrata, abolido oficialmente em 1888, apenas três anos antes da criação do CIC. Em Pernambuco – no final do século XIX e começo do XX – reinava um cenário de assimetrias gritantes na forma de atraso econômico e social. De início, destacava-se o problema da predominância da atávica monocultura do açúcar (já no

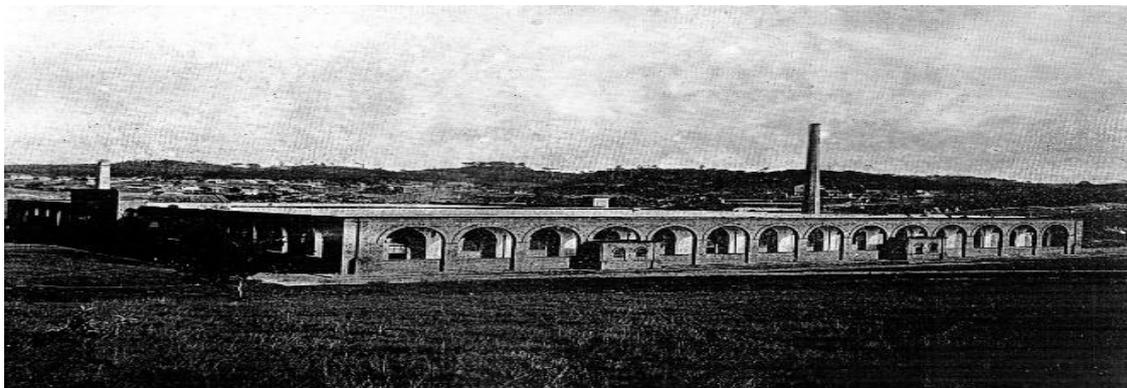
seu “declínio” em meados do século XIX). Segundo Oliveira (2003, p. 50), “as terras do município de Camaragibe [...], assim como de muitos outros de Pernambuco, serviram ao cultivo de cana-de-açúcar. Lá foi instalado o Engenho Camaragibe, em 1549”.

Em síntese, era grave o quadro de déficits na educação e no aspecto oferta de moradias; de carência por água potável; e de uma inadequada rede de esgotos; de incidência de fome; e de demanda por assistência médica; entre outras mazelas sociais presenciadas em Pernambuco por Carlos Alberto de Menezes (na verdade, desde a sua primeira estadia em Pernambuco, em 1881, a realidade social em Pernambuco já era preocupante). Após o “declínio” do ciclo açucareiro em Pernambuco e a expansão citadina, amadureceu o povoado de Camaragibe (até 1982 Camaragibe foi distrito de São Loureço da Mata), local em que foi implantada uma manufatura de tecidos, através da Companhia Industrial Pernambucana – CIPER, preenchendo (em certa medida) a lacuna da questão socioeconômica, deixada pela “decadência” do “ciclo da cana-de-açúcar”. No CIC, foi erguida a Vila Operária (hoje conhecida como Bairro da Vila da Fábrica), considerada a primeira Vila de Operários da América Latina, lugar em que surgiu também a primeira cooperativa do Brasil, por empreendedorismo do engenheiro e administrador-sócio Carlos Alberto de Menezes (realização já supracitada).

De acordo com o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 22), a

Fábrica [está] desativada há sete anos. Desde o início de sua criação o edifício industrial da fábrica de tecidos e de cerâmica (ou de Fábrica de Tijolos como também é conhecida em outras literaturas), denominados como Fábricas da Companhia Industrial Pernambucana, ficou conhecido por “Fábrica de Camaragibe”. (Grifo do doutorando).

Foto 7
Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

O engenheiro e empresário Carlos Alberto de Menezes fez uma leitura atenta das transformações socioeconômicas, política e sobretudo religiosas vivenciadas pelo mundo no final do século XIX e começo do século XX (o processo de romanização implementado pela Igreja Católica foi compreendido por Menezes). Sua análise acerca do que acontecia tornou-se inspiração ou baliza para o que ele se propunha a realizar em Camaragibe no campo das relações entre patronato e operariado. Ratifico, ele conseguiu entender, com sensibilidade e clareza, o papel da religião – no caso o catolicismo – e pontualmente, no caso dele – o catolicismo de viés vicentino – na intermediação dessas “interações” no universo do trabalho.

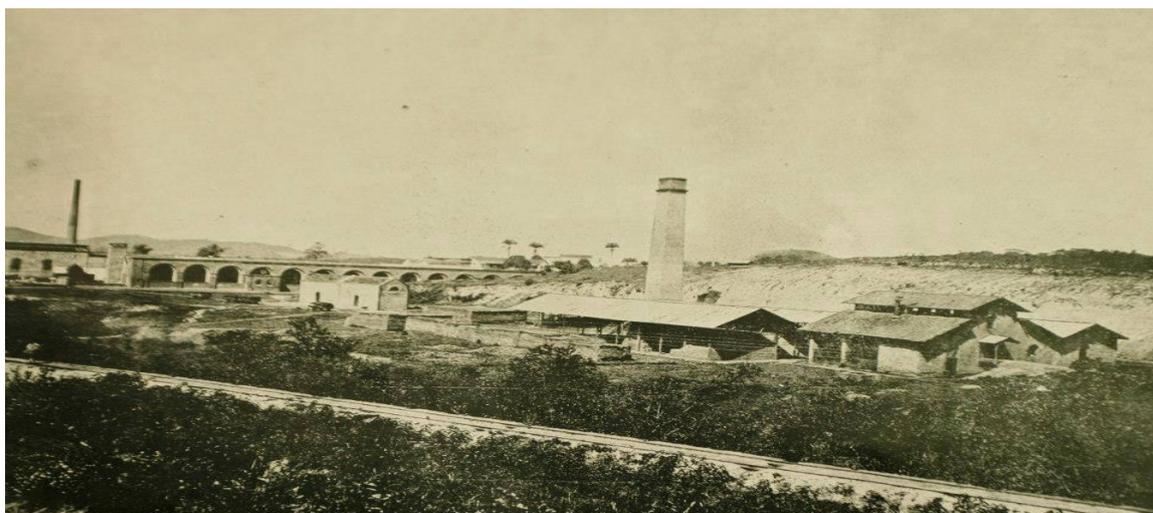
É essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem ‘a reboque’, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações. (THOMPSON, 2001, p. 208).

De forma aguerrida e imbuído de muita fé (traço bem característico de sua vivência religiosa e dos *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina*), ele “antecipou-se, cronologicamente”, às indicações postas pela encíclica *Rerum Novarum*. Dando suporte a essa conjectura de, com cuidado, uma “antevisão” de Menezes com relação ao relevante documento papal, busco mais esteios na obra do pesquisador Pe. Ferdinand Azevedo, um dos pioneiros na análise dos arquivos e estatutos do CIC.

A Fábrica de Tecidos foi fundada em 23 de janeiro de 1891 e a encíclica *Rerum Novarum* foi promulgada em 15 de maio de 1891. Enfim, uma diferença pequena: quase quatro meses de antecedência. Porém, de forte relevância; segundo o próprio Pe.

Ferdinand Azevedo (1986), à CIPER era permitido vangloriar-se de que seus regimentos, a respeito da situação do operariado, renunciavam as indicações da carta de Leão XIII. Isso posto, destacamos como premissa, a potencial presença e predominância, nas AM's, de *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina*. Pois, tal como afirma Araújo (2004, p. 12), “os pobres, devem ser tratados com dignidade e respeito – ‘são os nossos senhores e mestres’, não podemos [permitir] que um filho de Deus viva de esmolas e sem teto”.

Foto 8
Fábrica de Tijolos (ao fundo, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe)



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Verificados nas AM's, esses preceitos se “anteciparam” às indicações e/ou exigências postas pela encíclica RN, fato que, decisivamente estimularam as investigações da pesquisa que proponho com esta Tese. Entretanto, é indispensável destacar a asserção feita por Citino (2012, p. 34) sobre a *Rerum Novarum* e/ou sobre o papado de Leão XIII de forma geral:

Leão XIII soube trilhar os novos caminhos da modernidade, condenando os mesmos males apontados antes, mas procurando aproximar a Igreja dos proletários. Também esse papa agiu no sentido de melhorar os canais de comunicação da Igreja na América Latina com o Vaticano. Convocou para isso o Concílio Plenário dos prelados latino-americanos, em Roma, em 1899, dinamizando o relacionamento. Em toda a história da Igreja católica há uma dinâmica intensa de posições. Ora é mais libertária, ora mais conservadora, ora até mesmo reacionária. Por esse motivo, a tarefa de historiar todos esses momentos. (Grifo do doutorando).

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O ponto de partida foi a problematização requerida pela necessidade de demonstrar que *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina* – postos em prática na Ação Social Católica – ASC empreendida por Carlos Alberto de Menezes, as AM's, enquanto administrador-sócio do CIC – se anteciparam às indicações e/ou exigências postas pela encíclica *Rerum Novarum* – RN. Assim, afirmo que Menezes envolveu-se de modo proativo na Conferência Vicentina (que foi introduzida nas duas fábricas do CIC antes mesmo da sua inauguração), ou seja, balizou-se pela espiritualidade vicentina em suas ações. Essas vivências maturaram o seu cerne vicentino e, conseqüentemente, a sua solidariedade e caridade para com os menos afortunados, tanto na figura dos operários quanto dos não-operários (ou seja, dos pobres em geral). Deixo claro, aqui, que seria um total equívoco cultivar a pretensão de esgotar esse tema; pelo contrário, a problematização que trago à tona não tem raízes fincadas apenas na questão da experiência, da manifestação e do fenômeno religioso vivido por um homem católico-vicentino – o senhor Carlos Alberto de Menezes – no final do século XIX e começo do século XX. Para Thompson (1981, p. 15), a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. Sendo assim, objetivando o entendimento acerca de uma conjuntura maior na qual o tema está inserido, e com base em áreas distintas do conhecimento, começo elencando alguns conceitos acerca do que vem a ser, por exemplo, a pobreza. Conforme Mollat (1985, p. 5):

Pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enfeitados, todos os associas. (Grifo do doutorando).

Segundo Santos e Arcoverde (2011, p. 2), “*ser pobre é não ter o atendimento das necessidades biológicas, é não ter condições mínimas de habitação, vestuário etc. É o não acesso aos bens e serviços necessários à existência humana*”. (Grifo do doutorando). A pobreza (ou a pobreza extrema) tem ligação direta com determinada qualidade de

desprovemento de estrutura concreta (palpável), de base instrutiva (educacional), de corpo social e “teológico-espiritual”.

No que se refere ao histórico da pobreza no Brasil, essa marcou fortemente as sociedades colonial e imperial, e chegou ao período republicando (desde a República Velha ou I República até a contemporaneidade) ainda “chocando” quem com ele se confronta e quem com ela se compadece. O Brasil é, na hodiernidade, um país com uma das maiores desigualdades sociais do mundo (quando a desigualdade social é avaliada em amplitude global, o Brasil, desponta em posições desapontadoras). Entre 2014 e 2017 a pobreza extrema aumentou em 25 estados brasileiros e a região Nordeste foi a que mais sofreu com o crescimento da miséria. No final do século XIX, por volta de “1886/87, às vésperas da abolição da escravidão, ainda havia pouco mais de 700 mil escravos. [...] o Nordeste era a região mais populosa, com, aproximadamente, 47% da população total.” (ABREU; LAGO, 2001, p. 2).

Quando se trata da “Questão Social” nos dias correntes, em específico no estado de Pernambuco, particularmente na Região Metropolitana do Recife – RMR, localização do atual município de Camaragibe, onde outrora funcionou o CIC, o cenário é crítico. Conforme Lima (2014): “Pernambuco ocupa o topo do ranking de Estado brasileiro com mais Municípios no g100, lista que une as cem cidades brasileiras com menor receita corrente per capita [...]. *Camaragibe (73º)*”.² (Grifos do doutorando).

Estando Menezes inteirado das condições socioeconômicas de Pernambuco em seu tempo (ou desde 1881 e 1886, na sua volta), aceitou, apesar disso, o convite de seu amigo, o empresário Pereira Carneiro, dono da CIPER, para assumir a administração-societária do futuro CIC. Ele acolheu a demanda de Carneiro, porém solicitou-lhe que integrasse um item ao regimento (ou aos estatutos) da fábrica: aquele que assegurasse um procedimento cristianizado para com os(as) operários(as) e/ou para com os(as) operários(as) mais pobres.

² g100: Lista das cem cidades brasileiras com menor receita corrente per capita, que possuem mais de 80 mil habitantes.

Foto 9
Grupo de operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe

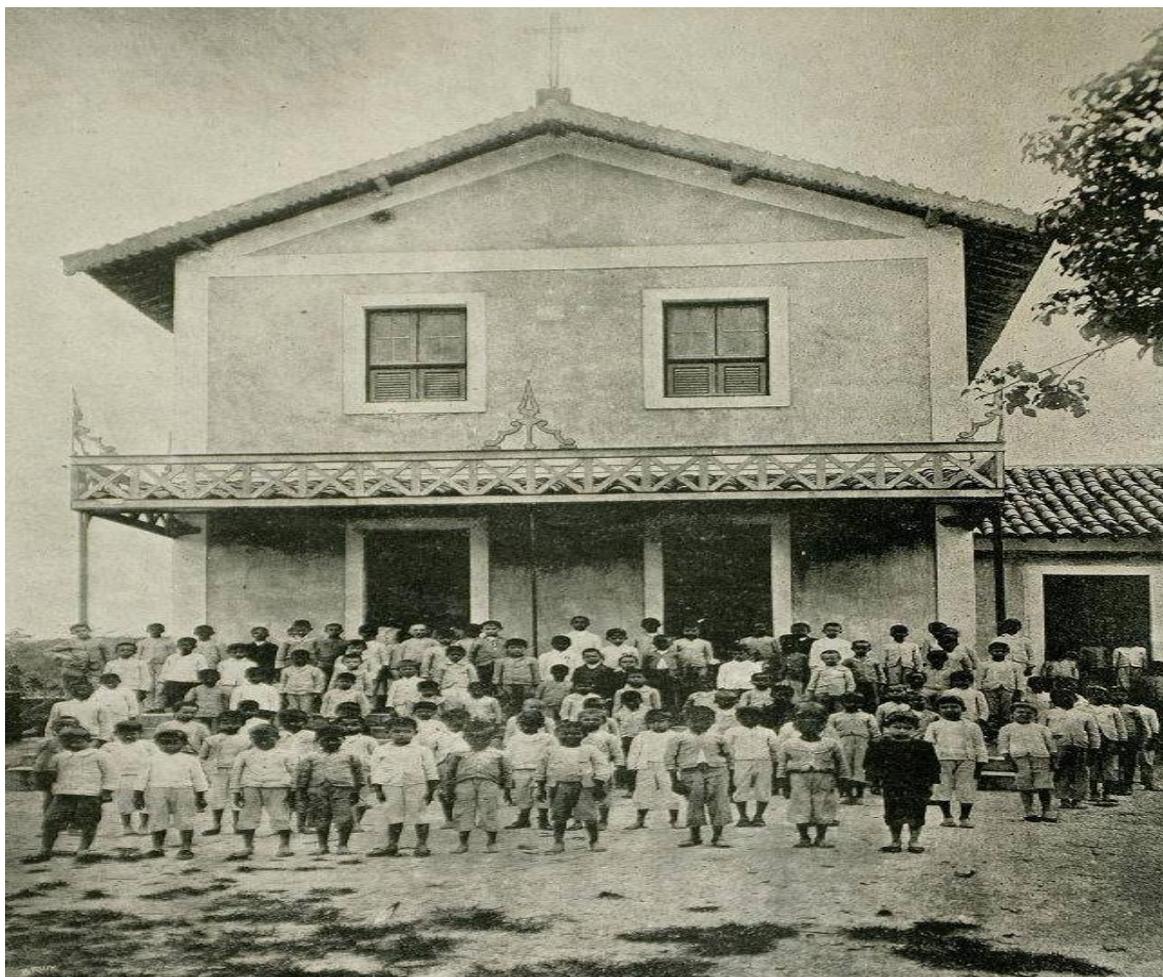


Fonte: Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 15 jan. 1999.

O princípio desse regimento consistia em conservar na totalidade de suas indústrias uma entidade que objetivasse favorecer a categoria operariado, tanto na orientação de sua prática profissional como no que se refere ao seu comportamento (moral-religioso). Contribuindo com as pessoas no estabelecimento e conservação dos educandários, casas de saúde e:

instituições de beneficência e auxílio mútuo, instrução, divertimento etc. e quaisquer instituições em que o operário possa elevar-se moral e intelectualmente, e atender de modo regular e eficaz à educação de seus filhos. (AZEVEDO, 1986, p. 17). (Grifo do doutorando).

Foto 10
Escola de Meninos na Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a/>>. Acesso: 15 dez 2016.

Conduzindo-se pelos *preceitos da espiritualidade vicentina*, que, no seu cerne, traz as marcas da caridade e do tratamento mais humanizado na relação com os pobres, Menezes procurou solucionar ou atenuar os problemas sociais adotando um plano moral-administrativo nas atividades produtivas e “não-produtivas” do CIC

, ou seja, nos horários de trabalho e de não trabalho (de lazer). Tal modelo de administração que, na época, pelo seu sucesso, foi chamado de “Modelo Camaragibe” – MC, propunha a ordenação cristã do labor, assegurando aos trabalhadores o alcance a benesses cruciais, tais como: assistência (previdência); serviço médico e medicamentos; instrução (serviços escolares divididos por gêneros e faixas etárias). O emprego desse paradigma de gerenciamento é, com méritos, imputado a Menezes que, mais uma vez – para vê-lo funcionar procurou orientação nos *preceitos inspirados na espiritualidade*

vicentina, da qual era fiel seguidor –, porém não se limitando a esses, implementou um plano de formação normativa (moral e religioso) dos seus operários e operárias.

A título de uma análise mais aguçada da foto 10 (Escola de Meninos na Vila Operária de Camaragibe) ressalto que, é possível identificar um considerável quantitativo de meninos negros na instituição de ensino construída por Menezes. Isso nos leva a perceber que o administrador-sócio do CIC também contribuiu para a “inserção” do negro – e dos seus descendentes – tanto no processo de educação formal e religiosa quanto no preparo desses para o mercado de trabalho. Com possibilidades de esses serem enfim dignamente remunerados pela oferta de suas mão-de-obra, num país recentemente saído do regime escravista (“findado” oficialmente em maio de 1888). Não obstante, é facultativo registrar que se tratava de “trabalho infantil”, mesmo que o conceito de infância tenha sido outro no final do século XIX e começo do XX. Esse tema será tratado com mais profundidade no capítulo 4.

Segundo o Instituto Joaquim Nabuco (1979, p. 22), atual Fundação Joaquim Nabuco:

Das faturas de escravos destaque-se este caso típico: de quarenta negros mandados buscar em 1812, por Bento José da Costa, o mais poderoso escravocrata pernambucano de seu tempo, e que constam de um livro manuscrito do outrora engenho do Salgado (...) *só dois eram ‘negros barbados’; os mais eram moleques, molequinhos, crias e molecões. Dezesseis moleconas.* (Grifo do doutorando).

Para Priore (2012, p. 236):

Desde o início da colonização, as escolas jesuítas eram poucas e, sobretudo, para poucos. Se as crianças indígenas tiveram acesso a elas, o mesmo não podemos dizer das crianças negras, embora saibamos que alguns escravos aprendiam a ler e escrever com os padres. (Grifo do doutorando).

Decerto – com os devidos cuidados requeridos em uma pesquisa criteriosa – é possível relacionar a formação católico-vicentina de Menezes com a sua postura enquanto administrador-sócio do CIC. Segundo Cabral (2011, p. 302): “a *espiritualidade vicentina* consolidou seu ideal de empresário católico *comprometido com as exigências cristãs explicitadas na Doutrina Social da Igreja*”. (Grifos do doutorando).

Afirma Wisniewski (2005, p. 18): “*São Vicente partilhou seu ser, seu pão, seus dons com os Pobres. Ainda se preocupa não somente com a distribuição emergencial do pão, mas também, sobretudo com a justiça social*”. (Grifo do doutorando).

Logo, amparados nos conceitos, informações e dados acima expostos, demonstramos que, com efeito, houve uma “antecipação” de *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina* – nas ações realizadas por Menezes como administrador-sócio do CIC com relação às indicações postas pela encíclica *Rerum Novarum* – RN, do Papa Leão XIII.

Problemática evidenciada, procuro, na Tese, respostas coerentes, tanto pela magnitude e pioneirismo e/ou vanguardismo das AM's, quanto pela distinção igualmente conferida à supracitada encíclica papal.

Atesta Sienna (2009, p. 13):

A Doutrina Social da Igreja – DSI, desde seu marco inicial, a Rerum Novarum – RN, de Leão XIII (1891), passando pela Gaudium et Spes (GS), do Concílio Vaticano II (1965), até a última grande encíclica social, a Centesimus Annus (CA), de João Paulo II (1991) e chegando ao Compêndio de Doutrina Social da Igreja, do Pontifício Conselho Justiça e Paz (2004), tem como centro e termo a dignidade da pessoa humana. Todos os princípios basilares da DSI têm como ponto fulcral o resgate, a promoção, a manutenção e a defesa da vida com dignidade. (Grifos do doutorando).

1.2 JUSTIFICATIVA

Ao tentar demonstrar que houve uma antecipação de *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina*, nas AM's no CIC, com relação às indicações e/ou exigências postas pela encíclica *Rerum Novarum* – RN, prontamente trago à tona um tema que não pode ser tomado apenas como um singular e apreciável feito histórico local. Em essência, a administração-societária de Menezes no CIC está, antes de tudo, inserida em um contexto histórico-social, macroeconômico e religioso e de vasta dimensão e enredamentos. Em específico, no cerne das dinâmicas relações de trabalho (já Capitalistas-Industrializadas) e das intensas transformações religiosas (com foco, no caso, nos binômios Cristianismo-Catolicismo Social e Laicato-Vicentino). Desse jeito, reunir nessa Tese, além do campo das Ciências da Religião, a “minha” seara, o campo da ciência História, e outros âmbitos do conhecimento, tais como: a Teologia, a Filosofia, a Economia, a Política, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a Estatística, entre outros aparatos epistemológicos.

Em vista disso, dada a multiplicidade de possibilidades interpretativas que podem ser extraídas das AM's, é necessário que um potencial cientista da religião, esteja

inteirado de que tem sérias responsabilidades, tais como implementar todo um processo análise criteriosa do seu objeto de estudo e de saber discernir e/ou explicar as experiências, manifestações e os fenômenos religiosos, em suas únicas ou distintas exteriorizações. Comportando-se de forma receptiva ao imprescindível suporte dos outros domínios do conhecimento supracitados e outros que podem contribuir para o enriquecimento científico da pesquisa.

À vista disso, julgo ser bem pertinente a Tese que defendo, tanto pela significância já consagrada das trajetórias e contribuições sociais da Ação Social Católica – ASC de forma geral e da Ação Social Católica no Brasil – ASCB. Quanto pela ASC orientada *pelos preceitos da espiritualidade vicentina*, “ressignificada” por Carlos Alberto de Menezes. No que concerne à “Questão Social” contemporânea, ela continua marcada por males que afligiam Camaragibe, Pernambuco e o Brasil na época de Menezes. Isso pode ser percebido como legado da construção de uma sociedade excludente que, parece, ao longo dos seus séculos de história ter “optado” (ou não teve alternativas) – por força das elites oligárquicas e hereditárias, nacionais e locais, perpetuadas no poder – pelo atraso e pela desigualdade social (e sua expressão mais reluzente, a absurda concentração de renda no Brasil). A pobreza extrema; a fome; o analfabetismo; a violência; a carência por serviços de saúde de qualidade; a problemática das “submoradias”; foram entraves sociais combatidos pelas iniciativas de Menezes; em um país que vivia intensas transformações. Conforme Peixoto (2006, p. 20), *“o Brasil sofreu várias mudanças ao longo do século XIX. Foram mudanças políticas, econômicas e sociais cuja importância não podemos desprezar”*. (Grifo do doutorando).

Na primeira metade do século XIX prevalecia uma conjuntura na qual o corpo social brasileiro constituía-se de um monopólio de ricos possuidores de cativos (escravos que representavam parte significativa da população) e de oligarquias latifundiárias entranhadas no mando do país desde o período colonial. Bem funcionários públicos (com toda a sorte de privilégios), de grandes e pequenos comerciantes, e de agricultores e pecuaristas pobres (cultivando lavouras de subsistência e donos de pequenos rebanhos de bovinos, equinos, caprinos, ovinos, suínos etc.).

Já o Brasil, na segunda metade do século XIX, com o “início” de sua industrialização, era, basicamente, um país em que a sociedade citadina e/ou urbana começava, mesmo que “bem lentamente”, a prevalecer (isso só ia se consolidar na segunda

metade do século XX) sobre a sociedade rural, devido a uma maior oferta de oportunidades de trabalho com o surgimento das fábricas (principalmente têxteis que nortearam a industrialização do país).

Na condição de homem que viveu a maior parte de sua vida no século XIX (nascido em 1855 e falecido em 1904), Menezes, veio ao mundo ainda no Brasil Imperial, e testemunhou – ao seu modo e a partir do seu estrato social, a elite – a estrutura horrenda da escravidão enquanto vivia no Rio de Janeiro e também quando veio para Pernambuco em 1881 e em 1886. Sobre o escravismo no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, ele foi assim comentado por Ewbank: *“escravos de ambos os sexos apregoam suas mercadorias em todas as ruas [...] pelas portas das casas. Se o cozinheiro precisa de uma caçarola, logo se ouve o pregão de um vendedor de artigos de metal”*. (Grifo do doutorando). (EWBANK *apud* BENCHIMOL, 1990, p. 31).

Quando passou definitivamente a viver em Pernambuco e a iniciar a sua administração-societária do CIC a partir de 1891, Menezes presenciou uma sociedade que trazia, em seu cerne, as tragédias próprias da exploração da mão de obra escrava (e uma estrutura local ainda nocivamente oligárquica, há tempos habituada e viciada no poder, passando pelo período colonial pernambucano (na época das capitânicas hereditárias), imperial (com as províncias) e com o estabelecimento definitivo da república (permanecendo parasitando o estado até os dias atuais). Segundo Albuquerque, Versiani e Vergolino (2012, p. 9) precisamente (e/ou matematicamente):

“no Brasil (1560-1856), desembarcaram 4.864.374 africanos no país, 853.833 deles em Pernambuco. No Brasil, 2.054.725, ou 42%, desembarcaram no período de 1801 a 1850. Em Pernambuco, 259.054, ou 30%, desembarcaram entre 1801 e 1850”. (Grifo do doutorando).

Tais cifras indicam, em Pernambuco, aproximadamente, um número de pouco mais de cinco mil escravos a cada ano (entre 1801 e 1850). A aquisição em Pernambuco de uma quantidade significativa de cativos no século XIX revela que, alguns setores da economia daquele período ainda se encontravam pujantes, mesmo que permanecendo “objetificando”, coisificando, bestializando, animalizando explorando e explorando de forma violenta e ultrajante seres humanos. Sob a orientação da *espiritualidade vicentina*, Menezes aproximou-se e deu auxílio aos pobres – na figura dos(as) operários(as) (hipoteticamente, haviam, “ex-escravos”, alforriados antes de 1888; “ex-escravos”, alforriados em 1888: e descendentes diretos de escravos e “ex-escravos” alforriados antes de 1888 e/ou em 1888,

além dos nascidos forros antes de 1888, e de “ex-escravos ao ganho”). E assumiu um comportamento e atitudes até certo ponto “paternais” e não “paternalistas”, algo que jamais o impediu de tornar-se um exitoso homem de negócios. Pelo contrário, suas ações, as AM’s, contribuíram para que sua conduta – cristã-católico-vicentina-humanizada – fosse considerada pioneira para os padrões não só nacionais, dando origem ao “Modelo Camaragibe” de administração fabril. De acordo com Cabral (2011, p. 291) “a Doutrina Social da Igreja não é voltada para uma atuação intraclesial [...], tem ressoado em pessoas que buscam atuações comprometidas com suas exigências”. (Grifo do doutorando). Menezes foi um comprometido com a Doutrina Social da Igreja – DSI.

Sabe-se que, a “Questão Social”, há tempos urge, tendo uma ampla e multifacetada história, sendo a pobreza – ou a pobreza extrema – um dos problemas que mais suscitaram discussões e demandaram soluções, inclusive soluções com origem em preceitos religiosos. Nesse sentido, na atualidade, o Papa Francisco tem expressado o seu pensamento crítico-propositivo que chama a atenção para a missão dos cristãos-católicos (e até mesmo dos não católicos) para as suas responsabilidades junto aos pobres. Afirma o atual Pontífice Romano (2013, p. 113): “cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade”. (Grifo do doutorando).

Foto 11
O Papa Francisco e os pobres hoje



Fonte: Disponível em: <<https://pt.churchpop.com/papa-francisco-faz-doacao-em-dinheiro-para-ajudar-paises-da-africa-oriental/>>. Acesso: 15 dez. 2016.

Mesmo desfrutando de variadas possibilidades de ser compartilhada com outras áreas do conhecimento (já supracitadas) o tema Ação Social Católica – ASC está sobremaneira atrelado ao campo das Ciências da Religião. Nessa perspectiva, Berger (1985, p. 15) atesta que “*toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento*”. (Grifo do doutorando). Ainda no tocante ao valor da religião no mundo atual, o mesmo Berger (2000) afirma que não é pertinente a presunção de que nossa existência hoje se dá em um planeta laicizado; pelo contrário, a humanidade é, até este momento, tão intensamente religiosa quanto era, há séculos atrás, em determinadas regiões.

Desse modo, faz-se válido refletir sobre o que motiva pessoas norteadas por preceitos religiosos, a dedicarem considerável parte do tempo de suas vidas à solução, ou atenuação, da “Questão Social”, com tamanho nível de comprometimento (e/ou de fé). Deixando um legado imaterial, posto que são “memórias”, mesmo que rarefeitas de alguns herdeiros (filhos, filhas, netos e netas, bisnetos e bisnetas de antigos de já falecidos operários e operárias) do CIC. “Reminiscências” de mais de um século (129 anos para ser mais preciso), de um lugar, a Vila Operária ou a Vila Operária de Camaragibe, edificada por Menezes, (hoje, o Bairro da Vila da Fábrica, na “mesma” Camaragibe). Podendo ser também consideradas como patrimônio material, posto que algumas das edificações que compuseram o CIC original, construídas durante a administração-societária de Menezes, ainda estão de pé e em bom estado de conservação. No entanto, em visitas mais recentes ao local (ao todo, durante os 4 anos do doutorado, eu fiz 10 visitas a Vila Operária), eu pude verificar o desmonte violento (para não dizer a destruição) de parte do que sobrou da Fábrica de Tecidos de Camaragibe e da Fábrica de Tijolos (essa foi totalmente destruída, só restando a chaminé) para a construção de um shopping center.

Quanto à continuidade de atividades que, hoje, sejam análogas ao trabalho desenvolvido por Menezes no CIC no final do século XIX e início do XX – nas mesmas visitas supraditas – não foi possível identificá-las de maneira clara e sistemática em desenvolvimento no atual Bairro da Vila da Fábrica. Isso não quer dizer que as mesmas não aconteçam, visto que no local em que funcionava a escola voltada especificamente para a educação dos meninos e homens (adultos), e no local em que funcionava a escola voltada especificamente para meninas e mulheres (adultas), funcionam, até o presente

momento, uma escola do Serviço Social da Indústria – SEI e uma escola da rede municipal de ensino de Camaragibe, respectivamente.

Foto 12

Vista recente do que restou das instalações da Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Por fim, estou ciente de que interpretações acerca de episódios do passado (ainda mais quando se trata do campo das Ciências da Religião que, “em suma”, estuda as tradições, as manifestações, as experiências e os fenômenos religiosos etc.). Possibilitam, pensar, ser pertinente (ou seja, não meramente utópico) – propor debates sociais na contemporaneidade – ter como paradigma as AM’s, objetivando extrair dessas contribuições para uma mudança de atitude das elites governantes e das pessoas em geral com relação ao tratamento dado aos pobres no Brasil e no mundo. Sendo assim, concordo com Wisnieswki (2005, p. 17), para quem: “*São Vicente foi um profeta lúcido, corajoso e audacioso. Engajado na Igreja da sua época, extremamente político. Enfrentou profeticamente os grandes desafios de um mundo em mudança*”. (Grifo do doutorando). Ou ainda, em uma tentativa de “conceituar” positivamente e simbolicamente o homem São Vicente de Paulo – que foi um ser social do seu tempo histórico (os séculos XVI e XVII), portanto, marcado pelas mentalidades e simbolismos cristão-católicos do crepúsculo da Idade Média e do raiar da Idade Moderna – busco, em Mondin (1995, p. 13), o seguinte conceito de homem:

Ao homem se deram e se podem dar inumeráveis definições, desde aquela humorística de Platão, um bípede sem penas, àquela muito séria de Hegel,

aquilo porque o homem é homem, é o espírito, e aquela universalmente conhecida de Aristóteles, um animal racional, e aquela menos conhecida de Cassirer, mas da mesma forma significativa, um animal simbólico.

Foto 13

Folder com imagem de São Vicente de Paulo abraçando crianças
(foto retirada na sede da Sociedade São Vicente de Paulo, Conselho Metropolitano de Olinda e Recife).



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

1.3 OBJETIVOS

GERAL

Verificar como as indicações postas na encíclica *Rerum Novarum* foram recebidas por Carlos Alberto de Menezes e como estas se fizeram presentes nas suas ações pioneiras, tratando também das influências sobre ele das experiências empreendidas pelos industriais Léon Harmel e Robert Owen.

ESPECÍFICOS

Contextualizar as implicações sociais decorrentes da Revolução Capitalista Industrial e as exigências postas pela Igreja Católica com base na encíclica *Rerum Novarum*.

Identificar os *preceitos da espiritualidade vicentina* presentes nas ações realizadas por Carlos Alberto de Menezes.

Mostrar, para a hodiernidade, o legado das ações de Carlos Alberto de Menezes.

Analisar o acervo de fotos relacionadas ao contexto histórico do Complexo Industrial de Camaragibe – CIC.

1.4 METODOLOGIA

Efetivei uma pesquisa de natureza investigativo-qualitativa, explicativa, e crítico-sistemática, e iniciei dando ênfase a uma revisão de literatura (num primeiro momento), no contexto de uma pesquisa bibliográfica de fontes primárias. Como por exemplo, acessando o site – <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> – da Biblioteca Nacional. Embasado no que há de mais moderno, de acordo com Freitas, Janissek-Muniz e Moscarol (2004, p. 1).

A Internet oportuniza uma forma de coleta e de disseminação das informações nunca antes possível de ser realizada. Com ela, o pesquisador não está mais limitado pelas restrições de tempo, custo e distância, possuindo um acesso mundial praticamente instantâneo, com despesas mínimas. O tipo de questionário a ser administrado pode passar longe das tradicionais impressões, permitindo que o pesquisador utilize uma interface muito mais interativa e rica, seja na coleta ou na apresentação dos resultados. Com a internet, é possível conceber – para acesso remoto de usuários externos – apresentações multimídia com sons, imagens e vídeos, o que não era possível nas tradicionais formas de aplicação dos questionários. (Grifo do doutorando).

E conforme Lakatos e Marconi (2001, p. 83), a pesquisa bibliográfica reúne “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos etc.”

Procurei me familiarizar com “tudo” o que foi redigido, declarado e cinematografado que estivesse relacionado com o objeto da tese e, num segundo momento, fiz uma análise documental-iconográfica. Lançando mão de uma pesquisa que foi realizada inclusive na internet, utilizando, assim, variadas fontes, seja no modelo de citações, resumos, resenhas, artigos, dossiês, monografias, dissertações, teses, estudos e livros, etc. “Tudo” ou quase “tudo” digitalizado e/ou on-line que, de modo abrangente, mostrou-se imprescindível para a evolução da investigação.

Tendo a clareza (como abordo no final da justificativa), de que as apreciações – de “tudo” que é longínquo no tempo cronológico ou na história – não podem ser feitas a partir de padrões ou valores contemporâneos, pois isso comprometeria a pesquisa desde o seu nascedouro. E, com certeza, é imperativo promover diálogos visando à interseção de pontos de vista diferentes (ou até divergentes) sobre um processo histórico-social, econômico, político, cultural, ambiental e por fim religioso. Ou seja, toda essa diversidade de “olhares” disciplinares ou interdisciplinares podem contribuir bastante para o campo das Ciências da Religião.

Assim, empreguei autores como Eliade (1992) para quem o *homo religiosus* fia-se, continuamente, de que há uma verdade profunda que ele chama de sagrado, que extrapola este universo; porém, aqui se faz perceptível, sendo por ele reverenciado e transformado em legítimo (ou aquilo que existe).

Também contribuíram as perspectivas de Durkheim (2009), para quem a religião é como um conjunto de forças, de abstrações, uma autoridade atípica. E Weber (2009) que, sobre o “carisma”, afirma, que as aptidões (ou capacidades) carismáticas, não afloram em coisa alguma ou em quem quer que seja que não as detenha em princípio (em “dom”), sendo que tal dom ficará oculto se não for incitado à evolução, ou seja, quando o carisma não for acordado.

Quanto a Mauss (2003), sobre os aspectos “dádiva” e “reciprocidade”, ele afirma que entre indivíduos, pertences são doados em reciprocidade, acontecendo aí também a permuta de apreços ou gentilezas. Todavia, esses indivíduos se doam ao doar, e, se os

indivíduos se doam, é pelo motivo de que se necessitam – eles e seus pertences – como semelhantes.

Aqui cabe uma reflexão à luz do pensamento de Dom Helder Camara (2009, p.3):

Dois mil anos após o nascimento do Cristo, mais de dois terços da humanidade encontra-se em condições infra-humanas de miséria e de fome. Mais de dois terços dos filhos de Deus vivem em condições subumanas. Vinte por cento da humanidade consome 80% das riquezas da terra. Oitenta por cento da humanidade deve se contentar com menos de 20% destas mesmas riquezas. (Grifo do doutorando).

Com base na parceria entre Berger e Luckmann (2004), empreguei os conceitos de exteriorização, objetivação e interiorização, através dos quais os autores atestam que, por intermédio da exteriorização, a coletividade se torna um artigo do homem, por meio da objetivação, a coletividade se transforma em uma existência ímpar. E, por fim, na interiorização, o indivíduo se converte em um artigo da coletividade.

Em construção, o aparato epistemológico das Ciências da Religião não recusa os aportes de outras áreas do conhecimento, ao contrário, ele os utiliza, empregando subsídios da História e da História das Religiões (por exemplo, da obra de Mircea Eliade, já supramencionado), da Teologia, da Sociologia (como nas contribuições de Durkheim, Weber, Berger e Luckmann também já referidas), bem como os recursos da Antropologia (com Marcel Mauss), da Filosofia e da Economia, entre outras fontes do saber científico. Investigando nelas aspectos, como por exemplo, a história da SSVP, da ASC, da ASCB, da DSI e, principalmente, da história (e até mesmo do pensamento) das AM's (e da administração-societária de Menezes à frente do CIC, entre os anos de 1891 e 1904.

As especificidades do tema requisitaram destaques para obras e trabalhos como: “Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo” (AZEVEDO, 1996); “Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo” (COLLIER, 1996); “A Doutrina Social da Igreja” (BIGO, 1969); “Fé cristã e compromisso social: elementos para uma nova reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja” (BIGO; ÁVILA, 1993); “Pequena enciclopédia da Doutrina Social da Igreja” (ÁVILA, 1993); “Reflexões sobre o trabalho dos operários: A atuação do empresário católico Carlos Alberto de Menezes” (CABRAL, 2011); “O Apostolado dos Patrões: Limites e Possibilidades de um Plano Industrial Disciplinar-Religioso em uma Fábrica Têxtil (Camaragibe, 1891-1908)” (LIMA, 2012); “A Fábrica de Tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho

(1891-1908)” (AGUIAR; LIMA; CABRAL, 2012); “Um olhar de caridade” (POGGLIOLI, 2015) e “Caridade sem fronteiras” (PUBBEN; ARAÚJO, 2006), entre outros.

Além de Novaes (2001, p. 26), que discorre sobre São Vicente de Paulo:

A presença de São Vicente na Igreja define o ser da Igreja: ela é dos Pobres. É certo que, em seu tempo, ele era expressão de solidariedade para com os mais fracos e pequenos. Os tempos passaram, e a lição que ele nos deixou é sempre atual. (Grifo do doutorando).

Por fim, a Doutrina Social Cristã – DSC tem com um dos seus cernes a afirmação de que o homem foi criado à imagem de Deus; dessa forma, conforme Charbonneau (1965, p. 85), “*criado à imagem de Deus, ele se define, portanto, existencialmente, como pessoa. Este fato é capital e em torno dele gravita toda a Doutrina Social Cristã*”. (Grifo do doutorando).

1.5 REVISÃO LITERÁRIA

Começo essa revisão literária com uma abordagem histórica a respeito da Revolução Capitalista Industrial – processo de cunho essencialmente econômico, embora também social, no qual foi fomentada uma das faces heterogêneas da Ação Social Católica – ASC, com ênfase na assimetria das relações entre burgueses e proletários, apoiando-nos nas obras de Huberman, Hobsbawm e Ávila.

Quanto ao tratamento do tema ASC foram analisados – seguindo uma ordem cronológica – primeiro os autores Bigo e Ávila, seguidos por Brighenti, Silva, Nascimento, Alves e Citino. E ainda abordando a temática da ASC, foram comentados excertos do pensamento – ou dos ensinamentos – do Papa Francisco.

A título de registro e reconhecimento da importância do papel da mulher no contexto da atuação de São Vicente de Paulo, apresento uma citação sobre Luísa de Marillac, cocriadora e colaboradora tenaz nas ações empreendidas por ele.

Conforme Lage (2011, p. 51):

considere-se a história da Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, fundada em 1633, que teve como líderes Vicente de Paulo e Luísa de Marillac. Em 1625 Vicente de Paulo já havia fundado uma vertente masculina, a Congregação da Missão, cujos padres e irmãos também eram conhecidos como Lazaristas. (Grifo do doutorando).

Imagem 4
Santa Luísa de Marillac



Fonte: Disponível em: <<http://www.colegiosantacecilia.com.br/santa-luisa-de-marillac-4541>>. Acesso: 15 dez. 2016.

A respeito das condições dos trabalhadores(as) pobres – os proletários(as) – à época da Revolução Capitalista Industrial, em termos de qualidade de vida para os(as) trabalhadores(as), a Inglaterra representaria qualquer coisa menos um paraíso, menos ainda para as operárias. Segundo Thompson (1989, p. 304),

a pretensão de que a Revolução Industrial tenha elevado o status das mulheres parece pouco significativa diante do número excessivo de horas de trabalho, das moradias apertadas, da grande quantidade de partos e das elevadas taxas de mortalidade infantil.

Huberman (1981) enfatiza: se um alienígena baixasse na Inglaterra verificaria uma profunda dicotomia. De um lado ou em uma “trincheira”, estava o operariado em uma labuta diária árdua, retornando apenas na escuridão da noite para os paupérrimos e enfermos covis em que habitavam, que não eram apropriados nem para animais. Do outro lado ou em outra “trincheira”, estavam os abastados industriais, em suas casas luxuosas, configurando-se isso tudo uma espécie de bipartição social que, historicamente, não era recente na Inglaterra, mas que foi, de fato, agravada pela Revolução Capitalista Industrial.

Com a introdução ostensiva do maquinário nos complexos fabris, o *apartheid* social intensificou-se, pois, os ricos tornaram-se mais ricos e os miseráveis, desconectados do poder sobre os meios e/ou mecanismos de produção e/ou “manufaturação”, cada vez mais miseráveis. A respeito da importância do trabalho, aduz Marx (1985, p. 50):

A existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (Grifos do doutorando).

Ainda conforme Marx (1985, p. 48), “*todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende e sua força de trabalho como mercadoria.*” (Grifos do doutorando). Mercadoria, na esfera do Capitalismo, historicamente e/ou (em todas as duas fases), não devidamente e justamente remunerada.

Para Hobsbawm (2016), a Revolução Capitalista Industrial foi o episódio mais marcante da história, juntamente com a criação do cultivo da terra e dos núcleos urbanos. Houve o demasiado aproveitamento da força de trabalho do proletariado (ou operários), cuja renda era conservada em um grau de apenas sobrevivência, viabilizando aos abastados concentrar a maior parte da renda que subsidiava a “manufaturação” e, particularmente, acumular ao altos lucros para a manutenção seu abundante bem-estar social. Na Grã-Bretanha, os grupos iniciais (de industriais) da Revolução Capitalista Industrial concentraram riquezas de modo veloz e vultosa, em volumes que ultrapassavam as alternativas acessíveis de consumo e suas aplicações. Eles, os industriais, (também chamados de “burgueses”), contratavam crianças e mulheres – por considerá-las mais submissas e módicas (recebiam salários menores) – para as indústrias de algodão. Entre 1837 e 1847, perto de um quarto dos operários eram do sexo masculino e maiores de idade, sendo que, mais de cinquenta por cento era formado por crianças e mulheres, e o remanescente era constituído de moços menores de dezoito anos.

Concluindo a análise das implicações da Revolução Capitalista Industrial, Ávila (2002) registra que o aumento da pobreza e do número de crianças desamparadas na França tornaram-se “entraves”, sem muitas perspectivas de serem resolvidos, sendo tratados apenas com iniciativas tímidas. Os operários (fossem crianças, adultos e/ou idosos, esses últimos quase sempre preteridos) das indústrias, eram expostos às

ocupações repetitivas, em ambientes reclusos, forçados incessantemente a trabalhar durante as noites (e/ou madrugadas) para complementar (nesses “períodos adicionais”) suas baixas remunerações, tornando-se indivíduos demasiado suscetíveis a diversas patologias.

Ainda conforme Ávila (1993, p. 353),

o valor absoluto do homem está no Espírito. Se não se situa o valor no Espírito, é totalmente gratuito e arbitrário considerar o homem um valor absoluto. Se o homem é só corpo, só matéria, ele se torna necessariamente uma realidade manipulada... e assim, todos os crimes podem ser praticados contra ele, mesmo os mais monstruosos e brutais, donde podemos matá-lo não somente tirando-lhe a vida mas matá-lo em sua dignidade com a fome, a desonra, com a injúria, negando-lhe a justiça e constrangendo-o ao desemprego. (Grifo do doutorando).

Autores referenciais nos temas Ação Social Católica – ASC e Doutrina Social da Igreja – DSI, Bigo e Ávila discorrem a respeito dos significados da pobreza e do trato para com os pobres.

Segundo Bigo (1969), os profetas (da Bíblia) destacavam a prioridade do direito dos pobres (despossuídos) sobre o direito dos possuidores. Cristo tem afeto pelos não abastados, por isso, afastar os não abastados é desfazer a união com o próprio Cristo. Os “iluminados” (os profetas) não se comoviam com a condição dos mais abastados. Na verdade, eles os censuravam por causa das iniquidades e desaprovavam a sua suntuosidade, uma afronta à indignidade dos despossuídos. Cristo aprofundou as críticas, reprovando as fortunas em si. A benevolência favorece a equidade, os homens (abastados) devem situar primeiramente os critérios da comunhão entre eles e, assim, alcançar o afeto dos menos abastados, reconhecendo os seus direitos na coletividade. Nessa concepção, a caridade seria uma espécie de novo mandamento, e a Doutrina Social não constitui uma substância de reflexão, mas, sim, um modo de engajamento da humanidade que deve, infalivelmente, encaminhar-se para a Ação Social.

Em abordagem conjunta, Bigo e Ávila (1982) ressaltam que a existência humana não pode excluir as pessoas e que as demandas básicas dos indivíduos devem ser tratadas com prioridade na sociedade. Os recursos do planeta Terra foram concebidos por um criador (Deus); sendo assim, cada um dos homens e mulheres detém o privilégio indispensável e cabalmente sagrado de usufruir desses recursos para se satisfizer enquanto indivíduos. Cristo não se limitou a tratar os pobres como privilegiados, pelo contrário, ele fundamentou, nas bem-aventuranças, toda a sua mensagem. Os pobres são

totalmente despossuídos(as) ou não têm o suficiente para sobreviver e, nesse sentido, tornam-se a redenção dos(as) abastados(as) que, enquanto repartem com aqueles outros os seus recursos, agem, por conseguinte, como amparadores dos despossuídos. Na herança bíblica, o não ser abastado(a), e acima de tudo, o não ser abastado(a) em sua face mais radical (a extrema pobreza ou a miséria absoluta), caracteriza uma condição religiosa (e/ou espiritual) de elevado significado. Não se limitando ao privilégio dos menos abastados, que o Cristo preconiza, mas ao afeto que consolida esse privilégio e que se encaminha para longe do âmbito das imposições jurídicas (da justiça).

No que se refere aos teóricos mais recentes, que discutem a questão da Ação Social Católica – ASC, foi analisado (repetido), o pensamento dos seguintes autores: Brighenti, Silva, Nascimento, Alves, Citino e o Papa Francisco.

Ao tratar da contribuição dada pela Ação Social Católica – ASC, Agenor Brighenti (2007) destaca que ela cooperou para que a instituição – Igreja Católica – maturasse a respeito da relevância da caridade como política, no sentido de esta também alicerçar a construção de uma sociedade pautada tanto na democracia quanto em laços de fraternidade cristã. Ou seja, o cristão tem a atribuição – ou o dever – de colocar-se no processo histórico com o poder de discernimento do que desumaniza os homens.

Por sua vez, Silva (2006) destaca que a caridade, sob a óptica cristã, é praticada por voluntários com base em um amor fraternal pelos excluídos da sociedade, imbuídos de nobreza e conduzidos pela vontade de doar-se aos pobres. Os múltiplos conceitos de caridade podem ser encontrados nos textos bíblicos, nos quais são propostas relações fraternais e de auxílio material por parte dos que detêm mais (os ricos) para com aqueles que detêm menos (os pobres), posto que só alcançará o Reino de Deus quem ajuda os pobres. A Igreja Católica historicamente auxilia os pobres, tanto por intermédio de iniciativas institucionais quanto através da atuação de grupos católicos leigos (o laicato proativo de Carlos Alberto de Menezes é um bom exemplo), e sob o signo da caridade, instituições de auxílio filantrópico ou de cunho cristão foram criadas, como, por exemplo, a SSVP. O Capitalismo – em suas etapas históricas e seus respectivos processos de ascensão, transformações e oscilações – sempre se caracterizou pela valorização do lucro demasiado em detrimento das relações pessoais norteadas por valores cristãos-católicos e/ou cristão-católicos-vicentinos. Para a Igreja Católica (no Pós Revolução Industrial Capitalista), as desventuras dos mais pobres eram provocadas pelo Capitalismo que, portanto, era ‘ateísta’

e, conseqüentemente, colocava-se em posição de adversidade para com a Igreja. Tudo isso fazia com que o repúdio ao Capitalismo aumentasse, já que Cristo, por ter vindo ao mundo pobre, se identificava naturalmente com os pobres. Com isso, esse modelo de produção passou a ser visto como a origem do mal, o que forçou a busca, por parte de membros da Igreja, por dois caminhos: o primeiro, marcado por aqueles que optaram pelo auxílio direto aos pobres; o segundo, caracterizado por grupos organizados em prol da justiça social.

As ações sociais de católicos permitiram o estreitamento das relações entre os não-pobres e os pobres, mesmo que tal caridade muitas vezes se limitasse a iniciativas particulares.

Para Nascimento (2013), o indivíduo só se realiza totalmente quando se relaciona com o social, ou seja, quando há uma relação harmônica entre um ser humano e seus semelhantes. Um dos princípios da Doutrina Social da Igreja – DSI, é o de que os bens – da terra e/ou do planeta Terra (como já foi supramencionado) – devem ser redistribuídos de forma equitativa para que se evitem as assimetrias sociais. A Ação Social Católica – ASC teve seu início na Idade Média com relevantes obras sociais, tendo em São Tomás de Aquino um pensador-teólogo com a dimensão social então requerida pela instituição. Mas, foi na Idade Moderna, com o advento do Revolução Industrial Capitalista, que a instituição inovou diante da “Questão Social” (e a “Questão Operária”), com destaque para as condições do proletariado vitimado por um modelo capitalista selvagem.

Segundo a abordagem de Alves (2014), *o Papa Francisco reconhece que os despossuídos são uma classe teológica e não meramente sociológica e cultural*, ele pretende uma Igreja Católica não abastada e para os não abastados e que os católicos se permitam ser catequizados por eles.

Na análise de Citino (2012), o homem, por ter sido criado por Deus – à sua semelhança – também é divino, sendo tal condição suficiente para alcançar uma vida plena; mas, quis Deus que o homem vivesse em paz com seus semelhantes. Os agentes sociais católicos (laicato proativo) são indivíduos dinâmicos no exercício de suas ações sociais, espelhando nelas as convicções católicas, sensibilizando os demais através de suas atuações habituais e na elaboração da compreensão da coletividade.

Sobre o pensamento diretamente do Papa Francisco, o comentário inicia-se com o reconhecimento, por parte do pontífice, da importância do laicato praticante (ou proativo)

e de sua missão na Igreja. Francisco (2013) ampliou a noção da fidelidade e da tarefa dos leigos na Igreja Católica. Apesar de ainda não ser o satisfatório, consegue-se dispor de um profuso quantitativo de laicos, munido de um espírito de coletividade e de deferência para quem demanda por compaixão (os pobres). A escolha divina pelos menos afortunados tem implicações na crença de todos os católicos que não devem afastar-se deles, mas assumir – inclusive e sobretudo os leigos – o papel de modificação da realidade social. Os católicos são açados a amparar os menos afortunados e a humanidade, pois isso descende das “magníficas verdades” sedimentadas na Doutrina Social da Igreja – DSI, que é a primordial medida de orientação para o exame e a crítica dos acontecimentos, particularmente, das questões sociais. Os evangelhos têm, em essência, uma dimensão social, e se faz necessário – alicerçado nas questões sociais relevantes – para o porvir da coletividade, animar os católicos a externarem essa dimensão, interminavelmente, nos seus procedimentos, condutas e falas.

Segundo Durkheim (2000), as convicções religiosas exteriorizam o âmago dos entes divinos e as associações que há entre esses: normas de atuação que designam os meios como o indivíduo tem que reagir em face dos entes divinos. Na origem das convicções religiosas encontram-se poderes, e quando o(a) teísta entra em condição religiosa, crê-se em contato com poderes que o governam e o suprem totalmente.

Para Max Weber (2009), são atribuídos a uma determinada pessoa (homem ou mulher) dons divinos e, logo, considera-se essa pessoa um emissário de um deus, um paradigma, um prócer (um líder).

Aduz Rodor (2014, p. 9):

Para um grande número de pessoas, a religião é primariamente uma coleção de crenças que deve ser aceita ou uma série de rituais e fórmulas. *A religião real, contudo, é uma forma de ver. Ela não muda os fatos do mundo em que vivemos, mas transforma nossa maneira de ver e interpretar esses fatos.* As circunstâncias podem permanecer as mesmas, porém nossa leitura delas é alterada, permitindo-nos experimentar uma libertação antes desconhecida e viver em outro nível de existência. (Grifo do doutorando).

O antropólogo Marcel Mauss (2003), utiliza com precisão os termos “moral da dádiva-troca”, o método que se decidiu denominar de conjunto de “trocas” integrais, grupo a grupo – no qual pessoas e grupos permutam tudo entre si – e constitui o mais ancestral método de organização econômica e de justiça (ou de direito) que se pode imaginar e averiguar. Formando o eixo sobre o qual se evidenciou o caráter da “moral da dádiva-troca”,

os agrupamentos humanos (ou as coletividades) prosperaram tendo em vista que as suas divisões, ou os seus componentes, atingiram a cimentação de seus vínculos através do compensar, obter e, afinal, recompensar ou, como conceitua, Mauss “a tríplice obrigação de ‘dar, receber e retribuir’ ”.

Conforme Martins (2005, p. 51):

A crítica anti-utilitarista inspirada na tradição de Mauss visa denunciar o equívoco de toda tentativa de limitar as motivações humanas apenas à moral do interesse e do egoísmo e de privilegiar a economia de mercado como instância privilegiada na produção do bem-estar social. Mais recentemente esta produção intelectual vem adquirindo um caráter abertamente propositivo, revelado pelo resgate do associacionismo. (Grifo do doutorando).

Segundo Sabourin (2008, p. 132), Mauss diferencia essas dádivas de presentes, bens e símbolos da troca utilitarista. Para o autor, não são os indivíduos e sim as coletividades que mantêm obrigações de prestações recíprocas.

Michel de Certeau construiu abordagens sobre as experiências do cotidiano e acerca da forma de analisar o passado. Ele, Certeau (1996, p.10), afirma que “*uma cultura é a linguagem duma experiência espiritual*”. (Grifo do doutorando). O mesmo autor atesta que “a análise fenomenológica e *praxeológica das trajetórias culturais* deve permitir apreender, ao mesmo tempo, uma composição de lugares e *a inovação que a modifica ao atravessá-las*”. (2005, p. 251). (Grifos do doutorando).

Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise de documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação. (CERTEAU, 2000, p. 33-34). (Grifo do doutorando).

1.6 QUANTO AOS CAPÍTULOS DA TESE

Esta Tese está dividida em 5 capítulos.

Implicações sociais decorrentes da Revolução Industrial e exigências postas pela Igreja católica com base na encíclica *Rerum Novarum*;

Carlos Alberto de Menezes: a recepção da *Rerum Novarum*, as ações pioneiras e a influência das experiências de Léon Harmel e Robert Owen;

A presença da espiritualidade vicentina nas ações de Carlos Alberto de Menezes e o seu legado;

Memórias visuais do Complexo Industrial de Camaragibe.

2 IMPLICAÇÕES SOCIAIS DECORRENTES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E EXIGÊNCIAS POSTAS PELA IGREJA CATÓLICA COM BASE NA ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM*

O mundo, de fato, deixou de ser o mesmo com e após a eclosão gradativa da Revolução Capitalista Industrial, transformando-se, desde então, em um “‘admirável’ mundo novo” (breve menção à obra de Aldous Huxley), marcado por uma “nova” dinâmica socioeconômica, política, filosófica, cultural, geográfica, ambiental e de fato religiosa.

A Revolução Capitalista Industrial, como é conhecida em nomenclatura clássica adotada nos livros de História (mais especificamente nos livros da chamada História Geral), teve seu epicentro na Inglaterra do século XVIII, depois capilarizou-se para outras nações como a Alemanha, a França, a Bélgica, a Rússia, os da América, o Japão e bem mais tardiamente para o Brasil.

As implicações sociais (que adiante serão abordadas), em seus vários matizes atingiram, de forma contundente, as pessoas que faziam parte das bases das pirâmides sociais dessas nações supra referidas, nas quais se faziam presentes problemas análogos (guardadas as devidas especificidades socioeconômicas, políticas, culturais, geográficas, ambientais e religiosas de cada uma das delas). As transformações tecnológicas (quantitativas e qualitativas) nas mais variadas formas de produção aconteceram em diversos setores da indústria, e o manuseio dos insumos e/ou matérias-primas não era mais o mesmo (ou não era mais com antes). Abandonava-se o modo artesanal de laboração, que guardava até um certo “romantismo” e/ou tradicionalismo para os trabalhadores da época, e passava-se a ser adotado, a partir daquele momento, até a hodiernidade, o modelo

“capitalista industrializado de produção”. Meio que, desde os seus primórdios, gerou: mais pobreza; fome; exclusão social; salários baixos; condições insalubres de trabalho; baixa qualificação profissional e pouca ou nenhuma formação escolar; além das péssimas condições de moradia; falta de saneamento básico; carência por serviços de saúde adequados; e desemprego, entre outras disfunções sociais.

O fato de, à época (entre os séculos XVIII e XIX), as transformações técnicas terem mudado drasticamente a vida das pessoas, não implicou numa humanização das relações de trabalho ou numa socialização da produção da riqueza, aliás “sacramentou” a permanência de sociedades historicamente assimétricas: a criação da máquina a vapor; as inovações implementadas na estrutura dos teares (entre outras invenções e inovações “outrossim relevantes”).

Fizeram com que a produção desse um salto significativo com relação aos parâmetros anteriores. No entanto, tamanha evolução não alcançou as condições de trabalho e de vida dos proletários-pobres. Algo que desde o nascedouro da Revolução Capitalista Industrial causou um conflito de classes (burgueses x proletários ou operários, e a decadência de um mundo (baseado em memórias) que começara a ruir, ou se “diluir” (lembrando Bauman). Antes o mundo (tendo como referência aqui a Inglaterra ainda) era essencialmente agrário, marcado por relações interpessoais ainda fortemente familiares, “quase tribais”, norteado pelo modelo *Common Law* (leis ainda fundamentadas nos costumes), ou seja, um “direito consuetudinário”, formas de administração de conflitos herdadas de grupos ancestrais.

Estabeleceu-se então, uma “nova” existência social que, ora paulatinamente, ora abruptamente (em alguns casos), passou a ser regida pelas máquinas (a automação do trabalho) que de fato, tomou o lugar de muitos homens e mulheres no processo produtivo. Mecanismos inovadores que ainda necessitariam de mãos humanas para operá-los, porém de mãos especializadas (qualificadas), mudança que sem possibilidade de apelos, descartariam os trabalhadores considerados não não-qualificados.

Tal situação gerou, tanto na Inglaterra quanto em outros países, um contingente humano de excluídos, pessoas sobrevivendo muito aquém dos benefícios de outros tempos, que a estrutura laboral-fábrica desintegrou, causando uma explosão demográfica nas periferias, a exemplo da cidade de Londres, entre meados dos séculos XVIII e XIX.

Surgiram locais (cidades, bairros, cortiços, guetos etc.) que poderiam hoje ser comparados – guardadas as devidas peculiaridades – com as periferias, favelas e/ou comunidades carentes, por exemplo, do Brasil atual. O trabalhador rural inglês foi obrigado a abandonar seu *modus vivendi* no campo, com seu ritmo (suas concepções de vida ou noção de tempo), tradições, crenças próprias, para se instalar nos subúrbios que germinaram nos arredores das indústrias londrinas e de outras cidades do Reino Unido. Homens, mulheres, crianças e idosos foram entregues a todas as formas de objetificação, coisificação, “bestialização” e/ou animalização possíveis (em situações semelhantes ao trabalho escravo muitas vezes, mesmo sendo operários e operárias assalariados, diga-se ou, muito mal recompensados ou pagos). Eram submetidos a cargas horárias de trabalho que extrapolavam os limites da capacidade humana e, muitas vezes, causavam mortes ou mutilações de muitos proletários e proletárias que, alijados do trabalho, passavam a engrossar a massa de excluídos, desempregados e famintos. Não à toa, um movimento de nome “Ludismo”, já no século XVIII, professava a destruição de todas as máquinas e indústrias, não aceitando a transição – inevitável – de um espaço predominantemente rural em que viviam há milênios para um de prevalência citadino-industrial ostensivamente excludente, desagregador e desumanizador.

Faz-se necessária, aqui, uma ressalva: mudanças de tamanho vulto, como as promovidas pela Revolução Capitalista Industrial, exigiram muito das sociedades nas quais elas foram forçadamente inseridas. Não é fácil para qualquer grupo social orientado por maneiras próprias de vivência e produção de excedentes, acostumados a práticas culturais rotineiras que atravessaram séculos, marcados por comportamentos que os distinguiam dos demais, mudar simples e abruptamente para algo dito “moderno”. Aquilo que notabiliza um grupo com relação aos demais, suas condutas, suas originalidades nos afazeres comezinhos, a sua cultura de forma geral (material e imaterial), fazem com que não sejam aceitas com facilidade transformações céleres. Sendo mais claro, o modo capitalista industrializado de produção foi imposto (na Inglaterra e em outras nações) a um mundo que ainda guardava algo do cerne feudal-medieval (sem nenhuma conotação negativa a esse). Um âmbito social de forte viés agropecuário – ou agropastoril –, com suas usanças, mitos, lendas e procedimentos sedimentados tendo que se defrontar (e se desconstruir) com o pragmatismo e a agitação do “novo” modelo de produção. Que se agigantava de forma irrevogável, uma vez que os desafios de “novos” processos socioeconômicos, políticos,

filosóficos, culturais, geográficos, ambientais e religiosos vêm sem dar sinais muito claros de sua evolução e/ou poder de compulsoriedade.

O “choque de civilizações” é algo comum na história, que está entremeada por encontros e desencontros, incorporações, aculturamentos e “raros” instantes de alteridade. “Novos” mundos vão impondo-se a outros, sem deixar espaços para a dialética e a compreensão mútua do que os diferencia e os torna semelhantes (daquilo que porventura os afasta, posto que são diferentes, mas que, muitas vezes, por se tratarem de relações entre seres humanos, poderia aproximá-los). Porém, a princípio, seria “impossível” exigir, num curto prazo, qualquer traço de humanismo e de cristandade social em um modelo de produção – como o Capitalismo Industrial oriundo da Revolução Capitalista Industrial – que, nitidamente, se configurou objetivando a produção e reprodução massiva do lucro em benefício da burguesia, dos industriais ou dos capitalistas. Tampouco exigir daqueles que o promoviam com fervor – os mesmos burgueses, industriais ou capitalistas e hoje liberais e/neoliberais – que não vissem o seu “novo” modo de produção (o Capitalismo Industrial) como uma “panaceia” para todos os males socioeconômicos da humanidade, entre os séculos XVIII e XIX. Ou que não o vislumbrasse como uma única alternativa a ser buscada, seria humanidade demais por parte de indivíduos que viram na realidade (o Capitalismo Industrial) como um meio pragmático de contemplação de suas respectivas ganâncias.

Já foi observado que não houve, na prática, por parte do campesinato inglês (e de outras nações) do século XVIII e XIX, uma livre aceitação plena do novo modelo produtivo que se consolidava (o Capitalismo Industrial).

Diante disso, qual foi a posição da Igreja Católica daquele período ante as graves implicações geradas pela Revolução Capitalista Industrial nos campos socioeconômico, político, filosófico, cultural, geográfico, ambiental e principalmente, no campo religioso? Posso afirmar que a “Questão Social” (e a “Questão Operária”, com toda a sua complexidade) não era algo novo para a Igreja Católica, pelo contrário, através da Doutrina Social da Igreja – DSI e da Ação Social da Igreja – ASI, muito já se propunha e já fora colocado em prática para a atenuação dos problemas sociais gerados pelo referido modelo de produção.

Desde o Cristianismo Primitivo (com mais exatidão, nos três primeiros séculos depois de Cristo) já se identificava no pensamento e na prática dos primeiros cristãos, um olhar e uma atitude acentuadamente sensíveis quanto à realidade dos mais pobres, dos

excluídos da sociedade hebraica antiga, e com a expansão desse, com as desigualdades da sociedade romana antiga, por exemplo. Tal postura – a dos cristãos primitivos – pode ser identificada em livros e passagens da tradição “neotestamentária” (oriunda do Novo Testamento).

No entanto, a “Questão Social”, nunca sofreu uma solução de continuidade definitiva, pelo contrário, se repetiu, nos séculos XVIII e XIX, depois de Cristo, para com os despossuídos da Revolução Capitalista Industrial. Dessa forma, a *Rerum Novarum* – RN, encíclica papal promulgada pelo Papa Leão XIII, em 1891, trouxe e propôs algo de “novo” e/ou adequado à insensível sociedade industrial que se materializara com a Revolução Capitalista Industrial e em suas implicações mais terríveis. Conforme Citino (2012, p. 34), “Leão XIII soube trilhar os novos caminhos da modernidade, condenando os mesmos males apontados antes, mas procurando aproximar a Igreja dos proletários”. Afirma ainda o autor:

De 1884 a 1891, reuniu-se um grupo internacional de clérigos, denominado União de Friburgo, sob a direção do Cardeal Mermillod, visando ao estudo dos problemas sociais da modernidade. Desse trabalho, surgiu a encíclica Rerum Novarum, que se tornaria o paradigma da doutrina social católica, publicada em 1891 por decisão do papa Leão XIII. A equipe União de Friburgo teve como objeto o estudo dos problemas sociais à luz da moral católica, assim como difundir o resultado de sua reflexão ao público em geral. (CITINO, 2012, p. 35). (Grifo do doutorando).

A atitude de Leão XIII refletia as tradições da Igreja Católica, ou ao menos das experiências das primeiras comunidades cristãs e depois, gradativamente, de personagens proeminentes do catolicismo como São Vicente de Paulo e o leigo Frederico Ozanam e da SSVP criada por ele, ambos na França dos séculos XVI, XVII e XIX, respectivamente. Ou no Brasil, em Pernambuco, pontualmente em Camaragibe, onde Carlos Alberto de Menezes, pautando sua vida nos preceitos da sua espiritualidade vicentina, replicou ações e práticas de caridade semelhantes.

Nunca é demasiado registrar que o contexto histórico-social em que a RN foi apresentada ao mundo era outro, totalmente diverso do cosmos social do “paleocristianismo”. Ou seja, a encíclica papal, desde o primeiro instante apresenta-se conectada com o seu tempo e seriamente crítica para com as consequências da Revolução Capitalista Industrial, num primeiro instante, relacionada ao contexto europeu. Principalmente aquelas consequências que desumanizavam homens, mulheres, crianças e idosos (na figura dos(as) proletários(as) ou operários(as) que foram (re)pit

“objetificados”, coisificados, bestializados e/ou animalizados, pelo modelo capitalista industrial de produção. Ainda, afirma Citino (2012, p. 37):

Comprovando que o tema social mereceu especial atenção dos papas, após a publicação da Rerum Novarum, o papa Leão XIII mandou publicar mais seis encíclicas e uma carta. Pio X (1903-1914) três encíclicas e três cartas; Bento XV (1914-1922) duas encíclicas e uma nota diplomática; Pio XI (1922-1939) vinte encíclicas e uma carta; Pio XII até o ano de 1948 foi responsável por nove encíclicas, treze mensagens radiofônicas, cinco homilias, cinquenta e quatro alocações, doze cartas, um sermão e quinze discursos. (Grifo do doutorando).

Outras questões relevantes à época também foram alvo da observação arguta de Leão XIII e de sua carta, tais como o crescimento das doutrinas protestantes e de outras doutrinas como o kardecismo (do francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, o Alan Kardec), a expansão do socialismo científico (dos alemães Karl Marx e Friedrich Engels com seu ideário socialista-comunista), e as convicções do movimento anarquista. Por fim, a demanda urgente por um processo de romanização da Igreja Católica – em suma, a reafirmação de sua doutrina, dogmas e valores –, e de revitalização das relações entre a Igreja e o Estado (já não muito próximas na segunda metade do século XIX, no final desse, apresentando sinais de distanciamento ente Estado e Igreja, como no caso do Brasil com a Constituição de 1891, que separa ambas instituições. Ou seja, e crescimento do processo de secularização, dentre outras problemáticas também importantes para a Igreja Católica).

A RN é reconhecida por membros da Igreja Católica e seus estudiosos (cientistas da religião, teólogos, historiadores, “vaticanólogos”, filósofos, sociólogos etc.) como um dos documentos oficiais de maior relevância nos “mais de dois mil anos” da instituição. Ela, de fato, pode ser compreendida como uma posição firme da Igreja – não só contra o modelo capitalista industrializado de produção –, uma vez que ele ascendeu e predominou “tranquilamente” durante os séculos XVIII e XIX. Na verdade, a encíclica foi posta, como uma interlocutora das divergentes demandas existentes entre burgueses e proletários que, de lados opostos, visavam verem contemplados os seus próprios interesses e/ou necessidades. Num flanco os burgueses que, em síntese, objetivavam a produção e reprodução do lucro advindo dos fatores de produção que detinham (dentre eles, o principal: era o capital). Esses fatores eram colocados em uso para “naturalmente” alcançar seus fins lucrativos, seja ante as críticas da Igreja Católica ao Capitalismo Industrial (no final do século XIX com a RN), seja desde as suas relações históricas com esta instituição milenar

a partir do desenvolvimento do Mercantilismo (nos séculos XIV, XV e XVI) fonte geradora do mesmo tanto da Revolução Capitalista Industrial como do Capitalismo Industrial. E o proletariado, que dispunha apenas de sua mão-de-obra para negociar com os burgueses, recebendo, em troca, um salário (muito aquém do ideal), não justo de fato, segundo a historiografia referente as implicações decorrentes da Revolução Capitalista industrial. Na teoria, “tudo é fácil” de entender e explicar, mas, na prática, a Igreja Católica percebera que as relações entre proletariado e burguesia, esse último, almejando a maximização contínua dos lucros, era em essência, interações desarmônicas, dissonantes. Ou seja, os benefícios do Capitalismo Industrial não atingiram todos os estratos sociais que punham em funcionamento a sua macroestrutura, eis, em síntese, a “Questão Operária”, uma das nuances da “Questão Social”.

Na perspectiva de Pereira (1991, p. 288),

A visão de Leão XIII não era a de uma luta ou de um conflito, e sim de harmonia entre as forças da produção. Não se cansava, o grande Papa, de repetir: “Não há trabalho sem capital nem capital sem trabalho.” O que pode parecer singelo, mas, na verdade, representa um anseio de harmonia e de compreensão, capaz de assegurar a paz social e comunitária pela instituição das Corporações Operárias. (Grifo do doutorando).

Pelo contrário, poucos se beneficiavam desse modelo socioeconômico de produção (os burgueses, sem dúvidas se davam bem), enquanto a grande maioria (os proletários, estavam, desde o início, e permaneciam com o passar dos anos, cada vez mais pobres e/ou miseráveis. Viviam distantes de quaisquer possibilidades de melhorar suas condições de trabalho e vida, muito longe de uma chance de ascensão social que amenizasse suas duras realidades as retirassem delas.

Não temo em afirmar que a RN foi um “documento revolucionário”, mesmo salientando que muito dos infortúnios (quase todos) por ela condenados em 1891 ainda existam nos dias de hoje (só que agora em escala global, não mais “eurocêntrica”). O uso do vocábulo “documento revolucionário” é no sentido de que esse não se colocou de forma sectária em favor de nenhum dos dois lados do espectro e/ou da querela “seja da Questão Social, seja da Questão Operária”. Em verdade, buscou, antes de tudo, a mediania, propondo (ou “exigindo”) que burgueses e operários(as) chegassem a um consenso, a um ponto de equilíbrio acerca do que podia ser bom e vantajoso para ambas as partes. Algo que não comprometesse a “naturalidade” da produção e replicação do lucro o que, para a Igreja Católica, assim como o direito à propriedade privada, eram legítimos, e obviamente

muitos caros à burguesia. Enfim, algo que humanizasse de uma vez por todas as relações de trabalho, o que constituía uma necessidade valiosa para o proletariado. “Documento Revolucionário”, reforço, posto que se preocupou, com aqueles(as) sem poder, sem muitos bens materiais, com aqueles(as) sobremaneira destituídos(as): o proletariado.

Pereira (1991, p. 289) destaca que:

Estávamos no final de um século que avultou pela extensão e pela efervescência da Questão Social. A Igreja foi desafiada por Marx e Engels. Não podia ficar de braços cruzados diante da investida socialista. Era um confronto decisivo. Leão XIII – cognominado o Papa dos operários – escreveu a grande Encíclica, hoje centenária, para dizer que a igreja tinha o que ensinar a respeito da luta desencadeada entre o Capital e o Trabalho. E disse de tal maneira que pioneiros como Léon Harmel e Carlos Alberto de Menezes sentiram que estavam no caminho certo com a valorização do trabalho como força da produção tão importante quanto o capital. (Grifo do doutorando).

A RN observou naqueles grupos – operários(as), fossem eles homens, mulheres, crianças e idosos – a parte mais frágil de toda a conformação produtiva e socioeconômica do Capitalismo Industrial visto que, além de diariamente expostos a excessivas horas de trabalho, estavam ,os operários(as), sempre suscetíveis a todo tipo de acidentes e à insalubridade dos ambientes das fábricas e/ou indústrias, além de serem muito baixas as suas remunerações. No caso particular das mulheres, além de sofrerem com a dureza nos ambientes de trabalho elas eram subestimadas aos assédios morais e sexuais do patronato-patriarcal, machista e misógino, tipo de atitude ou comportamento tão comumente encontrado na história das sociedades e civilizações humanas, e não diferente na Inglaterra, e em outros países da Europa e do mundo em que a Revolução Capitalista industrial eclodiu, nos séculos XVIII, XIX e até mesmo no século XX, inclusive no Brasil.

Quando da publicação da Encíclica RN, foram registradas ressalvas de ambos os lados: da parte dos burgueses, visto que esses verificaram nela uma sensível atenção para com as desumanas condições de trabalho a que eram expostos os(as) proletários(as), algo que, na visão dos burgueses, não poderia mudar bruscamente visto que comprometeria diretamente a produção e a reprodução do lucro. Da parte do proletariado, porque a carta não colocava em xeque principalmente o direito à propriedade privada, instituto quase que “sagrado”, tanto para o patronato, quanto para a Igreja Católica, o que, de alguma maneira, legitimava as gritantes diferenças sociais entre burgueses e proletários(as) no que se refere diretamente tanto ao direito a terra (o solo propriamente

dito) quanto aos direitos de acessibilidade aos bens naturais que o planeta Terra disponibiliza para “todos(as)”. Para os críticos mais ferrenhos (os socialistas científicos ou marxistas-comunistas e os anarquistas), a carta não passava de uma ratificação oficial, por parte da Igreja Católica, da situação de dominação trabalhista característica das relações entre os burgueses e o proletariado.

Coloco-me aqui, a princípio, em uma posição contrária a essas concepções binárias acerca da encíclica *Rerum Novarum* – RN. Muito pelo contrário, compreendo a RN, como um documento relevante, pois, seja como um posicionamento crítico das problemáticas sociais oriundas dos séculos XVIII e XIX. Seja como um posicionamento (na verdade, uma série de posicionamentos) não-anacrônicos posto que se debruçou sobre as problemáticas sociais do seu tempo, e as criticou. E até de hoje (a segunda década do século XXI) encontra-se bastante pertinente e “aplicável” em alguns aspectos. Cito-os: encontramos, volta e meia, nos veículos de informação (jornais, internet, etc.) ou assistimos na tv, notícias sobre a exploração do trabalho escravo, ou trabalho análogo ao trabalho escravo, em diversos locais do Brasil. Um país que, no dia 13 de maio de 1888, “aboliu” oficialmente a escravatura, portanto, há 132 anos tal tragédia foi proibida (em teoria) nessas terras. Porém, na época atual são encontradas provas claras de sua persistência nas grandes cidades e nos rincões do país, ainda que exista todo um aparato jurídico “moderno” – mesmo sendo considerada a legislação trabalhista brasileira uma das mais avançadas do mundo, no que concerne pontualmente à punição da exploração do trabalho escravo ou do trabalho análogo escravo – que visa proteger o trabalhador dessas incongruências.

Guardadas as devidas proporções e distinções, a RN condenou o tratamento brutal imposto aos(às) operários(as), veja-se, por exemplo, o caso do trabalho infantil nas fábricas têxteis inglesas nos séculos XVIII e XIX (“análogo”, em certa medida, ao trabalho escravo da época no mundo que explorava esse tipo de mão de obra, com o Brasil figurando em destaque nessa lista). No presente, relembro, final da segunda década do século XXI (mais especificamente, junho de 2020), carvoarias espalhadas pelo semiárido nordestino, além de contribuir para a destruição ambiental do ecossistema Caatinga, utilizam mão de obra infantil, continuando a privar crianças (meninos e meninas) das alegrias inerentes e necessárias a uma infância saudável e ricamente lúdica. E se esses males atormentam, na contemporaneidade, o nosso país (e outros locais do planeta) como afligiam o papa Leão XIII no final do século XIX, na Europa, as várias exigências postas pela RN que se faziam

prementes no final do século XIX, fazem-se extremamente essenciais agora, em suma, a *Rerum Novarum* – RN está e “vigência”, e penso não foi compreendida totalmente em seu âmago.

Finalizando, discordo igualmente da possibilidade de que a RN tenha nascido comprometida apenas com os interesses de uma Igreja Católica atormentada por fantasmas de cunho diversamente religioso, ideológico-político e socioeconômico, como os antes mencionados protestantismo, marxismo-comunismo, kardecismo, anarquismo, dentre outras supostas “ameaças” à suposta “hegemonia” católica. A RN não foi completamente cúmplice dos anseios da classe burguesa (portanto, não fielmente insensível para com as necessidades da classe proletária e/ou operária). Tampouco optou “cegamente” pelo lado dos(as) operários(as), como se antecipasse ou desse origem as aspirações de uma futura e bem-quista Teologia da Libertação – TL, que surgiria na segunda metade do século XX, talvez outra interpretação, também turva, do que foi na sua realidade *Rerum Novarum* – RN e também a Teologia da Libertação – TL. Não obstante, é sempre importante manter-se bastante atento ao que os processos históricos e os documentos históricos – no caso aqui a RN – e suas interpretações têm a ensinar: não há como e nem por quê fugir deles (processos e documentos históricos), eles são “pedagógicos” em motivos, sentidos e concretizações, ainda mais quando se trata de uma encíclica tão relevante, instigante, complexa, “polêmica” como foi e ainda é a *Rerum Novarum* – RN.

O Cristianismo, em sua fase embrionária esteve ou posicionou-se próximo dos enfermos, dos abandonados, dos desafortunados e dos excluídos das sociedades nas quais vislumbrou expandir-se (a princípio a hebraica antiga, a egípcia antiga, e primordialmente, a romana antiga, e assim por diante), ou seja, o Cristianismo Primitivo, procurou os pobres. Mas, isso é uma marca indelével do Cristianismo, de sua trajetória que a fez com que se transformasse numa das maiores religiões do mundo na atualidade, com aproximadamente 2 bilhões de fiéis. Já o Catolicismo Romano (com aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões de seguidores e seguidoras) tem também, ao longo de sua história de mais (de 2 mil anos, ou quase isso), um cabedal de distanciamentos e de fases em que esteve mais próximo dos mais carentes, dos que vivem na pobreza ou na extrema pobreza. O momento atual, com o Papa Francisco, tem-se caracterizado, desde o início do seu

pontificado (em 2013), como um período de reaproximação dos pobres, dos excluídos da globalização.

Retomando as considerações a respeito das implicações da Revolução Capitalista Industrial e das exigências postas pela *Rerum Novarum* – RN, “não é possível” quantificar e/ou qualificar com precisão, em sua totalidade, o que foi o processo socioeconômico, político, cultural, “geo-ambiental” e com implicações diretas sobre a religião, chamado Revolução Capitalista Industrial. Justo porque esse extrapolou as fronteiras marítimas-insulares da Inglaterra e do Reino Unido, e envolveu, paulatinamente, outras nações, afetando as relações de trabalho com a imposição do modelo capitalista industrializado de produção (com todos os seus “benefícios” e encadeamentos extremamente negativos). Sobretudo por se tratar da nação mais rica do mundo no século XIX (a Inglaterra) – e considerando que tenho também a formação em Economia – posso afirmar que o século XIX “pertenceu” a essa Ilha, que consolidou um império “onde o sol nunca se punha”, tamanha era a sua amplitude.

Ressalto que as referências mais elucidativas sobre consequências positivas e negativas da Revolução Capitalista Industrial (sem cair numa abordagem de visão meramente dualista) vêm do que realmente aconteceu na Inglaterra e em outras nações (entre os séculos XVIII, XIX e até mesmo o XX com o Capitalismo Industrial Tardio no Brasil). A Inglaterra funcionou como um epicentro da Revolução Capitalista Industrial que, depois, firmou-se em partes relevantes dos continentes europeu, americano e asiático. Na Inglaterra, e em todos os lugares citados, a vida dos proletários não foi de facilidades: exposição constante e demorada dos(as) operários(as) às altas temperaturas das recém-criadas máquinas a vapor d’água colocadas em ambientes abafados; nas perigosas (profundas e “escuras”) minas de carvão (onde crianças eram comumente usadas, por serem de menor compleição física e conseguirem passar por espaços em que adultos não conseguiam atravessar para instalar explosivos e/ou dinamites) com o intuito de se obter o tão desejado minério de carvão. A tudo isso era acrescido o assédio moral e sexual aos quais também as crianças e, principalmente, as mulheres eram submetidas (no caso dessas, já citados). Se não bastasse, ainda havia o descaso para com as condições físicas limitadas dos mais idosos nos serviços em que eram empregados. A totalidade compunha um cenário de verdadeiros horrores.

Todavia, não é correto, tampouco inteligente, demonizar a Revolução Capitalista Industrial no seu todo, pois se pode extrair dela alguns aspectos benéficos, tarefa nada fácil quando se parte da perspectiva dos(as) operários(as), ou seja, dependendo de qual ângulo ela é observada. Os avanços tecnológicos identificados nos maquinários empregados nos diversos setores da produção (principalmente nos teares ingleses, mesmo desempregando muitas pessoas), a formação de uma mão-de-obra especializada; o pagamento de salários (mesmo que no início, aquém do idealizado pelos(as) proletários(as), isto é, já originariamente defasados), essas “benesses” podem, com muitas ressalvas, serem vistas como “conquistas” para os(as) proletários-operários(as). Não esquecendo que, em algumas partes do mundo, à época, vigorava, como ainda persiste hoje, situações como o trabalho escravo ou o trabalho análogo ao trabalho escravo (em síntese, não-assalariado e com uma gama de malefícios específicos, isso acontece no Brasil da atualidade com frequência, como já foi referido). Arrisco aqui dizer que em alguns lugares pobres do Brasil a Revolução Industrial Capitalista não deu o ar de sua graça.

Nos séculos XVIII e XIX foram registrados o crescimento comercial, com a exportação em larga escala de produtos ingleses (e depois europeus, americanos e asiáticos) pelo mundo. Bem como a importação de mercadorias vindas de outras nações – a internacionalização do comércio, do livre comércio ou do liberalismo comercial – que gerou um vasto acúmulo de riqueza por parte dos burgueses-industriais-capitalistas, como queira chamá-los. Tal processo (vivenciado em mais ou menos duzentos anos) ensejou uma nova fase do Capitalismo Industrial, a “mundialização” desse e por conseguinte, a fase que convencionou-se chamar de globalização econômica, ou simplesmente, a globalização, no século XX, esse período que teria se iniciado com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Os aspectos referentes a exagerada concentração de riquezas foram criticados pela Igreja Católica, e/ou pela *Rerum Novarum* – RN que destacou que as “vantagens” trazidas pela Revolução Capitalista Industrial não foram, sequer minimamente, compartilhadas pelos burgueses com o proletariado. As desmedidas diferenças sociais registradas na Inglaterra, e mais especificamente na Londres dos séculos XVIII e XIX, não seriam de causar nenhum assombro a qualquer historiador, economista, sociólogo ou intérprete dos dias de hoje.

É lamentável que, na hodiernidade, sejam encontradas situações sociais similares ou até mesmo piores as da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX (África, Ásia e América latina principalmente). Isso reforça a ideia que defendo num trecho anterior desse capítulo, de que algumas das exigências postas na RN não são anacrônicas, mas, sim, o oposto: estão em plena sintonia com as questões socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais e religiosas que urgem no presente. Em sua análise, indaga Pereira (1991, p. 291):

Pergunta-se: após um século, a Encíclica Rerum Novarum ainda é atual? A pergunta tem a sua lógica: as coisas novas de que trata o notável documento pontifício já não são mais novas, hoje. Logo no começo da sua Encíclica diz o Papa: - “A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social”. E mais adiante: - “Por toda a parte, os espíritos estão apreensivos e numa ansiedade expectante, o que por si só basta para mostrar quantos e quão graves interesses estão em jogo. Esta situação preocupa e põe ao mesmo tempo em exercício o gênio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano.” (Grifo do doutorando).

Abrandar (os problemas inerentes a “Questão Social” e a “Questão Operária”) é tarefa hercúlea para quaisquer nações, pois neste mundo, nas grandes e pequenas cidades, nas suas esquinas, becos, vielas, praças e nos seus mais variados logradouros. Nas (megacidades, ditas ricas ou não, nas metrópoles como Recife, e megalópoles como São Paulo ou Nova Iorque) são facilmente vistas pessoas em estado de plena miserabilidade material, física, psicoemocional e “espiritual”, dentre outras situações de risco. Seres humanos estão imersos em vícios (dependentes químicos de drogas, as mais variadas possíveis e de alto grau de letalidade, ou adictos do já tão massificado álcool, alcoólatras). São contabilizados milhões de desempregados (no caso do Brasil de 2019, especula-se que haja 16 milhões de pessoas desempregadas, e com as crises econômicas subsequentes, incessantes, agravadas pelas as implicações da pandemia do “Coronavírus”, e inabilidade e até insensibilidade do atual governo para com o quadro, sinto a sensação de que essa situação só tende a piorar). Sem perspectivas, muitos dos desempregados e desempregadas até já pararam de procurar por trabalho, passando a

sobreviver dos popularmente conhecidos bicos, o que, em economia, chama-se de precarização do trabalho ou de trabalho informal.

Em tão ultrajante o quadro social em que são desperdiçados, ano após ano, milhões de jovens em idade economicamente ativa, justamente pela ausência de esperanças no crescimento e desenvolvimento socioeconômicos de médio e longo prazos no Brasil e em parte do mundo, pois, esse fenômeno também pode ser identificado em outros países como, por exemplo, na vizinha Argentina, ou na Europa, em países como França, Espanha e Itália. Ou seja, além da continuidade de aspectos negativos identificados no cerne da I Revolução Capitalista Industrial, verifica-se, nos séculos XX e XXI, mudanças significativas nos conceitos de trabalho, emprego, salário, conquistas ou garantias trabalhistas e produção ou produtividade (palavra mais em voga), etc. E mais, com a chegada (há algumas décadas), e a consolidação de novas concepções pelas quais devem ser norteadas as relações entre empregadores e empregados (outrora, burguesia e proletariado), tais como: terceirização da mão-de-obra (ou numa visão brevemente crítica, uma verdadeira fragilização dessa, já citada, através do trabalho informal); negociação direta entre empregador e empregados (com pouca ou nenhuma intermediação de órgãos como o Ministério do Trabalho, ou da Justiça do Trabalho ou das Secretarias do Trabalho dos estados e municípios que “funcionavam” como instrumentos de proteção, fiscalização e aplicação dos direitos trabalhistas).

Eficiência, empreendedorismo, inovação, capital humano (ou investimento em mais capital humano, entre outras variáveis e até neologismos ou estrangeirismos como o tão aclamado “*coach*” de carreiras, traduzindo, treinador de carreiras). Esse seria o mundo com o qual a *Rerum Novarum* – RN teria que lidar, o mundo com uma economia (aqui cometemos, de maneira proposital, uma redundância) já “mundializada” e/ou globalizada.

Diante disso, afirma Pereira (1991, p. 292):

O quadro que Leão XIII pinta, logo de início, é sombrio. Ele traz a luz do Evangelho para aclarar os caminhos do futuro e resolver, ou pelo menos atenuar, os conflitos existentes. O proletariado encontrava uma luz no fim do túnel. Essa luz não era o conflito entre o capital e o trabalho e sim a harmonia social entre patrões e operários, entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos. (Grifo do doutorando).

A grosso modo deduzo que, os desafios para a *Rerum Novarum* – RN, se confrontada com as questões sociais de hoje, aumentariam de forma desmedida e plural – e não poderia ser de outra forma – uma vez que o mundo mudou, não permaneceu estático

ou letárgico, está descentralizando-se do Velho Mundo (Europa e Ásia, ou do “velho eixo”, do clássico binômio Atenas-Jerusalém) e do Novo Mundo (em última instância, o continente americano, sempre encabeçado pelos Estados Unidos da América). A economia global está mudando de núcleo, alcançou ou foi alcançada pelos limites e fronteiras mais longínquos do planeta, o Extremo Oriente, onde a China, país hegemônico da região (e muito influente na economia também em escala “transpacífica”, uma breve referência à economia concentrada no âmbito do Oceano Pacífico), tem uma economia pujante desde as reformas implementadas por Deng Xiaoping em 1978, seu líder na época. E o que se vislumbra para as próximas cinco décadas é a configuração de um “sinocentrismo”, ou seja, a China como novo centro econômico, político, cultural e “geo-ambiental” global desbancando os Estados Unidos da América – EUA do posto que esse ocupa desde o final da Segunda Guerra Mundial. E não necessariamente apresentando feições de todo negativas, uma vez que a República Popular da China – RPC foi o país que mais tirou pessoas da pobreza nos últimos quarenta anos de história.

Afirma o Departamento Nacional de Estatísticas (2018), que

entre os anos de 1978, quando a China iniciou a reforma e abertura, até 2017, o país tirou 740 milhões de pessoas de áreas rurais da pobreza, de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas – DNE). A proporção de pobreza nas áreas rurais caiu 94,4 pontos percentuais, sendo que a média anual foi de 2,4 pontos (o que equivale a quase 19 milhões de pessoas saindo da pobreza por ano). Os dados do DNE apontam que a China contribuiu com mais de 70% do trabalho global de combate à pobreza nos últimos 40 anos. Apenas nos últimos cinco anos, mais de 68 milhões de pessoas saíram da pobreza, sendo que o país pretende tirar mais 10 milhões em 2018 e erradicá-la até 2020. (Grifo do doutorando).

Há também a problemática ambiental ou socioambiental que envolve demandas de todos os oito bilhões de habitantes do planeta Terra no século XXI e nos séculos vindouros para o bem das gerações atuais e futuras (levando-se em consideração a possibilidade de que essa população pende a aumentar e que o planeta “não reúne condições físicas” para suprir as demandas de tamanho contingente de pessoas nas próximas décadas).

Dessa forma, levanto um questionamento: com toda essa diversidade de questões sociais (e agora também ambientais) mal ou não resolvidas, agravando-se exponencialmente desde a eclosão e evolução da Revolução Capitalista Industrial, da

mundialização, da globalização, haveria ainda espaço para a aplicação das exigências postas pela *Rerum Novarum* – RN na contemporaneidade e à posteriori?

Em princípio a minha resposta é um (maiúsculo) “SIM”. E explico, com cuidado, adiante, o motivo desse “otimismo não incauto”, na falta de vocábulos melhores.

A questão da aplicabilidade de algumas exigências postas na *Rerum Novarum* – RN na atualidade já foi referida nessa Tese, posto que essas não se tornaram obsoletas. Mas a título de registro, nunca é repetitivo também dizer para aqueles(as) que se orientam economicamente pela linha de pensamento liberal e/ou neoliberal (e não são poucas essas pessoas). Que o Capitalismo Industrial (lesivamente “Financeirizado” hoje) continua sendo, e me parece, será no futuro (e nisso ele ganha até um certo ar de “religião” ou, ao menos, de uma “proto-fé” no lucro, e numa crença cega e não tão nova na busca pela conquista do primeiro milhão de dólares). Ao menos para os que acreditam piamente nele (no Capitalismo Financeiro/ainda Industrializado na forma predominante de grandes empresas ou conglomerados transnacionais), esse visto como o melhor de todos os modelos de produção já criados e testados. Ou seja, para muitos, o Capitalismo nas suas fases históricas conhecidas (a mercantil, a industrial e na hodierna, a fase demasiadamente “financeirizada” e em contínua metamorfose tecnológica), é reitero, para os otimistas liberais e/ou neoliberais, o modelo de produção que mais benesses trouxe (na história), traz (agora) e trará (no futuro) para a humanidade, isso é, se essa conseguir sobreviver a ele. No entanto, desde sua gênese lhe são peculiares graves discrepâncias dentre as quais o egoísmo, entendido como a supremacia dos interesses individuais em detrimento das necessidades (materiais e espirituais) dos mais próximos individualmente e de toda a coletividade, incompatibilidade plena com os princípios de economia mais solidária. Tais discrepâncias, ainda que tenham sido muito criticadas pelo Papa Leão XIII, em seu tempo, na forma de Capitalismo predominantemente industrializado, não foram suprimidas. De acordo com Pereira (1991, p. 292):

Leão XIII termina condenando "o orgulho e o egoísmo do século". Sua palavra ecoa ainda hoje, atualíssima, em defesa do operário e por sua integração no universo social. Para isso a Encíclica cria condições específicas, que não são apenas as do seu tempo, mas as de todos os tempos. (Grifo do doutorando).

Enfim, dito tudo isso, e eis só mais um, dos vários nós da questão, esse mesmo capitalismo trifásico, tão ufanista (glorificado) pelos liberais e/ou neoliberais, tem gerado,

desde sua fase mercantil (diga-se, mercantil-extrativista, a primeira das três), portanto, antes da Revolução Capitalista Industrial, desequilíbrios sociais nos lugares onde outrora reinou. Reinou ou foi imposto como modelo de produção e obteve “êxito” na visão dos mercantilistas-extrativistas. De forma objetiva, o paradigma mais emblemático dessa fase mercantilista-extrativista do capitalismo é o binômio MetrÓpole-Colônia, que se caracterizava, em síntese, pela ilimitada exploração da Colônia pela MetrÓpole (como no caso da relação binomial Brasil-Portugal durante o período historicamente conhecido como Brasil Colônia). Essa ligação baseava-se em um voraz extrativismo das matérias-primas da Colônia (o Brasil) pela MetrÓpole (Portugal), que se cristalizava em um elo de pouquíssimo ou quase nenhum investimento – retorno financeiro – que contribuísse para o crescimento e desenvolvimento econômico da Colônia (algo que naturalmente não estava nos projetos da MetrÓpole, visto que não era essa a “mentalidade” ou visão de economia daquele período). Enfim, nessa relação a MetrÓpole se beneficiava em tudo ante a compulsória “passividade” sobre a Colônia, algo semelhante ao que em história convencionou-se chamar (três ou quatro séculos depois, ou seja, no século XIX e até a primeira metade do século XX) de Neocolonialismo (processo fortemente caracterizado pela promoção da invasão, ocupação e dominação de várias nações e/ou países dos vastos territórios dos continentes africano e asiático essencialmente. Usurpações criminosas, só para ficar em três exemplos, a presença da Inglaterra na Índia, a presença da França na Argélia e a presença Bélgica no Congo, esse último promovendo horrendas mutilações e genocídios no chamado, “Congo Belga”).

Tudo isso, inclusive, aconteceu concomitantemente à época e nos anos consecutivos em que a *Rerum Novarum* – RN foi escrita e promulgada.

Ressalta-se a leitura que o economista argentino Raúl Prebisch – na primeira metade do século XX – fez da “situação” em geral, chamando-a de relação Centro-Periferia. Um binômio no qual os países ricos do Norte (ou os países do Centro Econômico do mundo, Europa e América), se beneficiavam economicamente das trocas comerciais realizadas com os países subdesenvolvidos do Sul (ou os países da Periferia, ou seja, de fora do Centro Econômico do Mundo), em um processo muito semelhante e/ou herdeiro do binômio extrativista-parasitário, MetrÓpole-Centro. Isso, diga-se ainda, prevalecendo dentro do universo do Capitalismo Financeiro/Industrial do pós-Segunda Guerra Mundial (pós 1945), ou seja, em termos históricos, “há pouco tempo”, menos de 75 anos.

Os críticos mais ferrenhos do Capitalismo Financeiro (de viés socialista, dentre eles o aludido Raúl Prebisch), acusam o Capitalismo, de forma geral, de ser um modelo de produção que gerou, ao longo de quase cinco séculos (a partir do século XVI), terríveis situações de pobreza, exclusão social, fome, violência, dependência e “primarização” econômica dos países colônias e/ou periféricos com relação aos países do da metrópole e /ou do centro. Paulatinamente, ele também provocou (e vem provocando, como o que está acontecendo com a Amazônia, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal e a Caatinga no Nordeste, tudo isso no Brasil atual, de 2020) a destruição do meio ambiente, entre outras variáveis negativas.

Como prometido, retomando o “SIM”, respondido em maiúsculo – a respeito da aplicabilidade de algumas exigências postas na *Rerum Novarum* – RN nos dias de hoje –, e para sustentar esse mesmo “SIM”, defendo a seguinte ideia: se a “Questão Social”, e suas inerentes problemáticas, perpassaram os séculos e chegam até o século XXI com a mesma ou até uma bem maior perniciosidade que a de outrora.

Por que as “exigências postas” (ou propostas, diminuindo um pouco do ranço das palavras exigências postas) pelo papa Leão XIII em sua encíclica, a *Rerum Novarum* – RN, não teriam uma proporcional intensidade positiva no sentido de crítica contundente e construtiva aos problemas sociais da contemporaneidade?

Nesse sentido, afirmo ter o documento papal um caráter de atualidade, e até de longa duração, que fez (e faz) com que ele não entre no limbo da história. Aliás, de forma referencial, analítica e propositiva esse documento pode e deve ser consultado a respeito de todos os malefícios que se dispôs a condenar, e que não sofreram, ou sofreram menos do que deviam, soluções de continuidade.

A *Rerum Novarum* – RN foi, sem sombra de dúvidas, um marco divisor da história social não só da Igreja Católica, mas da história social do mundo Ocidental, ao propor, como atesta Pereira (1991, p. 292), recomendações do Papa Leão XIII quanto à sistematização das Corporações de Operários:

Em último lugar, diremos que os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras próprias a aliviar eficazmente a indigência e a operar uma aproximação entre as duas classes. Deste número são as associações de socorros mútuos; em diversas instituições, devidas à incitativa particular, que têm por fim socorrer os

operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma proteção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias, que abrangem quase todas as outras. (Grifo do doutorando).

Não esquecendo que, o que a encíclica “leonina” propunha, no escopo do seu texto – nas linhas e entrelinhas – foi uma tentativa clara, entre as várias propostas (ou exigências) feitas pela Igreja Católica, ao longo de sua história de estabelecer novos elos com aqueles(as) totalmente destituídos(as) de poder material, no final do século XIX, em que pesem todas as lacunas, falhas, vieses, determinismos, entre outros possíveis “defeitos” do documento. Bem como foi um estímulo ao estreitamento das relações entre patronato e operariado afim de buscarem e alcançarem harmonia em seus pleitos.

Assim, é necessário tomar os devidos cuidados com relação a análises feitas por quem, hoje, ao estudar um determinado tempo histórico (do passado naturalmente), comete o fatídico engano de não saber contextualizá-lo a partir das realidades socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais e religiosas do período pesquisado.

Segundo Azevedo (2017, p. 9),

o que objetivava esta carta aberta escrita pelo Papa Leão XIII era debater não somente entre os clérigos, mas junto à sociedade a condição da classe trabalhadora, questionar e orientar as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja. Relações que se encontravam bastante mitigadas pela laicização do Estado liberal. (Grifo do doutorando).

A *Rerum Novarum* – RN foi, por si só, em 1891 (e lá se vão quase 129 anos de história) um documento, ratifico, revolucionário, e assim ainda pode ser visto na atualidade como um marco relevante para quem se interessa por questões como: justiça social; direitos fundamentais; direitos sociais; direitos civis é claro; direitos trabalhistas.

Entre outras perspectivas de interpretação de seu texto. Além das imanentes questões: religiosas; teológicas; econômicas; políticas; filosóficas; culturais; ambientais; antropológicas; e sociológicas, dentre outras diferentes possibilidades de compreendê-la.

Segundo Gunther e Santos (2017, p. 9),

para se ter uma ideia do que representou a Encíclica Rerum Novarum, em 1891, exemplifica-se com um problema grave e recente. Na época da Encíclica os trabalhadores não tinham qualquer tipo de proteção para desenvolver suas atividades nas minas, nas fábricas ou nas indústrias. O

Papa Leão XIII retratou as dificuldades e propôs algumas soluções. Pode-se, em comparação a outro acontecimento atual, lembrar da profunda crise econômica que sacudiu os Estados Unidos há dois, três anos e, num processo em cadeia, também alguns países da Europa. Para isso torna-se necessário recorrer a alguns autores e obras que trataram do problema social e econômico com profundidade. Esses escritos fundamentais verificaram especialmente o papel do Estado na economia e na sociedade. (Grifo do doutorando).

Enfim, não é redundante destacar que a *Rerum Novarum* promoveu incisivamente o uso, em benefício das sociedades, dos bens comuns da Terra (ou da “Criação” de Deus); tratou das questões ou das problemáticas da propriedade privada; da relação família e Estado; da interação entre a Igreja Católica e a “Questão Social”; e do compromisso dessa instituição (a Igreja Católica) para atenuação de problemas sociais tão graves (como a fome, o desemprego, as péssimas condições de trabalho, entre outros); da dignidade do trabalho e no trabalho; do não embrutecimento do espírito; das ações de caridade empreendidas pela Igreja Católica durante os séculos de sua longa história, sendo a caridade considerada uma “solução definitiva” para a “Questão Social”; da prosperidade das nações; do papel dos governos, que devem servir aos governados, e não se servir desses e conseqüentemente em detrimento desses; da proteção dos “bens da alma”; da economia como um meio de conciliação de classes (entre burgueses e operários e /ou patrões e empregados); da sindicalização do operariado, etc. O capítulo vindouro, (o 3), tratará da recepção à *Rerum Novarum* – RN por parte de Carlos Alberto de Menezes, das suas ações pioneiras, as AM’s, e das influências das experiências dos industriais Léon Harmel e Robert Owen sobre suas ações em Camaragibe.

3 CARLOS ALBERTO DE MENEZES: A RECEPÇÃO DA RERUM NOVARUM, AS AÇÕES PIONEIRAS E A INFLUÊNCIA DAS EXPERIÊNCIAS DE LÉON HARMEL E ROBERT OWEN

Mesmo tendo se antecipado, em questão de meses, à encíclica *Rerum Novarum* – RN, promulgada pelo papa Leão XIII, em 1891, é inegável o fato de que ela teve, sim, influências sobre as ações sociais católico-vicentinas que o engenheiro Carlos Alberto de Menezes vinha pondo em prática em sua administração-societária no CIC. Conforme Pereira (1991, p. 287):

Dentre esses pioneirismos não podemos esquecer que foi em Pernambuco que a Rerum Novarum teve aplicação imediata, com ressonância pelo Nordeste brasileiro, como, aliás, sempre tem acontecido em relação a essa unidade ao longo da história. Refiro-me ao caso das Fábricas de Camaragibe e de Goiana, administradas respectivamente por Carlos Alberto de Menezes, Pierre Collier e Corrêa de Brito. (Grifo do doutorando).

Foto 14

Indivíduo coletando água em bomba d'água da Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a.1535296350081491/1670088689935589/?type=3&theater>>. Acesso: 20 jan. 2016.

Todavia, a RN pode também ser percebida como documento que avalizou o que vinha sendo realizado por Menezes: é como se as ações sociais católico-vicentinas de Menezes e a encíclica fossem dois projetos e processos históricos que, positivamente, se complementavam. Segundo Pereira (1991, p. 288), “*Carlos Alberto de Menezes foi um dos mais fiéis seguidores da Encíclica, antecipando-se mesmo ao próprio documento pontifício na organização corporativa dos operários de Camaragibe*”. (Grifo do doutorando). Ou seja, em um primeiro momento, desde 1891, as ações sociais católico-vicentinas de Menezes foram sendo gradativamente realizadas e, em um segundo momento do mesmo ano, a RN foi publicada, tendo ambas se integrado. As duas situações enredaram-se em macro e “microcontextos” de intensas transformações socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais e religiosas. Nesse último caso, em específico, na seara do Cristianismo Católico Romano, no bojo do crescente processo de romanização – e “ultramontanismo” – demandado pela Igreja Católica a partir da segunda metade do século XIX. Afirma Pereira (1991, p. 288):

Teve [Carlos Alberto de Menezes] grande atuação no Conselho Superior da Sociedade de São Vicente de Paulo, no Brasil, em 1878. Começa aí a sua vocação apostólica, voltada para os pobres, sob a influência da doutrina social e da evangelização de Frederico Ozanam. Impõe-se registrar que os vicentinos, nas suas Conferências, como eram chamadas, foram precursores das ideias de um Cristianismo social, defendido na Sorbonne por Ozanam, que refutava os seus próprios mestres e catedráticos quando atacavam a Igreja Católica e a apontavam como retrógrada e reacionária. (Grifo do doutorando).

É possível afirmar que não houve resistências, por parte de Menezes, ao que a encíclica papal propunha como novo nas exigências que ela impunha, sobretudo aos católicos. Com sagacidade, Menezes, a princípio, norteou a sua administração-societária numa espécie de tríade – capitalista-industrial e religiosa – concebida por ele mesmo, para administrar os negócios do CIC. Conciliando sua formação católico-vicentina e sua experiência como administrador (de outros negócios como o fora antes), estava imerso nas ideias de um modelo de produção, o Capitalismo Industrializado, que iniciava os seus “primeiros” passos no Brasil, e em Pernambuco – pontualmente, com Menezes, em Camaragibe, entre o final do século XIX e o começo do século XX. Posso também afirmar, sem desprezar, é claro, as expressivas influências da RN – supra referidas com ênfase no capítulo anterior – e as também já tratadas experiências de dois industriais europeus, o francês Léon Harmel e o galês Roberto Owen. Que a tríade – capitalista-industrial e religiosa, concretizadas nas AM's – teve sua concepção, guardadas as devidas singularidades a respeito da realidade histórica e social em que foram empreendidas, no próprio Menezes, uma vez que ele estava guiando-se pelos *preceitos da espiritualidade vicentina*. Tais preceitos foram absorvidos por ele desde a sua formação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por volta de 1876, quando contava apenas com 21 anos de idade.

Foto 15

Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde Menezes cursou Engenharia (1874 a 1878)



Fonte: Disponível em: <<http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/nova-fase-nas-negociacoes-pelo-berco-da-engenharia-nacional>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Menezes possuía o tino do bom administrador e acreditava que o modelo capitalista industrializado de produção era aquele que melhor poderia gerar riquezas (produção e reprodução do lucro), sem que isso compromettesse a qualidade de vida do operariado (ou do seu operariado, uma vez que, além de administrador do CIC, também era sócio do empreendimento). Um sistema em que o lucro pudesse ser auferido sem implicar prejuízo para os trabalhadores; ao contrário, dispensando-lhes um tratamento mais humanizado, oferecendo-lhes, dentro do conhecido “chão de fábrica” e fora do ambiente de trabalho, formação religiosa, educação formal, serviços médicos e comerciais, proporcionando-lhes, enfim, melhores condições de vida (principalmente com a construção da Vila Operária).

Segundo Pereira (1991, p. 288),

essa formação vicentina levaria naturalmente o jovem engenheiro Carlos Alberto de Menezes para a realização de um plano associativo e corporativo em defesa do operariado oprimido pela burguesia egoística, que dominava o comércio e a indústria na Europa. (Grifo do doutorando).

Todo o conjunto era extraordinário para a época, posto que a Vila Operária destoava das condições de vida da maioria dos pernambucanos (e até mesmo dos

brasileiros), do final do século XIX e do começo do XX. Não se pode negar o fato de que a extrema disciplina, a pregação e prática da higienização, o ideário positivista de ordem e progresso e a moral cristã foram elementos também presentes no processo de administração do CIC.

Habilmente, Menezes soube associar as experiências profissionais que trouxera consigo, oriundas das empresas e projetos que havia administrado, à sua formação católico-vicentina (baseada nos *preceitos da espiritualidade vicentina*) que, muito em síntese, ressaltou: *encoraja à prática da caridade para com os mais pobres*. Além disso, houve o caso das experiências do empresário católico Léon Harmel, em Val de Bois, que ele conheceu a fundo quando visitou a França, nos anos de 1891 e 1892. E do igualmente empresário Robert Owen, que administrou negócios exitosos em que Menezes da mesma forma buscou inspiração para o empreendimento do CIC, a relevância de ambos empresários já foi abordada nessa Tese. E, por fim, foram de suma importância as transformações revolucionárias representadas pelas exigências postas pela Igreja Católica na encíclica *Rerum Novarum* – RN, também já tratadas.

Assim, não foi difícil absorver o proposto pela carta papal, visto que a Igreja Católica, à época, era uma instituição que desfrutava de um prestígio e de uma influência bem expressivas no mundo ocidental. Portanto, a divulgação da RN – fortaleço, com o tom de exigências postas – foi recebida pelo empresário como algo com força de lei, isto é, como uma espécie de ordenamento jurídico “superior-sagrado”. No entanto, houve resistências também no que se refere, em específico, às possibilidades de comprometimento da produção e reprodução dos lucros, haja visto a atenção que o documento papal dava às demandas do sofrido operariado. É importante deixar claro que a RN é um documento que tentou abarcar soluções ou atenuações para problemas relacionados não apenas com as relações trabalhistas que envolviam a burguesia-industrial-capitalista e o operariado.

Para Pereira (1991, p. 291):

Esse é o espírito corporativo e cooperativo que domina a organização fabril de Camaragibe e de Goiana. Dessa orientação não se afasta o industrial católico sempre fiel à letra e ao espírito da Encíclica. Tão fiel que o Papa Leão XIII o agraciou com uma Comenda especial de grande significação. *Com razão escreve o Padre Ferdinand Azevedo: - “Carlos Alberto se mostrou um homem sentimental e afetivo, fugindo um pouco da imagem*

calculista de engenheiro e organizador. Enriqueceu social e espiritualmente a vida de inúmeras pessoas e acreditamos que a espiritualidade vicentina muito tenha contribuído para fazer dele o cristão extraordinário que foi".
(Grifo do doutorando).

O mundo vivia intensas transformações que extrapolavam o universo do trabalho, uma vez que notáveis mudanças estavam em curso, decorrentes do que acontecia nos campos político, econômico, cultural, ambiental e religioso. E a Igreja Católica, como instituição que, historicamente, “sempre” soube fazer a leitura do que estava acontecendo para “além dos seus muros do Vaticano”, numa espécie de “mimetismo pragmático” (sem conotação negativa nas palavras empregadas), adaptou-se às metamorfoses e às adversidades das realidades que se colocavam em seu caminho. Carlos Alberto de Menezes seguiu à risca os conhecimentos adquiridos em sua formação como engenheiro e em sua experiência como administrador de outros negócios; ele já acumulava um considerável capital humano. Também deixou-se conduzir pelos arraigados *preceitos da espiritualidade vicentina*, ou seja, o “capital profissional e religioso” que ele acumulara em sua formação, na sua atuação administrativa antes do CIC e, principalmente, em sua ação social católica quando construiu e assumiu a administração-societária do CIC.

De tudo aquilo surgiu – o que talvez possa ser considerada a joia da coroa – a Vila Operária, a primeira da América Latina e, por consequência, do Brasil e de Pernambuco. Naturalmente havia uma interdependência entre os estamentos do CIC – a princípio, com “respeitosa” hierarquização entre esses –. Na verdade, reinava uma sensação de completude e pertencimento a algo maior, pois no CIC, ou seja, na Fábrica de Tecidos e na Fábrica de Tijolos, o tratamento era humanizado e familiar. Humanizado porque se diferenciava dos métodos empregados em outras fábricas da época, e familiar porque Menezes chamava ou tratava os(as) operários(as) das fábricas como “família” o que, como já visto, era a terminologia característica dos vicentinos na convivência com os pobres. A Fábrica de Tijolos tinha uma certa autonomia funcional em relação à Fábrica de Tecidos, e essa, por sua vez, também desfrutava de certa independência com relação à Fábrica de Tijolos. Contudo, a administração-societária de Menezes, pautada em valores e moralidade cristãos, era a marca que as aproximava em seus respectivos cotidianos. Os valores e a moralidade cristãos empregados por ele como derivados de um determinante catolicismo-vicentino, pautado nos *preceitos da espiritualidade vicentina*, também derivavam das experiências de Menezes com outros empreendimentos industriais que

visitou e sobre os quais estudou, juntamente com o que foi trazido de novo pela encíclica RN, pondo-se tudo em corajosa e habilmente em prática no CIC: o complexo fabril, habitacional, comercial, escolar, cultural, ferroviário e religioso que funcionou em Camaragibe.

No décimo relatório do CIC, elaborado por José Collier, é possível constatar que havia uma determinada necessidade de se evitar as tensões sociais na Vila Operária através das sociedades recreativas,

Nota sobre as sociedades de distração: das sociedades dessa natureza tem funcionado satisfatoriamente o clube musical. O clube dramático que se estiola dia a dia deu-nos, contudo, sinal de vida, levando-se a cena um belo drama seguido de duas comédias que agradaram. A sociedade de tiro está em via de reorganização funciona uma vez ou outra com seus torneios de tiro ao alvo. Em meio ao desfalecimento quase geral que invadiu as sociedades de distração entre nós, surgiu o clube dos martellos, sociedade puramente carnavalesca. Os nossos votos são que ela possa progredir e sempre existir com garbo, porém contida ao mesmo tempo nos limites do justo e do honesto. Entretanto é preciso tirar as nossas sociedades recreativas do marasmo em que caíram. Elas são indispensáveis, pois trazem sempre alegria ao espírito após trabalho penoso como é o nosso, modificando as impressões morais que ele nos deixa. Tratemos, pois de dar-lhes vida que vae faltando e assim concorreremos para evitar o grande mal que se infiltra nos centros operários, onde faltam as distrações lícitas, sobra a dissipação do salário. (COLLIER apud SANTOS, 2019, p. 5). (Grifo do doutorando).

Foto 16

Açude São Bento (localizado na Vila Operária de Camaragibe)



Fonte: Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 dez. 2016.

A Vila Operária não era apenas um amontoado de casas cravadas no alto de um morro; ela foi, efetivamente, um local projetado com habitações dignas oferecidas a operários(as), fossem eles(as) técnicos(as) e/ou trabalhadores(as) mais especializados(as), às vezes trazidos(as) da Europa, fossem trabalhadores(as) braçais, ou de menor qualificação profissional. As habitações oportunizavam boas condições de vida se comparadas às casas ou aos mocambos em que vivia a grande maioria da população pobre de Pernambuco do final do século XIX e início do XX. Quer dizer, a Vila Operária tornou-se uma “ilha de excelência” não só no que diz respeito à questão das moradias, pois o local recebeu também abastecimento de água “encanada” procedente do açude São João, visto na Foto 17 abaixo.

Foto 17

Açude São João (Bairro da Vila da Fábrica, onde fora instalada a Vila Operária de Camaragibe)



Fonte: Disponível em: < https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 dez. 2016.

Na Vila Operária, para consumo de sua população, a água era recolhida em chafarizes ou bombas espalhadas em alguns de seus pontos cruciais; também existia uma rede sanitária de esgoto construída de acordo com os padrões de tratamento dados aos dejetos domésticos naquele período. Nota-se, visualizando-se algumas fotos antigas da

Vila Operária, que houve todo um cuidado na sua edificação, desde o traçado urbano, com ruas principais (mais largas e longas), ao planejamento das ruas transversais, paralelas e encruzilhadas. Além das aconchegantes casas dos operários, técnicos e trabalhadores mais especializados (com terrenos frontais, laterais e quintais cercados), havia os prédios comerciais onde, geralmente, eram vendidos produtos básicos para o consumo dos habitantes da própria Vila, inclusive, medicamentos que, em algumas situações, eram distribuídos gratuitamente. Destacam-se, da mesma forma, as edificações em que foram desenvolvidas as atividades de formação escolar e religiosa, como a escola voltada para a educação dos meninos (a “Escola de Meninos”) no período diurno (e para a educação dos homens adultos no período noturno), situada até hoje no extremo sul da Vila.

Foto 18

Fachada recente da edificação onde funcionou a escola voltada à educação de meninos



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

A escola direcionada para a educação das meninas, que funcionava semelhante à dos meninos, no período diurno, à noite era empregada para a educação das mulheres adultas, estava situada mais ao centro da Vila. Havia, ainda, as moradias dos

religiosos e religiosas que foram trazidos (muitos da Europa) para a realização da formação e da assistência católica na Vila, nas fábricas, nas escolas e para a preparação e cuidado com as festas religiosas importantes. Esses padres e freiras foram responsáveis pela formação escolar dos operários e operárias das fábricas, bem como dos seus filhos e filhas nas escolas para meninos e meninas (supramencionadas).

Sem dúvidas, Menezes e sua forma de administração-societária do CIC sofreram críticas já na sua época. Isso fica claro quando, após um artigo publicado em 15 de maio de 1902, no “Jornal Pequeno”, de autoria atribuída a Leyrand, “em suposto elogio à gestão e às AM’s”, o jornal “A Aurora Social”, ligado ao Centro Protetor Operário – CPO, “tripudia” do “Modelo Camaragibe” – MC:

O ilustre escritor opina para que as demais fábricas imitem a de Camaragibe, onde o operariado sente-se num paraíso do Éden, cercado de todos os socorros, de todas as delícias, de tudo quanto é bom e lícito; e aconselha a substituição das palavras sublimes que originaram um lema universal, por outros a jeito de senhorio: Patrões, uni vossos operários! (LIMA, 2012, p. 91).

Naturalmente, havia algumas distinções (nada gritantes) entre as moradias construídas em específico para operários(as), técnicos(as), trabalhadores(as) mais especializados(as) e religiosos(as), o que denota a configuração de uma certa estratificação social, embora nada comparável ao que, à época, acontecia na sociedade pernambucana e brasileira, de forma mais ampla, esses, sim, cenários de uma quase imensurável desarmonia social, similar à registrada nos dias atuais.

A vida na Vila Operária também era guiada pelos valores da moralidade cristã empregados por Menezes como parte da administração-societária do CIC, pois havia um controle rígido do cotidiano das pessoas, especialmente operários e operárias que nela viviam. Eram, por exemplo, terminantemente proibidos o uso abusivo de álcool, mesmo em momentos festivos, bem como era incentivada uma participação ativa nas celebrações religiosas constantemente vivenciadas na Vila. Pode-se afirmar que havia um certo nível de vigilância e/ou de controle para a preservação de “bons hábitos” no local, no sentido de estimular uma convivência interpessoal respeitosa, saudável e pautada na religião católica. Mesmo nos períodos de festividades mais agitadas, como o Carnaval e o São João, por exemplo, predominava certo rigor no controle desses eventos para coibir o consumo

excessivo de bebidas alcoólicas, com o intuito de evitar brigas ou atos de violência, e o desrespeito às regras de bom convívio e tolerância no âmbito da Vila Operária.

Foto 19
Grupo de Pessoas – com músicos e estandarte – na Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a>>.
Acesso: 15 jan. 2016.

Todo um conjunto de regras (morais e religiosas) estendidos da rotina das fábricas para a Vila Operária não fazia do local um espaço previamente tenso e/ou podador das liberdades; podia-se nela viver tranquilamente. Longe disso, não era raro que pessoas não ligadas ao CIC acorressem aos serviços oferecidos na Vila, tais como o comércio e até mesmo ao atendimento médico oferecido no local. Por tudo, não é exagero repetir que a Vila Operária funcionava como uma “ilha de excelência”, em termos de progresso socioeconômico, cultural e religioso, o tão conceituado, já à época, “Modelo Camaragibe” – MC, que ganhou forma com o funcionamento prolífico do CIC. A fama do *modus operandi* empregado por Menezes na condução dos negócios do CIC ganhou repercussões em Pernambuco e no Brasil de então, servindo de parâmetro para outros empreendimentos, como, por exemplo, o da Fábrica de Tecidos do Paulista, cidade hoje localizada no Norte da Região Metropolitana do Recife – RMR.

Mentalidade de pioneiro percebia que uma das indústrias que estavam em melhores condições para serem desenvolvidas em Pernambuco era: precisamente a indústria têxtil do algodão, pois o NE brasileiro situava-se,

entre as áreas mundiais mais importantes de produção dessa fibra [...] Projetamos a fábrica para 400 teares, adicionando-lhes, porém, uma seção completa de tinturaria, branqueamento e preparação de tecidos. Tivemos com isto a ideia de habilitar nossa fábrica a libertar-se da produção exclusiva de tecidos crus uma vez que estamos convencidos de que, dentro de alguns anos, a produção de tais tecidos será superabundante no país. (COLLIER, 1996, p. 57).

Em síntese, o MC se caracterizava pela forma específica como Carlos Alberto de Menezes conduzia os negócios do CIC, com um viés fortemente católico-moralista, porém de essência vicentina – não enfatizada naquele momento histórico, mas objeto dessa Tese. O MC era um híbrido de experiências exitosas que Menezes buscara fora do Brasil, principalmente na França, e se norteava pela valorização não só da vida fabril do seu operariado, mas também se preocupava com sua vida social (condições e qualidade de vida na Vila Operária), assim como também era cioso para com a questão religiosa de base cristã-católica-vicentina. Alguns trabalhos já foram feitos a respeito das ações sociais católicas de Carlos Alberto de Menezes à frente do CIC, construído e administrado em sociedade, de 1891 até 1904, ano de sua morte.

No entanto, insisto acerca da forma como foram por ele recepcionadas as exigências postas na encíclica *Rerum Novarum* – RN, e de como foram absorvidos e retrabalhados alguns aspectos das experiências dos também industriais Léon Harmel e Robert Owen em seus empreendimentos respectivos. Tendo sido a influências de Harmel mais direta e decisiva sobre Menezes.

No que concerne à RN, não é demais repetir que essa encíclica foi publicada em 1891, alguns meses após o início do funcionamento do CIC – e a subsequente implementação do plano moral-cristão inspirado nos preceitos da espiritualidade vicentina – colocado em prática por Menezes na sua administração-societária. O plano moral-cristão do MC adequou ao seu cerne algumas das principais exigências postas pela encíclica do papa Leão XIII, com destaque para aquelas que admoestavam os católicos a uma maior atenção com as condições de vida e trabalho dos(as) operários(as). Em um tipo de experiência “híbrida”, que se caracterizava pelo emprego do que havia de melhor no “Modelo Camaragibe” e o que havia de mais sensível com relação às condições do operariado conforme posto nas exigências da RN. É relevante dizer que no MC houve uma certa “diferenciação” e não uma total prevalência do que foi apregoadado pela RN, justamente por causa dos *preceitos da espiritualidade vicentina* (importantes para Menezes e sua

história de vida). Tudo aplicado de maneira a superar as adversidades surgidas, buscando eficiência produtiva no emprenho pela transformação da realidade socioeconômica, política, cultural, religiosa até mesmo geográfico-urbana de Camaragibe daquele tempo, o final do século XIX e o começo do século XX, ainda um Distrito de São Lourenço da Mata, na verdade o segundo Distrito.

As influências das experiências industriais de Léon Harmel e Robert Owen sobre Menezes não podem ser relativizadas dada a relevância de ambas – com destaque para a experiência francesa de Harmel – aliás, não só para o industrial brasileiro, também enquanto experimentos de importância mundial.

No caso do industrial Robert Owen, mesmo sendo menos significativas (pois pouco influenciaram a administração do CIC por parte de Menezes), os empreendimentos do industrial galês chegaram ao empresário brasileiro através de notícias e leituras que o informavam sobre a maneira cristã-espiritualizada (influência do espiritismo) que ele punha em prática em suas indústrias. Porém, registre-se que a obra de Owen teve, em seu início, forte viés socialista, objetivamente embasado no socialismo utópico, na mesma linha de pensadores socialistas franceses como Saint-Simon e Charles Fourier, seus contemporâneos entre os séculos XVIII e XIX.

Vale ressaltar que a administração-societária e as ações de Menezes não têm seus fundamentos relacionados ao socialismo utópico, de Owen, Saint-Simon e Fourier, tampouco ao socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels. Foi, enfim, de Léon Harmel que Menezes recebeu mais influências, pois teve a oportunidade de travar conhecimento pessoal com o industrial francês, de trocar correspondências com ele e de conhecer presencialmente seus empreendimentos. Léon Harmel, igualmente um inovador, direcionava aos seus operários um tratamento mais humanizado nas relações de trabalho, proporcionando-lhes locais salubres para que pudessem desenvolver suas atividades laborais, moradias confortáveis (também no formato de vilas) que possibilitavam condições dignas de habitação, além de serviços religiosos e de educação para os(as) operários(as) e seus familiares. Em síntese, não há dificuldades em perceber que a administração e as AM's receberam influência das experiências consolidadas por Léon Harmel, tanto e ao ponto de os dois terem ficado amigos e passado a trocar correspondências (como já destacado).

Não obstante, é preciso chamar a atenção para a verdadeira novidade, nos contextos da América Latina e do Brasil, ainda mais no de Pernambuco, que foi a edificação do CIC e a construção de algo ainda mais inusitado dentro daquela originalidade representada pelo próprio CIC: a edificação de uma Vila Operária, a primeira de todo o território latino-americano. Um lugar proeminente, que destoava das condições de subsistência em que vivia a grande maioria dos brasileiros e pernambucanos pobres, de forte ascendência negra e parda, em um país recém-saído de quase quatro séculos de exploração da mão de obra escrava. Um país e um estado fortemente marcados por graves diferenças sociais que não se configuraram no findar do século XIX. Ao contrário, estavam enraizadas na história da sociedade brasileira e pernambucana, alcançando o tétrico “status” de traço bem característico das sociedades oligárquicas brasileiras e de Pernambuco, cuja economia, no período, ainda se mantinha extremamente dependente da secular produção de açúcar, algodão e gado, além de outras culturas de menor valia na comparação com as três elencadas.

O que Carlos Alberto de Menezes implantou em Pernambuco (pontualmente em Camaragibe) era algo novo até mesmo para o mundo, ainda que levando-se em consideração as experiências anteriores de Léon Harmel e Robert Owen. Visto que a entrega, o envolvimento e a aproximação para com os mais pobres (eis a sua natureza vicentina), por iniciativa de Menezes, tanto na figura dos seus operários e operárias – “familiares” – quanto na pessoa dos excluídos da sociedade pernambucana de forma abrangente, através de suas ações à frente da Sociedade São Vicente de Paulo em Pernambuco – SSVP/PE, era algo ainda não visto. Ou, ao menos, enquanto ação decorrente dos *preceitos de uma espiritualidade* que prega e propaga – desde São Vicente de Paulo, passando por Frederico Ozanam e seus amigos, e chegando até Menezes – o compromisso de os católicos-vicentinos de vivenciarem práticas de caridade e de apoio aos mais pobres.

Como líder e membro proativo da SSVP/PE, Menezes participava intensamente da vida religiosa não só do cotidiano do CIC por ele pensado e construído, mas também dos debates religiosos que se efetivavam nos âmbitos do Recife, e de outros logradouros de Pernambuco e de outros estados do Nordeste. Não foram poucas os encontros da SSVP/PE, as palestras e a participação em congressos que ele vivenciou. Com sua experiência de bom orador, conseguia aglutinar as pessoas com suas palavras (discursos),

cujas plateias, formadas por operários, membros da sociedade pernambucana ou seus confrades da SSVV/PE, estavam sempre atentas ao conteúdo das exposições orais que fazia. Ele, no estado de Pernambuco, e nas viagens que fez pelo país (à Bahia, por exemplo, e a outros estados), e nos registros biográficos deixados em seu diário, divulgou as experiências vividas com a adoção do MC no cotidiano do CIC. Não se sabe se Menezes almejava ver sua experiência em Camaragibe sendo replicada por todo o país; contudo, é possível afirmar que, para ele, a melhor maneira de se administrar os negócios de um Complexo Industrial (de qualquer setor) era a forma que empregou no logradouro pernambucano. Isto é, ele estava convicto de que seguia caminhos corretos ao fazer a opção de lidar, com retidão pessoal e religiosa (católico-vicentina), em harmonia com as exigências do crescente modelo capitalista industrializado de produção no Brasil e em parte do mundo.

Controverso para alguns (e aqui não vou discutir ilações pueris que encontrei e/ou ouvi no processo de pesquisa para a elaboração desta Tese), Menezes fez muito mais do que quaisquer trabalhos acadêmicos possam sintetizar de fato, constatação que sinaliza para o desafio de que ainda há muito a se descobrir sobre ele. Todavia, no momento hodierno do país no qual se discute muito – e pouco é feito – quanto a políticas de inserção socioeconômica para os mais pobres. Optando-se, na maioria das vezes, apenas por políticas de renda “assistencialistas” (ora necessárias e positivas em certa medida, ora reduzidas a mero assistencialismo com fins eleitoreiros) que, costumeiramente, atendem a interesses oligárquicos locais e nacionais hereditariamente reproduzidos. Menezes e suas obras foram e são exemplos a serem academicamente mais esmiuçados.

Ante isso tudo, Menezes e suas AM's foram, sem dúvidas, um “oásis” no deserto do tratamento desumanizado para com o próximo, em Pernambuco, no final do século XIX e início do XX. Um homem dotado de visão administrativa conectada às demandas socioeconômicas, políticas, culturais, religiosas e “geo-urbanísticas” do seu tempo. Ao prover trabalho no CIC, ele inseria as pessoas em um novo e pujante mercado de trabalho, em vias de industrialização, não só como operários(as), mas também como consumidores(as).

Foto 20
Edificação comercial na Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Imagine-se a seguinte possibilidade: indivíduos que até pouco tempo, antes da inauguração do CIC, em 1891, tivessem sido escravos, passassem a ser trabalhadores assalariados. Seres humanos antes “objetificados”, coisificados, bestializados e/ou animalizados, deram um salto de qualidade em suas vidas. Ou seja, sem meias verdades, foram reumanizados (reintegrados à sociedade) e positivamente cristianizados dentro do complexo industrial em que trabalhavam (repito, recebendo salários) e vivendo de forma digna na Vila Operária.

Entre 1891 e 1904, período em que foi administrador-sócio do CIC, e desde 1876, ano em que se tornou vicentino, Menezes fez muito mais pelos seus próximos – os mais pobres (de forma geral), chamados por ele de “família” – do que muitas figuras proeminentes do cenário político do seu período. Foram 28 anos de uma vida, que findou precocemente, aos 49 anos, dedicados à SSVP. Repito, 28 anos de uma vida, de apenas 49 anos de vida, “devotados” aos pobres.

Uma curiosidade: a esposa de Carlos Alberto de Menezes, Dona Maria Angélica Lacerda, que está na Foto 21 juntamente com os filhos do casal, era filha de Antônio de Lacerda, empresário da Bahia que erigiu o famoso Elevador Lacerda.

Foto 21
Carlos Alberto de Menezes com a sua família



Fonte: COLLIER, E. Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph, 1996. p. 145.

Foto 22
Operários descarregando algodão para a Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a>>. Acesso: 10 dez. 2016.

É lamentável constatar que, hoje, demandamos muito por pessoas que pensem e, primordialmente, ajam como outrora fez Carlos Alberto de Menezes. Pessoas que deixem marcas positivas na forma como são tratadas as questões sociais, pessoas que, efetivamente, tratem os pobres com o respeito de que são merecedores, seja a partir de uma inspiração religiosa baseada, por exemplo, nos *preceitos da espiritualidade vicentina*, seja de acordo com posturas éticas do mundo secularizado.

Porém, ao que parece, as mentalidades e/ou estruturas de motivação são outras, não que inexistem empresários que dediquem parte do seu tempo às questões sociais, eles ainda existem ou subsistem (numa visão mais realista). Hoje, a busca pelo lucro farto e imediato tornou-se ponto pacífico entre grande parte dos modernamente chamados empreendedores – mero eufemismo para os substantivos: empresários, industriais, patrões, empregadores, entre outras nomenclaturas – em nada depreciativas, mas malvistas por parte considerável da sociedade: a dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as).

Qual seria, então, a essência dessas mentalidades e /ou estruturas de motivação da categoria dos empreendedores de sucesso, uma vez que o sucesso financeiro é parte primordial desse mosaico em que se transformou o Capitalismo Financeiro e ainda Industrial (ou, criticamente, um capitalismo agressivamente “financeirizado”). Um ambiente de “selva” monetária, uma “savana” de cobiças, em que se valoriza aquele que objetiva cada vez mais maximizar os seus lucros, sem pensar (um pouco que seja) em otimizar as condições de trabalho dos seus operários. Ou melhor ainda e mais atual, dos seus ditos, colaboradores, pois, na nova cena das relações trabalhistas hodiernas surgiu essa “neoespécie” chamada de colaborador(a) e/ou colaboradores(as). Em síntese, colaborar intensivamente para o quê? Para que as empresas, ou descolando-se de uma vez de um vocabulário anacrônico, as organizações, possam, no seu limite, e no limite dos(as) colaboradores(as) alcançar o “bom” e velho lucro. Não se trata aqui, de uma condenação tosca e juvenil da busca pelo lucro, posto que ela é “legítima” (com ressalvas, sempre), ou seria forçadamente legitimada? É imprescindível registrar o fato de que as fábricas, indústrias ou empresas, enfim, as tais organizações, são constituídas e geram o lucro com o esforço intelectual e braçal de seres humanos (e tem sido assim desde o começo da Revolução Capitalista Industrial, embora, de propósito, não tenha sido, até hoje, entendido em essência a relevância desses seres humanos para a obtenção do lucro). Esses

semelhantes têm sentido na própria pele e nas suas emoções o insano nível de cobrança para atingir metas (absurdas) pré-estabelecidas, muitas vezes sem nenhuma atenção para o fato de que as ditas organizações estão lidando com pessoas ou indivíduos, e não com máquinas programadas apenas para gerar ganhos extraordinários.

O tempo histórico é outro, de fato, pois já se passaram quase quatro séculos após a eclosão e dispersão da Revolução Capitalista Industrial a partir da Inglaterra. Mas percebemos que as mentalidades e/ou estruturas de motivação que movem alguns desses empreendedores ou líderes (outro eufemismo), verdadeiros e sedentos *workaholics* (gíria para viciados em trabalho), balizam a condução dos seus negócios. É como se um desses empreendedores ou líderes *workaholics* dissesse assim: “se eu posso virar noites e mais noites a base de energéticos, produzindo muito, todos vocês também podem, ou seja, tudo que eu posso, vocês também podem e, obviamente, para o bem e manutenção de suas respectivas empregabilidades; assim, vocês podem e devem fazer o que eu faço”.

Nesse turbilhão, a heterogeneidade de pensamentos, inerente e necessária a quaisquer ambientes de trabalho (ou de não trabalho), é descartada em nome de uma homogeneização dos movimentos e comportamentos que precisam ser replicados a qualquer preço, ou ao custo cada vez mais incidente da saúde mental e emocional de trabalhadores(as). Esses, são, em sua maioria, jovens em pleno momento de expansão positiva (qualitativa e quantitativa) de suas capacidades produtivas e potencialidades criativas (de suas competências e habilidades profissionais, mas também humanas e emocionais). Porém já acometidos por males, também modernos, tais como: o estresse, a depressão, a ansiedade, as síndromes do pânico, as fobias e outras patologias cada vez mais comuns nos ambientes de trabalho. Onde é alta a cobrança por produtividade (mais uma palavra não tão atual, mas bem utilizada para justificar a inconsequente sede por lucros) e, conseqüentemente, a velha produção e multiplicação desses.

É um mundo novo? Ou em verdade seria “um nada admirável mundo ‘novo’” (outra vez reportando-me brevemente ao visionário Aldous Huxley, dessa vez subvertendo-o).

Será mesmo? Ou seria um “velho mundo”? Que replicando práticas antigas nas quais o que importa não é a peculiaridade das bilhões de pessoas que nele habitam – seja individualmente, seja coletivamente – formando um mosaico de diversidade e de rica

multiculturalidade. Não seria na verdade, um “velho mundo” ainda onde essas bilhões de pessoas devem produzir muito para pouquíssimos indivíduos, que acreditam piamente serem merecedores de um alto padrão de vida, cuja manutenção deve ser garantida imperativamente pelo trabalho excessivo, maçante, cansativo e mal remunerado, dos mesmos bilhões de pessoas sobreditos.

Sempre reforçando, não se trata, aqui, de uma visão simplória e dualista a respeito do Capitalismo atual, o Financeiro/Industrial, em sua fase de demasiada especulativa, que objetiva, diuturnamente multiplicar ou aumentar tantas vezes quanto possível, a fortuna de algumas famílias bilionárias, detentoras de um capital muitas vezes de origem questionável, mas quase sempre em expansão. Mesmo nos momentos históricos de suas crises, que não são poucos, o Capitalismo não muda o “Norte” e nem o âmago, em benefício de poucos, ele efetivamente exclui, sem receios, um universo quase imensurável de pessoas que não podem acompanhar os ditames do consumismo, uma de suas faces mais nefastas. Estaria cada vez mais febril e ao mesmo tempo enfermo o quatrocentão Capitalismo? Pode ser.

Dessa forma, haveria espaço para industriais com as mentalidades e/ou estruturas de motivação de um empresário como Léon Harmel, Robert Owen ou Carlos Alberto de Menezes, hoje?

Sendo assaz objetivo na resposta: novamente maiúscula, “SIM”, haveria muito espaço para empreendimentos e ações como as que foram realizadas tanto pelo industrial francês quanto pelo galês, bem como pelo brasileiro e pernambucano por adoção.

E por que há tanto espaço assim para as atitudes dos três nos dias atuais?

Outra resposta objetiva: porque se faz necessário que o ser humano seja tratado como tal, e não como objeto ou coisa. Os seres humanos não devem ser tratados como motores inquebrantáveis que mantêm em movimento um padrão de produção que só visa a maximização, sem limites, do capital, em detrimento da qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as). Homens, mulheres, crianças e idosos que desde a exitosa – e ao mesmo tempo desumana – experiência da I Revolução Capitalista Industrial (penso que já vamos hoje na IV Revolução Capitalista Industrial, sendo a I a da máquina a vapor; a II a da invenção da energia elétrica; a III a da descoberta do petróleo e a IV a da invenção da

internet). Vêm sendo moídos, sugados e descartados a cada grande “novo” passo tecnológico que a “humanidade” dá (e cada vez mais acelerados são esses passos). Haverá aqueles que dirão: mas, milhões de pessoas foram incluídas no processo de globalização que as aproximou através da evolução da alta tecnologia no campo dos transportes – da aviação, por exemplo – e no campo das comunicações *online*, com bilhões de pessoas conectadas através da rede internacional de computadores.

No entanto, ainda proponho algumas últimas perguntas para as quais não garanto ter derradeiras respostas, são elas:

E quanto àquelas pessoas que não podem se deslocar ou viajar pelo mundo, posto que não ganham o suficiente para tal luxo?

E quanto àquelas que não podem se conectar posto que não possuem computadores ou celulares, tampouco têm acesso a internet?

E quanto àquelas que estão sofrendo com depressão – considerada “o mal do século”, e causada por diversos fatores, sendo um deles, quiçá o principal, as pressões cotidianas em ambientes laborais fatigantes –?

Não tenho repostas definitivas para nenhum dos questionamentos que fiz.

No entanto, vou correr o risco de elaborar algumas, me esforçando para dar às mesmas cerne de lógica e esperança. Ou seja, sendo um tanto incauto, pois ainda acredito que, mesmo com toda essa a situação pandêmica e decadência política que vivemos na atualidade no Brasil, é possível confiar, por enquanto, na sensibilidade e misericórdia de alguns poucos humanos. Quais?

Talvez, se Carlos Alberto de Menezes, Léon Harmel e Robert Owen fossem vivos, hoje, eles soubessem como resolver ou ao menos atenuar tais problemáticas. Talvez conseguissem reproduzir ou até mesmo ampliar suas experiências exitosas em escalas muito maiores que as realizadas em Camaragibe, na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, cada em seus respectivos lugares de empreendimentos sérios.

Entretanto, as Ciências da Religião e a Ciência História não trabalham com “achismos”. Sendo assim, trazer (mesmo que de forma imaginativa), para a contemporaneidade, esses três grandes empresários cristãos e humanistas, com destaque

para Menezes, um cristão-católico-vicentino, se assemelhe muito mais a um exercício contraditoriamente saudosista – uma vez que se trata de algo que sequer vivenciei – do que uma prática científica propriamente dita.

Todavia, posso intuir, com base nas possibilidades da mesma Ciências da Religião e nas possibilidades da mesma Ciência História que é possível lançar um olhar para trás e se perguntar sobre as esperanças que esses três homens cultivaram intensamente:

Por que não almejar uma realidade social melhor hoje e no futuro?

Que mal há em desejar isso?

Ao chegar à conclusão de que o que Menezes, Harmel e Owen fizeram, cada um no seu tempo e em seus espaços físicos, ante suas limitações (as inerentes e as impostas pelas externalidades das sociedades complexas em que cada um viveu) fizeram o que podia ser feito.

Não tenho dúvidas de que, com as facilidades que o mundo atual oferece (e com seus empecilhos próprios), os três realizadores – Harmel, Owen e, principalmente, o vicentino Carlos Alberto de Menezes – fariam expressivas diferenças.

Segundo Rico (2004, p. 73),

na compreensão dos institutos, fundações, associações empresariais que vêm buscando assumir uma gestão socialmente responsável nos negócios, a responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações: clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e funcionários (público interno), ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades.

Stark (2006, p. 88), por sua vez, afirma que:

Desde o início, os valores cristãos do amor e da caridade haviam sido traduzidos em normas de serviço social e de solidariedade comunitária. Quando as catástrofes se desencadearam, os cristãos estavam em melhores condições para enfrentá-las, o que resultou uma taxa substancialmente mais alta de sobrevivência.

4 A PRESENÇA DA ESPIRITUALIDADE VICENTINA NAS AÇÕES DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES E O SEU LEGADO

Pode-se verificar quase que uma onipresença dos *preceitos da espiritualidade vicentina* na vida de Carlos Alberto de Menezes, ou melhor, nas ações que eles puseram em prática na administração-societária do CIC. A princípio, podemos dar mais ênfase à forma que ele empregava para tratar os(as) operários(as) do “seu” empreendimento – “família” – comumente usada por ele na sua oralidade (e nos escritos – diário –, comunicados e discursos, entre outras maneiras de se relacionar com “seus” liderados e/ou interlocutores). Para Prado e Franco (2014, p. 1-2):

A espiritualidade vicentina está pautada, desde sua gestação, mediante o testemunho de Vicente de Paulo e seus primeiros companheiros de missão, no contexto da Igreja do século XVII, na França, em cinco virtudes, colhidas do Evangelho de Jesus Cristo e da sua práxis libertadora junto ao povo empobrecido e marginalizado, os protagonistas do Reino de Deus, por Ele mesmo inaugurado na humanidade. Estas virtudes são assim nomeadas pelo próprio Vicente de Paulo: simplicidade, humildade, mortificação, mansidão, zelo pelas almas (zelo apostólico), também denominadas pelo próprio Vicente de Paulo de Conselhos Evangélicos. “Vamos aos pobres” é um dos lemas mais significativos dos vicentinos desde o século XVII, quando São Vicente de Paulo pregava a ida dos religiosos e dos mais abastados ao encontro das pessoas mais carentes, material e espiritualmente, dos lugares e vilarejos que visitou e nos quais atuou como sacerdote na França. (Grifo do doutorando).

Conforme Pereira (1991, p. 289), em 1891,

Carlos Alberto traz para o Brasil o engenheiro francês Pierre Collier, que, por sinal, se tomou seu genro. Foi grande a contribuição de Collier para a instalação da nova fábrica, com a qual surgiram as casas para operários. A influência da formação vicentina em Carlos Alberto fez com que na sua Corporação Operária de Camaragibe fosse fundada uma Conferência de São Vicente de Paulo. Convém assinalar que os estatutos da Fábrica de Camaragibe foram por ele escritos em 1890, um ano antes da Encíclica. De modo que podemos dizer que ele, como já foi assinalado, se antecipou à Encíclica, mas teve nela o apoio moral e religioso de suas iniciativas pioneiras. (Grifo do doutorando).

O próprio fato de existirem pessoas seriamente desprovidas de quaisquer bens materiais para a manutenção de sua sobrevivência, em estado de “total” miserabilidade, e em situação de risco alimentar (fome), muito incomodava os vicentinos. Eles viam nessas pessoas a figura do próprio Cristo e, assim, buscavam o contato com elas no intuito de

atenuar tais condições. Os vicentinos assumiram para si a missão de ajudar os pobres do seu tempo.

Segundo Novaes (2001, p. 26),

a sociedade secular pede presença e estímulo nas causas que são dos excluídos. No ambiente de trabalho o referencial serão as lutas que se travam contra o desemprego, a fome e a miséria, e em favor da habitação e saúde. A miséria é tão desgastante que somos tentados a desanimar. Não é esta a lição que São Vicente nos deixou. Ainda hoje seu espírito atua por exemplo, na “Obra de Frei Francisco” (no Instituto Dom Hélder Câmara – IDHeC) e em outras organizações por esse mundo de meu Deus. (Grifo do doutorando).

Ao fazer uma associação direta entre a figura dos pobres e a figura do Cristo, eles se embasaram na ideia de que o Cristo também foi “pobre”, aliás, nasceu, viveu e morreu como pobre; portanto, todas as pessoas encontradas em situação de pobreza ou de extrema pobreza de alguma forma são reflexos multifacetados do Cristo. Além de auxiliar os pobres, oferecendo-lhes alimentos, novas vestimentas, cuidados com a saúde, lugares decentes para que vivessem, em muitos casos, retirando-os das ruas, os vicentinos também ofereciam (e ainda hoje oferecem) a possibilidade de essas pessoas reestruturarem suas vidas, apoiando-as no seu empenho pelo abandono de variados vícios, como alcoolismo, tabagismo e outras formas de dependência química. As ajudam para que elas possam voltar a ter uma vida dentro de um quadro de civilidade e humanidade no que tange à retomada de uma atividade profissional ou até dos estudos; no que se refere ao lado espiritual, promovem o reencontro delas com o Cristo. É importante ressaltar que, desde sua fase primitiva, o Cristianismo (ou a religião cristã) cultivava como um dos seus fortes e importantes preceitos o auxílio aos mais pobres, estando ações desse tipo presentes em algumas das passagens mais emblemáticas da literatura “neotestamentária”, tais como “alimentando os 5.000” ou “milagre da multiplicação dos pães e peixes” no Livro de Mateus (13: 14-21) e no Livro de Marcos (6: 31-44), na “Cura do homem cego”, no Livro de João (9: 1-7) e no Livro de Lucas (7: 22).

Jamais é repetitivo afirmar que Cristo se fez presente entre os mais pobres de sua época e tal conduta foi seguida por outras figuras proeminentes da história do Cristianismo em diferentes tempos históricos. Também em sua fase primitiva, no século I depois de Cristo, o discípulo Paulo (um dos autores mais prolíficos do Novo Testamento e personagem dos mais relevantes da “mundividência” cristã) tratou do cuidado para com os

pobres no livro de Gálatas (2: 9-10). Bem mais adiante no tempo, por volta dos séculos XII e XIII, um jovem de nome Giovanni di Pietro di Bernardone, mais conhecido como São Francisco de Assis, oriundo de família abastada, da cidade de italiana de Assis, mostrou total despojamento dos bens materiais dos quais usufruía, e partiu ao encontro dos mais pobres e miseráveis para deles (e de suas chagas) cuidar e para com eles compartilhar o pouco que era possível arrecadar. Afirma Parant (2002, p. 31):

Não sei dizer o motivo pelo qual São Francisco de Assis, tantos séculos depois de sua vida nesta terra, continua sendo um santo muito popular; com efeito, não deixa de ser realidade o marco que ele deixou na Igreja até hoje. Em comparação, São Vicente de Paulo é muito menos lembrado, mas suas obras continuam tendo um apelo para uma coerência com o evangelho na prática da atenção especial para com os mais sofridos, os que mais precisam de uma atenção, de uma solidariedade fraterna. (Grifo do doutorando).

São Vicente de Paulo, um homem da Idade Moderna, seguiu o caminho trilhado por esses santos da Igreja, não trazendo algo de novo (como algum crítico mais incisivo pode alegar). Porém, reafirmo que o importante nem sempre reside no fato de trazer algo que é supostamente “novo”, mas, sim, o dar continuidade a uma conduta um tanto esquecida com o passar do tempo pela Igreja Católica, que foi se distanciando do povo e dos mais pobres durante a Idade Média. E justamente o contrário disso foi feito por São Vicente de Paulo: com total entrega física e espiritual ele reinaugurou na Igreja Católica – da Modernidade e do Renascimento – a tradição da Igreja primitiva cristã de um auxílio prioritário aos mais pobres. Reencontrando-se também com ensinamentos deixados por Cristo quando se referia e intercedia em favor dos pobres com palavras e ações.

Nessa linha, atesta Parant (2002, p. 31-32):

Voltando à pessoa de São Vicente de Paulo. Antes de tudo, a profunda exigência do seu amor para com os mais pobres, os mais rejeitados. Hoje temos muitos cristãos, leigos e leigas e padres, prestando serviço religioso na pastoral penitenciária. Por sinal, hoje mais do que nunca há necessidade de uma presença e de uma atuação evangélica junto às vítimas da falta de justiça e de amor da nossa sociedade; “criminosos” ricos, quando não são favorecidos pela impunidade, nunca sofrem o que devem aguentar os pobres encarcerados. (Grifo do doutorando).

São Vicente de Paulo persistiu – em pleno período de revalorização de uma cultura greco-romana antropocêntrica (característica típica da Idade Moderna e da Renascença) – com um discurso e uma postura “cristocêntricos” (e/ou teocêntricos), colocando, assim, o Cristo e os pobres no centro da questão social e espiritual. Resgatando

os mandamentos cristãos principalmente no que se refere às responsabilidades daqueles que o seguem ou acreditam na predileção do Cristo para com os mais pobres. “Tudo” estava dado por Cristo, por seus apóstolos (ao menos dois, nos evangelhos ditos canônicos) e por seus discípulos (como Paulo ou como no caso posterior de São Francisco de Assis, cada um a seu tempo).

Quanto aos seus ensinamentos, “tudo” foi falado, divulgado, registrado, escrito, compilado e recompilado, apenas precisava ser, de forma decisiva, recolocado em prática, em uma missão nada fácil, mas assumida com muita fé por São Vicente de Paulo. Fé em um Cristo que se personificava nos pobres, que se solidarizava com eles e que, num gesto de caridade e de amor ao próximo, sempre os buscou, foi o que fez São Vicente de Paulo entre os séculos XVI e XVII.

Falar das ações de Carlos Alberto de Menezes sem antes fazer referência às ações de Antônio Frederico Ozanam, seria um erro imperdoável. Pois foi precisamente ele (que viveu de 1813 a 1853), quem criou, juntamente com amigos, a Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP, na França (por volta de 1833), quando tinha 21 anos. Desde o início de seu funcionamento a SSVP colocou-se no *front* do apoio aos mais pobres da sociedade francesa; diga-se, aqui, que a França, entre o final do Século XVIII e parte considerável do século XIX, portanto, após a Inglaterra, viveu a sua Revolução Capitalista Industrial. Um processo socioeconômico, político e cultural que, de forma similar ao que aconteceu em terras do Reino Unido, absorveu um grande contingente de pessoas e excluiu outros milhares, formando uma massa de desempregados e pobres que subsistiam com sérias dificuldades nas ruas de Paris e de outras cidades francesas. Ozanam e seus amigos criaram grupos de atendimento às necessidades básicas dessas pessoas e, em pouco tempo, vários jovens (muitos de origem abastada) se viram envolvidos na missão de ajudar os mais pobres. A SSVP pautou-se pelos ensinamentos deixados por São Vicente de Paulo, que passaram a fazer parte dos seus estatutos e, desde a sua fundação, são seguidos ainda hoje.

Nas considerações de Maçon (2002, p. 35):

O evangelho vivido por São Vicente, verdadeiro espelho de Jesus Cristo, continua super atual. A Boa Nova não se anuncia só com palavras, mas por meio de gestos de solidariedade, de partilha. Feliz é quem lançou na Festa de São Vicente de Paulo de 2001 a campanha Globalização da caridade

contra a fome. Feliz é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que sugeriu em 2002 o Mutirão para superar a fome e a miséria. Estas iniciativas são sinais palpáveis da presença de São Vicente de Paulo, através dos seus discípulos, nos tempos de hoje. (Grifo do doutorando).

Para os membros da SSV, numa abordagem “cristocêntrica”, o Cristo é visto como o centro de tudo, ou como Deus (e/ou filho de Deus); mas é simultaneamente visto como homem, pois assim se revelou aos mesmos homens. E a forma em que o Cristo se revelou à humanidade foi como nascido de uma mulher cuja vida material era remediada – Maria – em uma região pobre – a Galileia (localizada no norte da Palestina do século I, vista como uma das periferias do Império Romano, lugar que despertara, até então, “pouco” interesse econômico e político dos imperialistas-expansionistas romanos). Cristo, segundo a literatura “neotestamentária”, foi criado por José, um “artesão de poucas posses” – mas, não miserável – que, da mesma forma que sua esposa, Maria, era de origem campesina. Tudo isso fez com que os membros da SSV, no século XIX, sob a “liderança” de Ozanam, seguindo o que antes fizera São Vicente de Paulo, associassem, projetassem e vissem na figura de Cristo a imagem dos mais pobres e, reciprocamente, na figura dos mais pobres, a imagem do Cristo.

Essa dialética – Cristo presente nos pobres e os pobres presentes no Cristo – define, em todo o seu significado, o que são os *preceitos da espiritualidade vicentina*. Isto é, indo ao encontro dos pobres (“Vamos aos pobres!”) os vicentinos estão, a sua maneira, com base em um entendimento próprio da relação com o sagrado (e isso tem que ficar bem claro), indo ao encontro do Cristo, pois no Cristo, os vicentinos encontram os pobres. Esta é a forma que eles elaboraram, e que também pode ser encontrada em Mateus 25, 31-46.

Diante disso, Masson (2002, p. 35) elabora sua súplica:

São Vicente, grande Samaritano, retrato vivo de Jesus Cristo, intercedei por nós, para que, com audácia, abramos caminhos de caridade no meio da classe sofrida. Despertai jovens para responder aos gritos dos que sofrem. Dai-nos a coragem de chamar a atenção dos governantes, a fim de que a “prioridade social” aconteça de verdade. (Grifo do doutorando).

Os vicentinos construíram uma maneira “singular” de se manterem vinculados tanto a Cristo, enquanto centro de sua fé (coletiva e pessoal), quanto aos seus prediletos: os pobres. Em 1876 (no Rio de Janeiro), Carlos Alberto de Menezes, então com 21 anos de idade, conheceu, na Faculdade Politécnica, os *preceitos da espiritualidade vicentina*. Sobre essa época de sua vida se sabe muito pouco, uma vez que são poucas ou não há

nenhuma fonte primária que tenha resistido ao tempo e que possa contribuir para a reconstrução clara daquele período de sua vida. No entanto, no momento em que Menezes começou a sua administração-societária do CIC, no ano de 1891, com 36 anos de idade, ele já tinha dedicado quinze anos de sua vida à SSVV e, dessa forma, tornou-se, em terras pernambucanas, um membro (confrade e presidente) bastante respeitado e proativo. Isso implica em, ter a vinda definitiva de Menezes para Pernambuco e a sua posição à frente do CIC como administrador-sócio, conferido, de alguma forma, novo ânimo à atuação da SSVV no estado, pois ocupando uma posição de liderança em um empreendimento com o tamanho do CIC, Menezes ganhou uma visibilidade maior e mais positiva na sociedade pernambucana do final do século XIX e do começo do século XX.

E foi justamente no processo de construção e funcionamento do CIC, em definitivo, a partir de 1895, que foram postos em prática os *preceitos da espiritualidade vicentina*: desde o primeiro tijolo (feito na Fábrica de Tijolos) e fixado na edificação das instalações da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, até a primeira “peça” produzida pelos teares da mesma Fábrica, “tudo” esteve impregnado de *preceitos daquela espiritualidade*. Destarte se refletiu, também, nas relações de trabalho consolidadas em “todos” os ambientes da Fábrica (do administrativo ao chamado “chão de fábrica”, passando por todos os seus setores), pois elas eram guiadas pelo sentimento de que “todos” os funcionários e operários do CIC eram membros de uma mesma “família” (conforme já destaquei nessa Tese), o que também era vivenciado na relação entre os confrades vicentinos (dentro das Fábricas) e no convívio intragrupo na SSVV/PE, e estendido nos cuidados para com os pobres.

A dimensão, a princípio positiva, das AM's, pode ser compreendida, “paradoxalmente”, em dois momentos: no primeiro, com base em uma crítica do jornal *A Aurora Social*, de 31 de agosto de 1902:

Nada temos com esta conclusão senão para perguntar ao dr. Carlos Alberto se conhece em alguma parte outra coisa igual a Fábrica de Camaragibe essa feitoria disfarçada com a máscara de uma santidade bolorenta esse recanto onde os princípios de justiça e de direito vivem amordaçados em holocausto do auto de fé de um monomaniaco. (LIMA, 2012, p. 88-89).

No segundo momento, através de reação dos operários da Fábrica de Camaragibe, sob a forma de um abaixo-assinado que rechaçava denúncias feitas em carta, não assinada, publicada no jornal *Correio Mercantil*:

Nós abaixo assinados, empregados e operários da Fábrica de Camaragibe, tendo lido publicado no 'Correio Mercantil' em uma edição de 13 de junho corrente, um comunicado sob a forma de carta, acerca da ordem, disciplina moral e religiosa observadas por todos nós, livre e espontaneamente, sob a inteligente administração econômica e financeira de nosso Diretor-Chefe, e moral e religiosa do virtuoso sacerdote nosso Diretor-Espiritual, vimos individual e coletivamente protestar contra o acervo de inverdades e injúrias contidas na referida carta, e declarar que nenhum resquício de verdade há nas informações ministradas, as quais parecem filhas de um espírito de despeito. O respeitável público, pois, ponha-se em guarda quanto às narrações que forem feitas pelo oculto missivista. (LIMA, 2012, p. 90-91). (Grifo do doutorando).

O aspecto da associação, projeção e visão da figura do Cristo nos pobres, acompanhou Menezes desde o longínquo ano de 1876 (no Rio de Janeiro, quando ainda estudante de Engenharia) e não arrefeceu em Pernambuco, a partir de 1891, ano em que iniciou sua administração e sociedade no CIC. Aqui Menezes encontrou um campo fértil para a implementação de seu plano moral-religioso de administração fabril (de viés essencialmente católico-vicentino). Digo aqui, em Pernambuco, pois as disparidades sociais presenciadas por ele desde a primeira vez em que pisou nessas terras para trabalhar, em outros empreendimentos e empresas antes da CIPER), eram as mesmas. Quer dizer, a pobreza passada de uma geração para outra (pobreza intergeracional) não tinha nenhum traço de dissolução; longe disso, parecia estar mais enraizada do que antes.

Com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, apenas três anos antes do início da administração-societária de Menezes no CIC, milhares de “ex-escravos” circulavam nas ruas das grandes cidades brasileiras aumentando as hordas de pobres que já perambulavam em cidades como o Recife, por exemplo, e logradouros como Camaragibe. A pobreza existente, que já saltava a olho nu, foi acrescida de uma mão-de-obra então livre, porém ociosa. Some-se a isso um ambiente urbano caótico, de avenidas, ruas e becos dominados pelas lamas (de águas contaminadas), sem rede de esgotos adequada, e sem água encanada. Um local de odores quase sempre fétidos era o Recife, onde as pessoas estavam acostumadas a lançar dos seus sobrados e/ou casas, “águas

sujas”, muitas vezes composta de dejetos. Tal hábito era tão entranhado no comportamento da sociedade recifense do século XIX e do começo do século XX que, pessoas consideradas à época mais “educadas”, antes de, lançarem pelas janelas as suas “águas sujas” nas ruas da cidade, tinham que proferir altamente (ou gritar mesmo) a expressão: “água vai!”, em clara advertência para que as “águas sujas”, não atingissem eventuais passantes desavisados.

Era aterradora a conjuntura cidadina e social que Menezes aqui encontrou no final do século XIX e no começo do século XX, e estamos destacando apenas alguns aspectos da capital do estado. Imagine, então, nos logradouros considerados distantes naquele tempo, como, por exemplo, Camaragibe, que ainda não se emancipara do município de São Lourenço da Mata ou era apenas o seu segundo distrito: a emancipação só aconteceu em 13 de maio de 1982, há quase 38 anos. Dessa forma, o CIC representava, como já expressei em outro capítulo dessa Tese, uma “ilha de excelência” em meio à anomia que reinava em outras localidades do estado. Com certeza, aquela “ilha de excelência” não surgiu apenas da capacidade empreendedora de um indivíduo que estava no lugar certo no momento certo (isso seria uma visão limitadamente economicista das ações de Menezes). Interpreto que, no caso dele, antes ou acima do *homo oeconomicus* estava o *homo religiosus*. A sua sólida formação cristã-católica (desde sua mais tenra infância), e o encontro com os *preceitos da espiritualidade vicentina* aos 21 anos (momento divisor de águas em sua vida), “confirmam que há um Menezes antes e um Menezes depois dos primeiros contatos com a Sociedade São Vicente de Paulo no Rio de Janeiro – SSVP/RJ. Além de tudo isso, a sensibilidade positivamente “paternal e cuidadora” que ele cultivava, não almejava um processo ardiloso de cooptação das pessoas. Longe disso, Menezes tratava bem a todos os seus e suas, fossem eles ou elas familiares consanguíneos ou por aproximação, fossem eles ou elas familiares por denominação vicentina ou não. Antes dele, assim tinham procedido São Vicente de Paulo e Antônio Frederico Ozanam, as duas figuras mais representativas da história da SSVP, sendo o segundo o criador da SSVP, e assim fizeram os cristãos primitivos entre outros cristãos subsequentes ao longo da história do Cristianismo. Em outras palavras, e reforçando o que já afirmei, Menezes também associava, projetava e via a figura do Cristo nas pessoas dos(as) operários(as) – os mais pobres – e, mutuamente, nas pessoas dos mais pobres, a figura do Cristo. Menezes não

apenas entendeu essa dialética como poucos, e a aplicou em uma situação de calamidade social que encontrou em Pernambuco do seu tempo.

Nisso, além de ter sido um administrador-sócio inovador, líder (que tinha o “dom” da liderança) visionário, carismático, um “patriarca profético”, entre outras qualidades habitualmente atribuídas às pessoas que estão além do seu tempo histórico, ele foi corajoso. Corajoso, sim, pois colocou de pé uma estrutura física completa o CIC que beneficiou – com um legado – a vida de inúmeras pessoas não só no período em que ele foi o seu administrador-sócio, entre os anos de 1891 e 1904, mas em todo o tempo entre final do século XIX, perfeitamente todo o XX, e totaliza em 2020, ou no final da segunda década do século XXI, 129 anos de história, trazendo ainda, de variadas formas, benfeitorias para os moradores do atual Bairro da Vila da Fábrica, ainda que o CIC

já não funcione há quase duas décadas, uma vez que está de pé apenas o que restou da Vila Operária e um pouco da Fábrica de Tecidos.

Penso, com o “pessimismo científico” que me é característico, me faz crer que os atuais moradores do Bairro da Vila da Fábrica, em sua maioria, não sabem dizer quem foi Carlos Alberto de Menezes, apesar do trabalho que tem sido feito na localidade para a preservação da história e da memória da outrora Vila Operária. Ressalto, por oportuno, que a questão da preservação da história e da memória é mais um, dos vários problemas sérios que o Brasil teima em não solucionar. Um país que não cuida do seu passado, compromete seriamente o desenvolvimento do seu futuro, contudo, o que Menezes fez em vida gerou marcas assertivas para a hodiernidade.

Artigos, livros, monografias e dissertações já trataram dele, e direta ou indiretamente, de suas realizações. Esta Tese não deseja esgotar o tema (seria um erro crasso), mas, pretende, sim, lançar um olhar multidisciplinar e/ou interdisciplinar, com a predominância do aparato epistemológico das Ciências da Religião, sobre as AM's dentro dos espectros da (ASC) e da (DSI). Tudo em consonância com as exigências postas pela encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, e com as experiências dos industriais Léon Harmel e Robert Owen.

Durante a montagem dessa estrutura socioeconômica, política, cultural, “geo-urbana” e principalmente religiosa que foi o CIC, percebo que Menezes fez prevalecer (aqui

falo simbolicamente) a “rocha” que ele, particularmente, desde o início, almejou fosse a que se sobressaísse. Aquela “rocha que manteve intacta” desde a infância e, com mais fervor, a partir de 1876, ele sabia que seria inquebrantável, a “rocha simbólica” de sua fé, que implica em sérios comprometimentos com: a fé cristã na forma como foi traduzida através dos ensinamentos de São Vicente de Paulo e de Antônio Frederico Ozanam, e nutre os *preceitos da espiritualidade vicentina*.

Enfim, não há nada de panaceia no que Menezes pensou, construiu e fez funcionar na Camaragibe do final do século XIX e que ainda, mesmo que desfigurado, chegou na segunda década século XXI gerando o que discutir. Há, sim, um retorno às marcas indeléveis do Cristianismo Primitivo, aquele em que um cristão não fazia acepção de pessoas, não escolhia a quem ia socorrer (o mais rico ou o mais pobre da Roma Antiga, por exemplo). A Roma Antiga que tanto perseguiu e assassinou cristãos durante os reinados de Calígula (37 a 41 d.C.) e de Nero (54 a 68 d.C.), para ficar com apenas dois casos, mas que tanto precisou desses em epidemias de variadas doenças que atingiam ciclicamente os romanos antigos da Era Cristã.

Assim são os cristãos praticantes, portadores de uma fé adulta (firme como uma “rocha”): há mais de dois mil anos persistem em ajudar o próximo (ou melhor, os pobres), e hoje, num planeta no qual vivem mais de 8 bilhões de seres humanos, dos quais 10% passam fome, implicando dizer que quase 1 bilhão de pessoas todos os dias sobrevive em situação de risco alimentar, subsistindo na pobreza ou na pobreza extrema. Em sua imensa maioria verdadeiros párias em suas sociedades historicamente divididas em castas como a indiana, (ou em classes, como a brasileira). Parece-me que, para muito além da história, para a “eternidade” (infelizmente, mais uma vez, vem à tona o meu “pessimismo”) as sociedades subdesenvolvidas (ou em desenvolvimento, ou ainda emergentes) viverão sempre marcadas por divisões sociais com nomes os quais já estou acostumado a lida, estamentos e/ou estratificações, ou seja, meros eufemismos para aviltantes *apartheids* sociais.

Pergunto: onde vivem esse 1 bilhão de pessoas que passa fome todos os dias?
Vivem longe de mim?

São africanos, haitianos, sírios (num país em guerra) e/ou venezuelanos?

São imigrantes que vagam pelos oceanos fugindo da fome e morrendo à deriva, afogados no Mar Mediterrâneo? Ou de sede?

Ou ainda de mais fome, “sempre” ela, há séculos, há milênios, a fome estrutural vem ceifando vidas?

E aqui é oportuno lembrar que o mundo (o mundo rico) já domina altas tecnologias voltadas para a produção de alimentos, que são capazes de evitar que haja ainda seres humanos expostos à fome, basta querer solucionar o problema. Mas, a quem interessa manter mais de um bilhão de famintos hoje?

Tentando responder aos questionamentos que fiz um pouco acima:

Os que passam fome não estão tão longe, não são só africanos, haitianos, sírios e/ou venezuelanos, ou seja, não são todos imigrantes fugindo de qualquer “outra” área de guerra conflagrada ou em conflito no mundo. Eles(as) são ainda milhares daqui mesmo, do Brasil, e estão dispersos nas grandes, médias e pequenas cidades do país. Estão nas esquinas, debaixo dos viadutos e das pontes, nas praças, nos abrigos de ônibus, sob as marquises dos prédios, amontoados em edifícios abandonados espalhados pelo território nacional, em Pernambuco – inclusive no Recife e em Camaragibe –. Pernambuco, Recife e Camaragibe, onde outrora Menezes tentou amenizar essas demandas por trabalho, alimentos e tratamento mais humanizado.

E o que fazer para, assim como Menezes, atenuar o problema da pobreza?

Há muito o que fazer, sempre há ou haverá; no entanto, tenho a efêmera sensação de que hoje são raras as pessoas dispostas a se integrarem ao exercício dialético da caridade e de enxergar o Cristo presente nos pobres e dos pobres presentes no Cristo. No entanto, em que pese a possibilidade de estar redondamente enganado, vejo, na SSVV em geral e na SSVV/PE, e em outras instituições (de viés católico ou não), que mesmo que numa quantidade cada vez mais diminuta, pessoas continuam abertas à associação, projeção e visão da figura de Cristo nas pessoas dos mais pobres e, reciprocamente, da figura dos mais pobres na “pessoa” do Cristo.

Para Saburido (2003, p. 39):

As obras de Deus não passam jamais e, até nossos dias, o grande santo dos Pobres e excluídos continua fazendo o bem, no mundo inteiro, através de seus seguidores e suas seguidoras. Em nosso querido Brasil, os filhos e filhas de São Vicente, consagrados e leigos, assim como associações, criadas posteriormente sob seu patrocínio, a exemplo da Conferência de São Vicente de Paulo, fundada pelo bem-aventurado Frederico Ozanam,

procuram discernir os desafios dos tempos atuais e colaboram como verdadeiros irmãos. Me pergunto, quais seriam hoje, em nosso carente país, os problemas que mais preocupariam o grande missionário e pastor Pe. Vicente? (Grifo do doutorando).

Carlos Alberto de Menezes precisa sim ser “ouvido” e “replicado” em suas obras de auxílio aos pobres em Pernambuco e particularmente em Camaragibe. E há várias formas de “ouvi-lo”, de replicá-lo, algumas até já foram tratadas nessa Tese, mas eu as recordo.

Para “ouvir” diretamente Menezes, que sejam lidos os artigos, monografias, dissertações e livros publicados sobre ele. Pode-se também “ouvir” indiretamente Menezes, da seguinte forma: lendo sobre as vidas e obras de São Vicente de Paulo e Frederico Ozanam, posto que nelas são encontrados os *preceitos de uma espiritualidade* que foram basilares para suas ações, as AM’s. Contudo, se o(a) pesquisador(a) não se der por satisfeito(a) com o que recomendei acima, não há problemas.

Para “ouvir e entender” definitivamente ou em partes, e até se desejar, replicar algo fundamentado nas AM’s, basta ler o Novo Testamento, não precisa ler o livro todo, porém, com bastante atenção se aprofundar nos sentidos das passagens em que o Cristo foi ao encontro dos pobres. E, a partir dessa leitura, de alguma forma, é possível conseguir “ouvir e entender”, definitivo ou parcialmente, Carlos Alberto de Menezes. Eu chamaria isso de “um bom começo”.

Trato agora da questão primordial desta Tese, que são os *preceitos da espiritualidade vicentina* e sua antecipação às exigências postas pela encíclica *Rerum Novarum* – RN, aspecto que, de forma contundente, influenciou a vida, os empreendimentos e as ações de Menezes no cenário socioeconômico-religioso de Pernambuco e de Camaragibe do final do século XIX e começo do XX, com a construção e administração-societária do CIC. Ou seja, neste quarto capítulo “retomo” o objeto de Tese, problematizo-o e, ao mesmo tempo, “retrato” do objetivo geral, levantado como mote da pesquisa, a afirmação de que *preceitos inspirados na espiritualidade vicentina*, presentes nas AM’s, se “anteciparam” (no tempo histórico, e com ressalvas ou revisões, em sensibilidade no que se refere as “questões sociais”, a da pobreza em especial e a da “questão operária”) com relação às indicações postas pelo papa Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum* – RN.

A princípio, quais são, “um a um”, os preceitos *inspirados na espiritualidade vicentina*? Vou elencá-los: 1. A profunda empatia para com a questão social, o que abarca as condições de vida daqueles(as) que estão, historicamente e por diversos motivos, quase que totalmente destituídos(as) de bens materiais fundamentais para uma sobrevivência, no mínimo, digna e/ou humanizada, e “desterrados(as)” de sua fé e espiritualidades; 2. A postura de mais ação e menos lucubrações profundas – que tornam as pessoas mais estáticas ou hipoativas – a respeito da situação de miserabilidade dos indivíduos. Um comportar-se de maneira proativa, voluntária nas ações para a atenuação ou mesmo solução definitiva do problema da pobreza dos povos que perpassam anos, séculos, e milênios resistindo a mesma, como uma chaga que não cicatriza. Pelo contrário, só inflama, machuca e faz com que seres humanos pareçam estar em estado degenerativo, em situação de “putrefação física e emocional”. Ou seja, os vicentinos, de forma espontânea, com entrega, envolvimento e, de fato, amor ao próximo, buscam auxiliar caridosamente os pobres, disponibilizando parte considerável do tempo de suas vidas à aproximação e ao apoio (material e espiritual) desses; 3. Há uma forma (talvez “única”), como os vicentinos, a partir de seus *preceitos*, analisam, compreendem, interpretam e talvez tenham contribuído para a criação de uma visão multifacetada de Cristo. Um Cristo que se reflete e que, portanto, pode ser visto nos excluídos das sociedades. Nos pobres, nos famintos, nos desempregados, viciados ou dependentes químicos (de drogas ou de bebidas alcoólicas fazendo uso dessas válvulas escape na verdade autodepreciativas para supostamente amenizar os seus dramas pessoais e crises de fé e/ou espirituais). Por fim, um Cristo que pode ser literalmente bem-quisto quando se visualiza os pobres. E os pobres que podem ser literalmente bem-quistos quando visualizamos, o Cristo.

Tentando clarificar ainda mais: os vicentinos encararam (e encaram) os pobres não como uma categoria socioeconômica típica ou oriunda das assimetrias inerentes aos modelos de produção postos em prática na história das sociedades ou das civilizações. Os vicentinos não reduzem os pobres a apenas uma categoria social, ou seja, eles não os veem (os pobres) como ele são vistos dentro do universo acadêmico-científico laico. E não podia ser diferente, pois a academia, é um espaço “não raramente ensimesmado e imperativo”, que pensa que “tudo” pode explicar (ou quer explicar “tudo”) e que, para “tudo”, tem um discernimento e resposta científica muito bem elaborada, que almeja o status de definitiva, embora não o consiga, de fato (ainda bem e para o bem da própria ciência,

particularmente das ciências humanas, das ciências sociais aplicadas e essencialmente das ciências da religião) alcançar essa condição.

Os vicentinos criaram, podemos assim dizer, uma visão ímpar dos pobres – aqueles(as) a quem as sociedades, nos mais variados tempos históricos e processos de formação de sociedades, decidiram-se, propositadamente, colocar na invisibilidade ou no limbo social. Eles criaram ou recriaram a ideia de que os pobres não são unicamente uma categoria social (ou socioeconômica); pelo contrário, antes disso ou em paralelo a isso, os pobres são também uma categoria religiosa-espiritual e teológica. Uma categoria religiosa-espiritual e teológica no sentido de que os mais abastados têm não só responsabilidades sociais para com eles. Pelo contrário, antes da questão social, os mais abastados devem assumir compromissos religiosos-espirituais e teológicas com os pobres, estão extremamente vinculados uns aos outros, posto que os pobres (mesmo que desprovidos de riqueza), são “familiares” dos ricos, o que é parte crucial dos *preceitos da espiritualidade vicentina*.

Os *preceitos da espiritualidade vicentina* não entendem os pobres como um mal necessário para que os mais ricos possam amenizar suas crises existenciais (de caráter religioso-espiritual). Os referidos *preceitos* incitam, provocam, perturbam, levam, indicam, apontam e remetem os cristãos-católico-vicentinos diretamente no sentido dos pobres, metafisicamente e fisicamente. Esses *preceitos* (que não os esgotei até aqui), podem ser entendidos como uma longa e profunda construção que contém em si diversas características. A religiosa; a espiritualista; a teológica; a histórica, a política; a econômica; a cultural; a ambiental; a “geo-espacial”; a antropológica; a sociológica, entre outras variáveis passíveis de serem elencadas. Com efeito, sobressaindo-se as características religiosa-espiritual e teológica.

Detalho, a partir daqui cada uma das características supracitadas, iniciando pela religiosa que, em sintonia com a problemática da pesquisa, afirma que os *preceitos da espiritualidade vicentina* nascem, naturalmente, do ventre do Cristianismo Primitivo e do Catolicismo Romano. Bem como, são oriundos de São Vicente de Paulo, entre os séculos VXI e VXII (na França). Na verdade, esses *preceitos* nascem e/ou renascem, pois sua origem vem dos primórdios do Cristianismo (seja na Galileia, na Judeia, em geral, na Palestina do século I, seja no Egito Antigo ou na poderosa Roma, também no século I).

Clarificando a terminologia “Cristianismo Primitivo”: essa não tem nenhuma conotação negativa, de outro modo, primitivo vindo de primeiro, de mais próximo, cronologicamente, à passagem de Cristo sobre a Terra, e, portanto, mais fiel aos ensinamentos por Ele proferidos. Primitivo também porque deu os primeiros passos de sua expansão pelo mundo ocidental para chegar ao século XXI, mais de 2000 anos depois de sua eclosão, na condição de maior religião do mundo, em sentido quantitativo, por ter mais seguidores – cerca de 2 bilhões de pessoas no planeta (registrando que o Islamismo, religião histórica, e de origem “abraâmica”, assim como o Cristianismo, também já tem um número considerável de seguidores, quase 2 bilhões de pessoas, ou de 2 bilhões de muçulmanos).

Espiritualista porque mexe de forma determinante na maneira como o cristão católico-vicentino reflete (digo, metafisicamente, e só podia ser assim) o seu semelhante, compreendendo e como um igual, como um familiar melhor dizendo, como um ser com o qual há, de fato, uma identidade não percebida a olhos nus, posto que é espiritual. Mas que impele, positivamente, o indivíduo abastado ou até mesmo um pouco mais remediado materialmente, a enxergar Cristo no outro menos privilegiado: o pobre. E ao perceber Cristo no outro, numa alteridade mística, o(a) abastado(a) se compadece com aqueles(as) que sofrem com as adversidades da pobreza ou da pobreza extrema.

Teológica porque o semelhante desprovido de riqueza material passa a ser “analisado” como uma categoria teológica (um belo *insight* ou discernimento dos cristãos-católico-vicentinos na esteira do que foi anteriormente vivido pelos cristãos primitivos, tendo sido revitalizado pelos vicentinos). É uma “análise” intencional acerca dos por quês de essa condição de miserabilidade material afetar milhares de pessoas no mundo, dos motivos de tanto sofrimento. Tem, portanto, esse caráter teológico de extrema relevância, posto que vislumbrou um elo inevitável e inquebrantável (“real” e espiritual) entre o indivíduo abastado e o seu semelhante destituído de posses, que sobrevive na pobreza, muitas vezes na pobreza extrema.

Seguindo: tem uma característica histórica, posto que vem atravessando os séculos desde São Vicente de Paulo, entre os séculos XVI e XVII, passando por Frederico Ozanam, no século XIX, e chegando em Carlos Alberto de Menezes, nos séculos XIX e XX, com um vigor inabalável. Aqui cabe uma pergunta: Pergunto, então, diante da constatação de tanta pobreza ainda existente no mundo de hoje, se São Vicente de Paulo, Frederico

Ozanam e a SSVP, e Carlos Alberto de Menezes, e toda a ASC, DSI, falharam em suas atuações visando a debelar a pobreza em seus respectivos tempos históricos? Repondo que “NÃO”. São Vicente de Paulo, Frederico Ozanam, Carlos Alberto de Menezes, bem como a (ASC) e a (DSI), todos ancorados em preceitos espirituais cristãos ganharam, ao longo do tempo, várias feições – sendo a vicentina uma delas, nos casos de Ozanam e Menezes especificamente – e mantiveram-se fieis a uma essência cristã primitiva, basilar, de caridade: o que foi ensinado pelo Cristo, todos buscaram e buscam os pobres.

Como é o caso hoje da SSVP, que atua em mais de 153 países, atendendo a mais de 30 milhões de pessoas por ano. O fato é que tanto São Vicente de Paulo quanto Frederico Ozanam e Carlos Alberto de Menezes obtiveram êxitos em seus propósitos e são peças fundamentais no mosaico da ASC e da DSI – não só pelo expressivo contingente de pessoas por elas atendidas materialmente e espiritualmente – mas, sobretudo, pelas incentivadoras mensagens de fé e superação que levaram e levam aos seus “familiares”: os pobres.

Através do trinômio política-economia- e cultura, *os preceitos da espiritualidade vicentina* também interagem em uma dialética de interpretação das questões sociais, vistas não como males que podem ser, teoricamente ou na prática, debelados ou atenuados apenas pela doutrina e pelas ações de membros de sociedades de leigos como a Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP, por exemplo. Pelo contrário, se não houvesse uma compreensão dos cristãos-católico-vicentinos de que a pobreza também tem inegáveis nuances políticas, econômicas e culturais não haveria possibilidades plausíveis de combatê-la. A pobreza é, de fato, um problema gerado ao longo da história das sociedades e/ou das civilizações na superposição de modelos de produção econômica, das mais variadas colorações ideológicas e partidárias e, assim, é um problema também político. Salvaguardando-se algumas sociedades “paleoíndias” e indígenas “amonetárias” que não a conheceram (a pobreza) em seu conceito clássico, ou sequer a conheceram na prática.

Nenhum modelo de produção, de cunho capitalista ou socialista-comunista, para ficar apenas nesses dois, conseguiu o grande feito de acabar em definitivo com a pobreza em seus processos de implementação nos mais variados países, desde os mais ricos ou desenvolvidos (onde ainda existem muitos pobres) até os países mais pobres, subdesenvolvidos, em desenvolvimento e/ou emergentes (onde existem milhões de

pobres). Da mesma forma, nenhum modelo político de gestão pública conseguiu erradicar a pobreza e/ou a miséria de forma definitiva. Não obstante, é importante registrar que alguns países do Norte da Europa (como a Dinamarca, a Noruega e a Suécia etc.). conseguiram criar sociedades em que as assimetrias sociais existem, porém não tão gritantes como o são em parte dos da África Subsaariana e no Brasil, para ficar com esses exemplos. Percebe-se, então, que os *preceitos da espiritualidade vicentina* dialogam, embora também se digladiem, com problemas e/ou questões sociais geradas na seara econômica e política das sociedades: são 153 os países em que a SSVP mantém suas representações, sem que essa interação assuma meramente a forma de crítica à maneira como a economia e a política desses países é conduzida. Ou seja, os *preceitos da espiritualidade vicentina* são aplicados tendo como foco os pobres e a pobreza que os aflige, e não a indicação de qual modelo e produção econômico-política os governantes desses países devem porventura seguir.

Quanto a tão complexa relação entre cultura e pobreza, pode-se afirmar que quase todas as sociedades humanas, em suas respectivas histórias (principalmente aquelas em que os pesquisadores encontraram e ainda encontram relevantes vestígios materiais e gráficos), tiveram seus grupos de despossuídos. E que os pobres (e a pobreza), por essas sociedades, foram e ainda são concebidos – a Índia de outrora e atual, é um exemplo de país em que perduram fortes aspectos da dura e excludente sociedade de castas – como algo natural. Ou seja, condição que faz parte de suas tradições histórico-culturais e, dessa forma, não causam nenhum espanto ou abalo uma vez que são vistas apenas como mais um simples elemento da paisagem social desses lugares. Em culturas que encaram os pobres e a pobreza dessa maneira (como páreas ou “eternos páreas”), penso ser muito mais difícil combatê-las, pois está no ‘DNA’ da formação cultural desses países, é lugar comum em suas relações interpessoais, e em “metástase”, há séculos tomou conta das mentalidade dos mais abastados; tal quadro configura vultoso desafio para o Cristianismo católico-vicentino e seus preceitos.

Por fim o quadrinômio características “ambientais-geo-espaciais-antropológicas-sociológicas”. Ambientais posto que de certa forma, “os bens do planeta Terra” como foi prescrito na encíclica *Rerum Novarum* – RN, devem ser socializados de forma equânime ou para o benefício de todos os seres humanos. Os *preceitos da espiritualidade vicentina* são sensíveis a essa ideia já que fazem críticas àqueles(as) que acumulam riquezas

oriundas da exploração vil dos “bens do planeta”, acumulando riquezas e aumentando o distanciamento material e espiritual entre ricos e pobres. Antropológicas porque se origina nos seres humanos (no homem e na mulher) e na sua imensurável e contínua capacidade de significação e ressignificação do seu cotidiano, do seu *habitat*, das marcas de humanidade – ou de humanismo ou de não humanismo – que deixa enquanto ser que interage com os outros de sua espécie. Desde o período ágrafo essa inter-relação se cristalizou, ou seja, muito antes do surgimento do Cristianismo Católico Romano e Cristianismo católico-vicentino. No entanto, esse potencial de alteridade, ora inato, ora nato, foi gradativamente transformado (ou filtrado) por essa matriz religiosa, o Cristianismo, que chegou aos dias de hoje como uma religião consolidada, ao menos em parte considerável do Ocidente. Mas, essa face secularizada, ou seja, não religiosa (ou não necessariamente ligada a alguma religião instituída) e antiga (muito antiga) do homem, sobreviveu ao tempo, e está presente, por exemplo, nas diversas situações em que um ser humano oferece apoio a outro para que esse se erga de algum insucesso financeiro, por exemplo. Sem que essa atitude esteja ligada, ou tenha inspiração, em preceitos de quaisquer religiões ou linha filosófica de vida. Enfim, ele, hipoteticamente, ajuda o outro em dificuldades pelo simples fato de que isso lhe faz bem, lhe proporciona algum tipo de alegria íntima e pessoal. Essa “personalidade” secular conviveu (e tem convivido), há milênios, com a face religiosa do *homo religiosus*, seja ela cristã-católico-romana ou vicentina, ou nenhuma dessas duas.

O que faz os seres humanos serem “mais humanos” – tomando como ponto de partida evolutiva o longínquo Paleolítico Superior, quando os antepassados do *homo sapiens sapiens* passaram a se tornar mais gregários, vivendo em cavernas – é, justamente, a capacidade de percepção de que o que lhe é distinto não representa, necessariamente, uma ameaça natural. Antes de tudo, pode, sim, representar algo (ou alguém) que vai lhe acrescer de mais humanidade. Porém, ressalta-se que, histórica e antropológicamente, os seres humanos encararam o diferente de forma quase sempre ressabiada, com medos e desconfianças daquilo ou daqueles que lhes pareceriam estranhos. E, de fato, os outros eram estranhos, uma vez que os indivíduos de um determinado grupo social representavam uma novidade para os de outro grupo social. Como, por exemplo, nos primeiros encontros entre os grupos indígenas da América pré-colombiana, ou “pré-cabralina”, e os europeus cristianizados. Isso levou (e tem levado) os seres humanos a caminhos, muitas vezes sem voltas, de desumanizações (etnocêntricas

e genocidas), ou seja, a um não-entendimento e, portanto, à não-aceitação do outro. Em decorrência, penso que o Cristianismo, representou e representa uma espécie de bálsamo religioso-espiritualista, e antropológico, para que a humanidade, ou parte dela, não se extermine mútua e definitivamente. Com destaque nessa Tese para o “Cristianismo-Católico” de viés vicentino.

A face sociológica dos *preceitos da espiritualidade vicentina*, tem sua gênese na construção ou na formação da história social (ou sociológica) da humanidade, pois mesmo tendo sido elaborada nos séculos XVI e XVII, na França, a partir do que São Vicente de Paulo identificou como um problema social do seu tempo: a pobreza originária de uma exclusão social herdeira do modo de produção feudal. A pobreza (com o devido cuidado na afirmação) tem um caráter social “universal”, pois existiu e existe desde tempos remotos e em quase todas as regiões habitadas do planeta, isso com características diferentes (é bom deixar claro). E depois dele, já no século XIX, na mesma França, a pobreza – então vista como um legado horrendo da Revolução Capitalista Industrial – também causou espanto em outro católico, o leigo Frederico Ozanam, a ponto de inspirá-lo a criar a Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP. Ambos, “criador”, de conceitos, por antecipação cronológico-histórica (São Vicente de Paulo) e “criatura”, da instituição, por subsequência cronológico-histórica (Frederico Ozanam) foram confrontados com as aflições e/ou adversidades criadas pelas sociedades desde o período Neolítico (quando homens e mulheres inventaram a agricultura e a pecuária), passando por seus respectivos tempos até a dita sociedade do conhecimento, a atual. São elas: a pobreza e a fome são danos terríveis à humanidade (seja quando provocadas por interesses conflitantes entre grupos sociais distintos ou por nações beligerantes entre si); seja nos dos êxodos em massa, tanto de ordem territorial (motivados pela cobiça por determinados territórios) quanto motivados por perseguições a minorias étnico-religiosas (citando uma perseguição emblemática na história do Ocidente, a perpetrada pelo nazismo aos judeus, em um passado recente). E, a título de comparação, na atualidade, a perseguição aos curdos, essa de orientação étnico-territorial. Seja, por questões climáticas (ambientais), entre outros elementos que podem influenciar na incidência de ambas tragédias, pobreza e fome.

Contudo, complemento que os *preceitos da espiritualidade vicentina* têm uma identidade própria, posto que foram criados e colocados em prática por homens e instituições em tempos históricos distintos: primeiro por São Vicente de Paulo e, depois, por

Frederico Ozanam, criador da SSVP, que continua atuante, inclusive muito atuante em Pernambuco hoje. Esses preceitos têm suas origens no Cristianismo primitivo (sobre o qual já falamos neste capítulo). Um Cristianismo ainda não tão diluído em linhas distintas de pensamento e de interpretações do que o Cristo realmente propunha quando tratava diretamente da questão social ou da pobreza propriamente dita. Ou seja, o que foi novo com São Vicente de Paulo, e o que pareceu ser mais novo ainda com Frederico Ozanam e “sua” SSVP era “velho” – (ou positivamente antigo no tempo histórico) – no sentido de ser fiel a uma conduta adotada no trato para com os mais próximos, e objetivamente com os pobres. São Vicente de Paulo viveu nos séculos XVI e XVII (*grosso modo* 1600 anos depois de Cristo), Frederico Ozanam viveu no século XIX (*grosso modo*, 1800 anos depois de Cristo), e a Sociedade de São Vicente de Paulo – SSVP permanece indo ao encontro dos pobres, ainda com muito compromisso, em pleno século XXI (também *grosso modo*, mais de 2000 anos depois de Cristo). Os homens (um santo, São Vicente de Paulo e um leigo, Frederico Ozanam) nasceram, viveram e morreram cronologicamente bem distantes de Cristo, porém a SSVP ainda vive (ou sobrevive). Todavia, os três (os dois homens e a instituição) se reaproximaram o máximo possível dos preceitos do Cristo (e do Cristianismo primitivo) ao elaborarem a base e os *preceitos da espiritualidade vicentina*.

Uma das principais características da pregação de Cristo era a sua itinerância, isto é, o Cristo ia ao encontro daqueles que, na sua percepção, necessitavam apenas de sua presença e de suas palavras para se sentirem reconfortados. Ele também buscava os que precisavam do seu poder de cura de enfermidades graves (como no caso dos dez Leprosos, encontrado no Livro de Lucas (17:12). Ou daquelas famílias que lamentavam a morte de seus entes queridos e clamaram que Ele os ressuscitasse (como nos casos de Lázaro e Talita, encontrados respectivamente nos Livros de João (11: 43) e Marcos (5: 41). E, por fim, daqueles pobres que, que comoveram e moveram o Cristo, e fizeram o mesmo com São Vicente de Paulo e com Frederico Ozanam, bem como com Carlos Alberto de Menezes. Por diversas vezes o Cristo foi ao encontro dos pobres ou a eles fez referência direta, como no Livro de Lucas (14: 13). Sendo assim, podemos identificar atitudes análogas entre a “itinerância” constante do Cristo e o lema “Vamos aos pobres”, muito caro aos católicos-vicentinos.

Outra característica também relevante de “Cristo” e que complementa a sua “itinerância” é a comensalidade (em síntese, o ato de camaradagem de comer em grupo, à

mesa). A comensalidade do Cristo, é narrada tanto junto aos mais abastados (“Jesus na casa do fariseu”, Lucas 14: 1), quanto, principalmente, com os pobres (Mateus 9: 36), ou na passagem em que alimenta 4.000 pessoas (Mateus 15: 32-39). Por fim, a humildade de Cristo ante o pobre, com os quais se impressiona e, em gestos de alteridade, coloca-se no lugar deles, o que pode ser lido na passagem da viúva pobre, presente em Lucas 21: 4. Ou seja, a “itinerância”, a comensalidade e a humildade são apenas três das várias características encontradas no Cristo, que, igualmente, podem ser verificadas nas vidas de São Vicente de Paulo, Frederico Ozanam, Carlos Alberto de Menezes e na dos católico-vicentinos de forma mais abrangente.

Carlos Alberto de Menezes, como já tratado antes, não via os pobres apenas como uma categoria social; para ele, penso (e norteado também nesse raciocínio, escrevo e defendo essa Tese), os pobres eram igualmente uma categoria teológica (obviamente, não nesses termos). O que se deve ao fato de os pobres se encontrarem presentes nos textos bíblicos do Velho e do Novo Testamento, principalmente no Novo, pelo fato de ser esse o livro que trata da trajetória do Cristo e base para a elaboração e massificação do Cristianismo. Dessa forma, é como se os mais abastados tivessem que ser lembrados constantemente – do Velho ao Novo Testamento – de que têm profundas responsabilidades para com os pobres, reveladas por Deus e por aqueles que vieram em Seu nome, como no caso do Cristo (o seu Filho) ou dos que, em Seu nome, pregaram ou evangelizaram depois Dele, como o discípulo Paulo e tantos outros.

Não se trata de encarar os pobres como um incômodo interminável dos quais os ricos devam esporadicamente se aproximar para, com ações paliativas (ou meramente assistencialistas), manterem uma autoimagem positiva nas sociedades em que vivem e, essencialmente, uma imagem positiva, “diante de Deus”. Afirimo, que os *preceitos da espiritualidade vicentina* não conduzem aqueles que neles acreditam ou quem por eles se norteiam, a posturas oscilantes e/ou reticentes sobre os pobres. Para os vicentinos, os pobres não representam um fardo que eles, volta e meia, precisam carregar para se lembrarem de que são cristãos que, na condição de abastados, ou remediados. E que por isso devem ajudá-los, simplesmente porque isso agrada a Deus e lhes concede indulgências divinas. Não foi por isso (ou para esse objetivo meramente pragmático) e nem foi assim que os *preceitos da espiritualidade vicentina* foram historicamente, “teologicamente” e socialmente elaborados, apregoados e absorvidos por Menezes, sendo

postos em prática na administração-societária do CIC; tampouco é essa a forma com que os católicos-vicentinos, hoje, promovem suas ações.

Encontrar o legado de Carlos Alberto de Menezes não é uma tarefa difícil; muito pelo contrário: para encontrá-lo, é preciso, a princípio, fazer uma pesquisa, leitura e interpretação profunda das obras relevantes que já foram escritas e publicadas a respeito dele e que estão, quase todas, presentes nas referências dessa Tese.

Mas, será que para encontrar e entender definitivamente o legado de Menezes é necessário apenas pesquisar, ler e interpretar com o maior rigor científico possível tudo que já foi escrito a respeito dele e de suas ações durante a sua fase de administrador e sócio do CIC, de 1891 a 1904?

Penso e repondo da mesma maneira, que “NÃO”.

Sendo assim, formulo aqui mais um questionamento: qual o legado, de fato, de Carlos Alberto de Menezes? Sem o desejar ser cansativamente repetitivo, mas já o fazendo, é necessário consultar com atenção os trabalhos já escritos (publicados ou não) a respeito dele: artigos, monografias, dissertações, teses, livros ou quaisquer outros estudos que o tenham como foco.

Todavia, pesquisadores que seguirem apenas uma estratégia de investigação (ressalto, somente de base bibliográfica) no estudo de Menezes e de suas ações, corre o risco de encontrar apenas uma de suas múltiplas e ricas faces, todas elas, atesto, de viés fortemente “paternal”, e espiritualmente cristão-vicentino. Enfim, encontrar Menezes na literatura científica pode ser entendido como um primeiro passo para a identificação do seu legado; passo relevante e indispensável. Porém, o legado das AM's pode ser averiguado também fora dos livros, teses, dissertações, monografias e artigos sobre ele. Para isso, recomendo, primeiro, uma visita ao bairro hoje chamado de Vila da Fábrica (outrora a Vila Operária, construída sob administração-societária de Menezes do CIC). Vila para acomodar, além dos operários da Fábrica, engenheiros, especialistas, técnicos, religiosos, operários, estudantes, entre outras pessoas ligadas ao universo fabril-social e religioso do CIC na época.

Advirto que será “obrigatório” programar-se para reservar alguns dias da semana (dois ou três talvez) para conhecer, “tudo” que foi edificado por Menezes no local, ou, o que

ainda está de pé como prova materializada de sua administração-societária de moral católico-vicentina e contribuição efetiva para a mudança da história daquele logradouro. Creio até que é preciso ter pressa em conhecer o Bairro da Vila da Fábrica, pois sei que, o passar dos anos, muitas vezes, implica uma degradação natural ou não dos espaços históricos. É possível indagar mais: o que será do “futuro do passado” da outrora Vila Operária e hoje Bairro da Vila da Fábrica?

Não sei dar uma resposta clara e objetiva. Mas o estado de conservação do que restou da antiga Vila Operária, mesmo com a “boa vontade” das administrações municipais que consegui acompanhar, me diz que o local requer mais cuidados e não sei se o mesmo (ou o que restou da antiga Vila Operária) estará de pé daqui a algumas décadas.

Le Goff (1990, p. 4), instiga o pensamento:

Que relações tem a história com o tempo, com a duração, tanto com o tempo "natural" e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades? Por um lado, para domesticar o tempo natural, as diversas sociedades e culturas inventaram um instrumento fundamental, que é também um dado essencial da história: o calendário; por outro, hoje os historiadores se interessam cada vez mais pelas relações entre história e memória.

Segundo Montenegro (2018 p. 8-9),

Essa história, contudo, não vem de hoje. Como o Recife, mas com suas particularidades, o processo de construção cultural de Camaragibe também remonta aos engenhos, com casarões coloniais e usinas, além de fábricas rodeadas por casebres e operários. Pensemos, pois, a Vila da Fábrica como um sítio histórico: diversos monumentos e construções próximas guardam a história do bairro e da cidade, como a própria fábrica de tecidos fundada por Carlos Alberto de Menezes – ainda que, às vistas de toda a comunidade, um gigantesco shopping center se constrói no local da antiga fábrica, tomando uma grande área próxima ao Parque de Camaragibe, onde há também a casa de Maria Amazonas, das épocas do engenho. Um palacete que carrega lendas urbanas e mistérios dentro do imaginário da população local.

Estando na Vila Operária, ou melhor, no Bairro da Vila da Fábrica, pode-se verificar, na comparação com fotos antigas – do final do século XIX e do começo do século XX, reproduzidas nos capítulos e anexos dessa Tese – o mesmo traçado de algumas ruas; fachadas de casas da época da Vila Operária; prédios comerciais do mesmo período; praças (em uma delas havia, até “recentemente”, um busto de Carlos Alberto de Menezes, que “desapareceu”); edificações religiosas, da mesma forma do tempo da Vila Operária;

dois açudes ou que sobrou deles (o São Bento, conhecido hoje como “O Balde” e o São João, conhecido hoje como “Queda da Baixinha D’ Água) que forneciam água para o CIC e para a Vila Operária; e o que restou das tubulações por onde a água do açude (São João) era enviada. E ainda, independente da precariedade, pode ser verificado o que restou das instalações centrais da própria Fábrica de Tecidos de Camaragibe, belo prédio com frontispício de tijolos vermelhos, cuja entrada principal recebeu a influência da arquitetura romana clássica com seus belos arcos. Além da arte em ferro (provavelmente do final do século XIX) encontrada ainda em algumas partes de seu rol de entrada.

Não sei se uma Tese de doutorado permite licença(s) poética(s); entretanto, aqui me permitirei uma: mesmo agora, no bairro da Vila da Fábrica, construído, em parte, sobre o que foi um dia a Vila Operária, com veículos de pequeno e grande porte circulando pelas ruas e avenidas do lugar (que não foram planejadas na origem, no final do século XIX e no começo do século XX, para isso), veículos esses emitindo diuturnamente sons e poluição (poluição oriunda de gases saídos dos mesmos); e poluição visual (decorrente da excessiva fiação elétrica na parte frontal de edificações antigas, e de cartazes de propagandas e letreiros de comércios dos mais variados possíveis). Vê-se, portanto, uma turbulência que não era percebida há 129 anos. Apesar de tudo isso, mesmo agora, com uma população muito maior que a existente no local nos anos iniciais da Vila Operária ou no espaço de tempo em que Menezes foi o administrador-sócio do CIC, entre 1891 e 1904. E com um shopping funcionando onde antes estava instalada a Fábrica de Tijolos, e com o que restou dos dois açudes (São Bento e São João) muito poluídos e em péssimo estado de conservação. É possível encontrar, dentro de tão caótico e ao mesmo tempo “bucólico” quadro, a beleza de um patrimônio material que foi legado pelo visionário industrial cristão-católico-vicentino Carlos Alberto de Menezes.

Após externar as licenças poéticas, suscitamos mais alguns questionamentos que podem contribuir para a clarificação do que vem a ser o legado de Carlos Alberto de Menezes para a contemporaneidade. Que conta ou quem contará a história oral da Vila da Operária?

De acordo com Barbosa (2018, p. 2),

em 1891, foi concluído o prédio da fábrica que foi o pontapé inicial para a nova cidade. Dois anos depois, estava pronta a vila operária, a primeira da América Latina, onde viveriam os trabalhadores e suas famílias. Para os que

não eram casados, foi construído um pequeno prédio, chamado “República dos Solteiros”. A produção de tecidos começou em 1895 e em pouco tempo já se destacava como um dos empreendimentos mais importantes de Pernambuco. A partir disso, foram chegando novas famílias, originando novas comunidades na Vila e no entorno dela, dando forma à cidade urbana que nascia. A fábrica funcionou como referência do setor têxtil até os anos 1970, quando uma crise levou a empresa à falência. Apesar disso, a comunidade segue erguida como patrimônio camaragibense, com vínculos criados ao longo desses mais de 100 anos como bairro operário que deu início à cidade.

Tenho a consciência de que a pergunta (feita antes da citação acima) ficará, em absoluto, sem uma resposta, pois infelizmente, faz um bom tempo, não há mais contemporâneos vivos de Menezes, visto que, já se passaram, conforme já afirmei antes nessa Tese, aproximadamente 129/130 anos desde o primeiro ano de sua atuação como administrador-societário no CIC. Dessa forma, outros potenciais questionamentos vão surgindo: uma vez que não há contemporâneos dele (de Menezes), não poderia existir uma terceira ou quarta geração de ex-funcionários do CIC, uma vez que ele funcionou, mesmo com outras razões sociais e proprietários, até meados de 2001, portanto, no começo do século XXI? Seria possível encontrar parentes e descendentes de Menezes e de operários da Fábrica de Tecidos e de Tijolos que pudessem, de forma espontânea, oferecer depoimentos a respeito do que seria o legado do seu ilustre antepassado e benfeitor? Bem, essas são respostas que eu também não conseguiria dar por ter justamente buscado algo distinto nessa Tese, mas que ficam como recomendação para futuros trabalhos de pesquisa sobre a história de Carlos Alberto de Menezes e do CIC.

Com relação à “tradição oral”, que foi possível ser aqui trabalhada, tomamos como base parte dos depoimentos concedidos em entrevistas, pelo senhor Rivaldo Borba Ferreira – então morador do Bairro da Vila da Fábrica – que é fotógrafo – e pela senhora Arlene Nascimento da Silva – que é professora – para uma Dissertação de Mestrado intitulada “Histórias e memórias da Escola José Collier (1988-1997)” defendida pela senhora Márcia Nascimento da Silva, em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco. A princípio, destacamos a segunda pergunta feita ao senhor Rivaldo Borba Ferreira, e parte da sua resposta:

Márcia: Fale-me um pouco sobre a história da Escola José Collier.

Sr. Borba: Eram gostosos os anos escolares aqui. Era uma coisa que a gente ficava na saudade sempre que estava de férias, pelo tratamento das

professoras, pelo ensinamento em si, muito bom. A escola era uma escola de referência. Vinham professores de outras escolas ver como era o ensino aqui na escola das irmãs. A parte religiosa era também um critério adotado pela própria fábrica de tecidos pelo seu primeiro diretor, o senhor Carlos Alberto de Menezes, um “aficionado” da religião católica isso o genro dele o Pierre Collier deu continuidade, até que, em 1982, quando as freiras deixaram de ensinar e passou para a prefeitura de Camaragibe a administração da escola. Anualmente tínhamos a primeira comunhão dos meninos e das meninas. Essa primeira comunhão tinha um jantar especial oferecido pela diretoria da fábrica e no final do ano tínhamos prêmios em que se reuniam onde hoje é o SESI ou onde era o teatro, que inclusive está em término de reforma, dava uma média de uns duas mil pessoas entre alunos e famílias e era feita a entrega de prêmios aos três melhores de cada classe. O Carlos Alberto de Menezes, fundador da Companhia Industrial Pernambucana, que depois de amanhã está completando 123 (1891- 2014) que ela estará completando depois de amanhã. (SILVA, 2015, p. 96).

Agora, a segunda, terceira, quarta e quinta perguntas feitas à senhora – Arlene Nascimento da Silva – que é professora, e parte de suas respostas.

Marcia - Qual foi o período em que a senhora foi professora na Escola José Collier?

Arlete - Eu participei do período de transição. Foi, aproximadamente, entre 1993 e 1997. Na verdade, antes de ser professora eu fui secretária da Braspérola e só depois pedi remoção para a escola, porque eu sempre gostei muito da área de educação.

Marcia- Essa época de transição que você fala é a da municipalização?

Arlete- Sim!

Marcia - E antes da transição, quando a escola era administrada pelas irmãs, você é desse período?

Arlete - Eu fui aluna e fui um período professora, de uma única turma que eu tive nesse período, que foi de alfabetização. Foi assim que eu iniciei. Foi um desafio! Não lembro o ano, mas posso procurar documentos que comprovem isso e te mostrar.

Marcia - E sobre a história da escola, você conhece? Tudo que vier a sua mente, que você lembrar.

Arlete - Essa escola, veja só. Eu acho bem interessante porque, quando foi criada a Companhia Industrial Pernambucana antes de funcionar, criaram a empresa e eles pensaram em todo o conjunto. Eles criaram assim uma comunidade, as casinhas que redondas, pensaram assim na educação para os filhos dos operários. Então a princípio foi a escola das irmãs que trouxeram as irmãs da Sagrada Família da França, para educar esses alunos. Inclusive elas tiveram que estudar, aprender o português para poder interagir, lecionar de fato. E assim, depois criaram o SESI que seria só masculino, a princípio a escola era no atual José Collier só com as meninas e no SESI só com os meninos. Eles não pensaram apenas na escola, pensaram em toda a estrutura do bairro em si. Foi um bairro programado, tinha um teatro que também já foi cinema e já existia há muito tempo, estão

apenas restaurando agora. Tinha dois clubes o Peñarol e o Guarany, onde nos finais de semana tinha as festividades. A igreja que eles eram altamente católicos, então na própria igreja eles construíram uma capela e aqui na Vila fora da fábrica, eles criaram depois outra capela. Então os alunos que estudavam na escola, inicialmente eram educados pelas irmãs e só quem poderia estudar nessa escola, fazer parte dessa escola eram os filhos de operários. (SILVA, 2015, p. 103-104).

Físico (ou material), o legado de Menezes também pode ser visto no Morro da Conceição, já que foi ele, junto com outros membros da Sociedade São Vicente de Paulo em Pernambuco – SSVV/PE, da qual era “diretor-presidente”, quem patrocinou a aquisição da imagem de Nossa Senhora da Conceição – que tem três metros e meio de altura e 800 quilos – na França, no começo do século XX, e a sua fixação, em 1904, no local onde ainda hoje ela se encontra. Esse legado, a princípio material (já que se trata de uma imagem), ensejou um legado imaterial, posto que o culto a Nossa Senhora da Conceição, em que pese ser a fé inexecutável de mensuração, transformou-se em um dos mais importantes eventos/festas do catolicismo em Pernambuco. Em um ciclo que se repete anualmente, milhares de devotos, católicos ou não, sobem ao Morro para agradecer, das mais variadas formas, as graças alcançadas e atribuídas à intervenção da Virgem Santa. Na base de sustentação da imagem (que está virada para o mar, ou seja, para o Leste) há, entre algumas placas comemorativas, uma que indica a contribuição de Carlos Alberto de Menezes e dos vicentinos para a aquisição e vinda dela (a imagem) da França para Pernambuco, em específico para o Morro que, com os anos, passou a ser popularmente conhecido como Morro da Conceição, e está localizado no Bairro de Casa Amarela.

A nota triste disso tudo é que Menezes não pôde ver o seu “presente” sendo dado à cidade do Recife e colocado no alto do Morro, pois veio a falecer aos 49 anos (precocemente para os parâmetros atuais, afetado por uma doença degenerativa), no dia 1º de novembro de 1904, pouco mais de um mês antes das festividades programadas para a inauguração oficial da imagem – no dia 08 de dezembro do mesmo ano.

A festa tornou-se uma tradição do estado (hoje com 116 anos) que extrapola o universo do catolicismo em Pernambuco e, de certa forma, é mais um legado (material e “imaterial”) proporcionado por Menezes. Oxalá o legado de Menezes não se limita a sua sagacidade como administrador-sócio do CIC. Similarmente ele foi exemplo de fé e respeito ao próximo, principalmente nas figuras dos seus familiares, sócios, engenheiros, especialistas, técnicos e principalmente operários (as), e com as pessoas de forma integral,

de acordo com as referências bibliográficas pesquisadas para essa Tese. Fé e respeito fizeram com que ele, à época, já fosse considerado um empresário diferenciado, vanguardista, criador de um modelo de administração industrial – o “Modelo Camaragibe” MC, que se caracterizava pelo emprego de valores morais cristãos, no caso dele, com o viés católico-vicentino, nas relações de trabalho vivenciadas no âmbito do “seu” empreendimento, o CIC.

Também a título de legado, é interessante registrar que o MC foi, em algumas de suas principais características, “adotado” na Fábrica de Tecidos de Paulista, empreendimento pertencente à família Lundgren (mais especificamente ao industrial sueco, porém naturalizado brasileiro, Herman Theodor Lundgren). Portanto, as ações de Menezes já serviam de paradigma no seu tempo, o que evidencia o quanto sua administração e participação societária causaram impactos positivos no *modus operandi* com que alguns industriais, seus contemporâneos, administravam seus respectivos negócios. As repercussões sobre a construção do CIC e, conseqüentemente, seu funcionamento, foram as mais positivas possíveis, além de toda a inovação trazida por Menezes.

A contribuição que o empreendimento representou para a economia do estado de Pernambuco e para o outrora Distrito de Camaragibe, perdurou anos após a administração-societária de Menezes, tendo a fábrica funcionado, sob outras razões sociais e proprietários (como já citado), por mais de cem anos.

Ao longo do capítulo propus alguns questionamentos, e agora, não fugindo à regra, proponho mais alguns, não apenas para fazer um arremate, mas, talvez, para problematizar ainda mais as ações postas em prática por Menezes, são eles: Pode a fé de um homem ser medida ou dimensionada? Tal mensuração pode ser aplicada à fé de Menezes? Podem suas ações, decorrentes de sua fé, serem entendidas como um legado? Qual é, definitivamente, o legado de Menezes?

Objetivamente, respondo ao primeiro e ao segundo questionamentos. Penso que não se pode mensurar a fé de nenhuma pessoa, por mais que essa fé tenha características de uma fé já maturada ou não.

Entretanto, penso que se pode “qualificar” o que adveio ou que foi legado pela fé de uma pessoa – no caso a de Carlos Alberto de Menezes – tanto diretamente enquanto

comportamento sensível para com as questões sociais de sua época, quanto como patrimônio materializado. Em síntese, através de edificações e infraestrutura que ainda estão de pé, prontas para serem vistas (ou revistas) e refletidas. Inclusive como literatura acadêmica produzida a respeito dela e na possível documentação existente em arquivos federais, estaduais, municipais e/ou privados sobre o CIC.

Quanto ao legado “Meneziano”, esse, está, em parte, reunido em tudo o que acima investiguei, apresentei, interpretei, citei e recomendei, e mais, estará nos estudos que podem e devem ser realizados a respeito dele – sua vida, fé e ações cristãs-católico-vicentinas. Logo, o que externei até aqui, neste quarto capítulo, deve ser compreendido como um fragmento do legado de Menezes, ou, como tudo que consegui pesquisar, reunir, ler, analisar e escrever sobre o que foi por ele construído em vida, com suas características peculiares e motivações pessoais.

Menezes, de acordo com as suas possibilidades, incentivou a inserção de muitas pessoas no campo do trabalho fabril, pessoas que estavam cruelmente excluídas da sociedade pernambucana e “camaragibense” da sua época. E elas não passaram a ter apenas um trabalho assalariado, isso era só uma parte da integração positiva que ele proporcionou. Ele ofereceu a oportunidade – muito rara no final do século XIX e no começo do século XX – de que pessoas pobres pudessem ter lares (no melhor sentido que a palavra lar pode ter). E mais, ele não objetivou obter a docilidade daqueles trabalhadores através de uma cooptação religiosa-espiritual que se utilizasse de um cristianismo enviesado, empregado apenas para amansar o operariado de maneira que ele nunca o contestasse enquanto patrão e sempre o atendesse nos seus interesses. Longe disso, pois tal postura não condizia com a vida ilibada, enquanto cidadão e com a sua condição de cristão-católico-vicentino. Aliás, tal postura, caracterizaria incoerência para com os *preceitos da espiritualidade vicentina*, e sequer seria aceita pelos seus confrades contemporâneos de SSVP/PE. Não há como conciliar “projetos” tão distintos, um que desumaniza o indivíduo e o torna massa de manobra dos interesses capitalistas de produção e reprodução de lucro. E outro que, colocado em ação por Menezes, inseriu, reumanizou, profissionalizou e promoveu os pobres, buscando até mesmo religá-los ao Cristo.

Em verdade, os vicentinos procuram atuar até em relação àqueles que não querem ser ajudados, pois para eles é preciso que todos sejam contemplados com alguma

atenção material, espiritual e até psicológica. Desde que a pobreza existe ela gera debates, discussões, polêmicas e celeumas, sem que, no entanto, se encontrem soluções definitivas para ela. A pobreza é originariamente multifacetada, tem suas variáveis, possui “caras próprias” em cada canto do mundo, tem suas histórias específicas, seus “agentes” causadores e mantenedores, e os interessados (implícitos ou não) em nunca a erradicá-la, às vezes sequer a atenuá-la um pouco que seja. Isso, a princípio, parece desestimulante, pois dá a impressão de que, mesmo que os cristãos praticantes (de qualquer coletividade) e as pessoas caridosas de qualquer matriz religiosa “combatam’ o bom combate” (Timóteo 4:7) a pobreza nunca será banida da face da Terra.

Todavia, desistir não é uma palavra que consta no “vocabulário” dos cristãos-católicos-vice-entinos tampouco é parta dos *preceitos de sua marcante espiritualidade*.

5 MEMÓRIAS VISUAIS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE CAMARAGIBE

Dou início ao último capítulo desta Tese propondo, de imediato, alguns questionamentos sobre o que vem a ser uma fotografia e os diversos conceitos e/ou interpretações que podemos ter sobre uma ou mais imagens por ela apresentadas:

Seria a fotografia o simples registro de um determinado momento relevante, ou mesmo não tão relevante, em um contexto familiar e/ou social de determinados indivíduos e/ou grupos em variadas situações do cotidiano?

Ou seja, uma realização humana e social simples, posto que de uma fotografia e/ou de várias fotografias pode-se intuir uma gama quase imensurável de análises, de interpretações, de conclusões, entre outras formas de compreensão e até de mesmo de “desconstrução” dessas?

É fato que, cada indivíduo – seja homem ou mulher, crianças, idosos –, “minimamente são”, em quaisquer lugares deste vasto mundo, podem ter uma concepção várias concepções do que vem a ser uma fotografia e de como eles(as) se apropriam do que a foto mostra e não mostra explicitamente.

Vejamos o que é uma fotografia e sua relação com as memórias conforme Leite (2001, p. 145): “quando olhamos uma fotografia, não é ela que se vê, mas sim outras que se desencadeiam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos”.

Visualizar fotografias é estar em contato com aparatos que têm a força de registrar histórias e aguçar a remissão de memórias. Segundo Ferreira e Amaral (2004, p. 139), “falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro.” Ou ainda, “é preciso entender a representação imagética enquanto produto cultural de uma sociedade, com múltiplas diferenciações entre os diversos grupos sociais.” (LOPEZ, 2000, p. 44 *apud* RODRIGUES, 2007. p. 69).

Há diversas possibilidades de entendimento do que vem a ser uma fotografia e as imagens que elas explicitam ora com nitidez, ora com mistério e/ou obscurantismo, entre outras hipóteses. Todas essas explicações sobre fotografias, imagens e suas interações com a memória se completam formando uma ideia basilar do quanto são relevantes as fotografias, e suas imagens, para uma leitura – precisa ou não tão precisa – de algumas situações, ou de um determinado tempo ou período histórico retratado.

Desde o seu surgimento e ao longo de sua trajetória, até os nossos dias, a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza *físicoquímica* – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como esses fatos se parecem, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade (KOSSOY, 2002, p. 19). (Grifo do doutorando)

É bem verdade que as fotografias ganharam uma dimensão muito estimada como fonte histórico-político-econômico-cultural-ambiental-antropológica-sociológica e religiosa, entre outras nuances para a compreensão do contexto em que determinado indivíduo – novamente sejam homens ou mulheres, crianças ou idosos(as), anônimo(a), famoso(a) – vivem, isso a partir da segunda metade do século XIX, ganhando força no século XX e chegando massificado no século XXI. Hoje, a produção de fotografias (ou de imagens), é parte do dia a dia de bilhões de pessoas espalhadas pelo mundo. Pessoas das mais variadas faixas etárias alcançaram o “poder e a liberdade”, sim, o “poder e a liberdade” – nunca antes vistos na história da humanidade – de produzir quantitativa e qualitativamente, ao seu bel prazer, fotografias (ou imagens) de si mesmas, de outrem ou de tudo que lhes convém, em certa medida, banalizando o valor conceitual do que vem a ser uma “bela” fotografia (ou uma imagem). “A palavra “imagem” vem do latim *imago* e corresponde à ideia de semelhança, que por sua vez, teve origem no grego *mimeses*, corresponde à ideia de imitação”. (CAMARGO, 2007, p. 1).

Já afirmara Calvino (1990, p. 107):

Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir mais a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão. Em nossa memória se depositam, por traços sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira relevo.

5.1 AS FOTOS E SUAS ANÁLISES

Foram sete as fotos escolhidas por retratarem momentos da presença negra no contexto socioeconômico e cultural do Complexo Industrial de Camaragibe – CIC, são elas: Foto 1 – Grupo de operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe (Esta foto foi reproduzida em capítulo anterior); Foto – 2 Escola de Meninos na Vila Operária de Camaragibe; Foto 3 – Time de futebol do Guarany Esporte Clube (1941); Foto 4 – Fachada da edificação onde funciona o Guarany Esporte Clube; Foto 5 – Jovens à frente de um casarão (Vila da Fábrica, anos 1960); Foto 6 – Caminhada de Osun; Foto 7 – O que restou do Açude São João.

Foto 1
Grupo de operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 15 dez. 2017.

Na foto acima vê-se um grupo de quinze trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. A data precisa da foto não foi possível identificar; no entanto, é possível visualizar a presença de força de trabalho negra na imagem e o que é mais relevante, todos, ou quase todos os negros presentes na foto são crianças.

Foto 2
Escola de Meninos na Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/1527047634239696/photos/a>>. Acesso: 15 dez. 2016.

A foto traz um grupo considerável de meninos reunidos no pátio frontal da escola que funcionava no CIC, mais especificamente na Vila Operária, onde hoje funciona uma escola do Serviço Social da Indústria (SESI), no atual Bairro da Vila da Fábrica. Novamente,

é possível perceber a considerável presença de meninos negros na foto, percebe-se também, que alguns meninos estão calçados e outros estão descalços.

Foto 3
Time de futebol do Guarany Esporte Clube (1941)



Fonte: <<https://historiadofutebol.com/blog/?p=75303>>. Acesso: 20 dez. 2016.

Mesmo tendo sido registrada em 1941, portanto, bastante fora do contexto da administração-societária de Carlos Alberto de Menezes (que foi de 1891 até 1904) – a foto traz o time de futebol do Guarany Esporte Clube – fundado em 1920. É muito provável que alguns operários do CIC tenham jogado no Guarany Esporte Clube que funciona até os dias hodiernos. Também, ao analisar atentamente a foto, verifica-se uma significativa presença de negros na agremiação futebolística. Apenas a título de registro, não se tem certeza, até hoje, se o Fluminense – agremiação profissional do Rio de Janeiro, fundada em 1902, apenas dezoito anos antes do Guarany Esporte Clube – permitia a presença de negros entre os seus atletas de futebol.

Foto 4
Fachada da edificação onde funciona o Guarany Esporte Clube



Fonte: Alexandre de Sá (acervo autor do doutorando)

Segundo o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 28),

o Guarany Esporte Clube é fundado em 1920 por trabalhadores e diretores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Seu nome é uma referência ao povo indígena Guarany e carrega as cores vermelho e azul. O clube chegou a congrega 300 sócios, sendo o futebol o seu forte. O seu arquirrival, o Clube Peñarol, fundado a partir de uma dissidência do Guarany, foi fundado em 1945.

Foto 5
Jovens à frente de casarão (Vila da Fábrica, anos 1960)



Fonte: Rubemar Graciano. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1024776881812373>>. Acesso: 16 dez. 2019.

A foto traz quatro jovens negros aparentemente descontraídos; um deles, que aparenta ser o mais jovem (o menor dentre os quatro) sorri e parece estar brincando com os dois maiores que o ladeiam. Eles estão à frente do que se assemelha a um casarão de madeira onde se distribuía merenda escolar (considerando o que a foto permite pensar, uma vez que ela não está nítida).

Foto 6
Caminhada de Osun



Fonte: Disponível em: <<http://gtracismopmpe.blogspot.com/2013/08/4-caminhada-de-oxum-em-camaragibe.html>>. Acesso: 15 jan. 2020.

Conforme o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 8), a Caminhada de Osun é uma

celebração realizada à Orixá Osùn (orixá ligada aos rios, à fertilidade, beleza e à riqueza). A celebração acontece no último sábado do mês de julho através de uma caminhada com os representantes do Candomblé até a queda d'água situada no bairro da Vila da Fábrica, onde são entregues os presentes à Osùn (flores e frutas). Após a entrega dos presentes, durante os cânticos de celebração, Osùn escolhe o terreiro que lhe presenteará no próximo ano.

Foto 7
O que restou do Açude São João



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

A foto acima retrata “as ruínas” do açude São João, construído na época em que Carlos Alberto de Menezes foi administrador-sócio do Complexo Industrial de Camaragibe – CIC. Outrora, o açude serviu – da mesma forma como o açude São Bento – para fornecer água diretamente para a Fábrica de Tecidos e para a Fábrica de Tijolos, contribuindo para a dinâmica produtiva de ambas. No entanto, por encontrar-se relativamente próximo do núcleo “geo-urbano” da Vila Operária, não descarto a possibilidade de que o mesmo (o açude São João) fornecera também água para a própria Vila Operária. Chamado também hoje, principalmente pelos habitantes de Camaragibe, e em específico pelos moradores do bairro da Vila da Fábrica, de “Queda D’água da Baixinha”, o local é o ponto de culminância da Caminhada de Osùn, celebração de matriz religiosa afro-brasileira que acontece no último sábado do mês de julho.

5.2 POSSIBILIDADES DE FUTURAS PESQUISAS

Sobretudo no que se refere à relação entre o Complexo Industrial de Camaragibe – CIC com a presença da força de trabalho negra no seu âmbito durante a administração-societária de Carlos Alberto de Menezes. Bem como, com a interação ou/ não-interação do catolicismo predominante na Vila Operária com aspectos da religiosidade afro-brasileira na no final do século XIX e começo do século XX, até a hodiernidade. Aponto como necessários os seguintes aspectos não aprofundados nesta Tese:

01. Um estudo sobre a presença negra (de homens, mulheres, crianças e idosos) como força de trabalho no Complexo Industrial de Camaragibe – CIC;
02. Que, se possa identificar entre essa presença negra como força de trabalho o registro de homens e mulheres “ex-escravos(as)” forros(as), e/ou descendentes de escravos(as) forros(as), de “ex-escravos(as)” “libertados” após 13 de maio de 1888, posto que o período mais explorado nesta Tese (entre 1891 e 1904), corresponde a uma época muito próxima, cronologicamente, da “abolição” da escravatura no Brasil – em 13 de maio de 1888 (já supracitada);
03. Um estudo sobre o modelo de educação oferecido à força de trabalho negra (homens, mulheres, crianças e idosos) pelo Complexo Industrial de Camaragibe – CIC, na Vila Operária;
04. Entendimento da participação negra nos instrumentos de lazer oportunizados pelo Complexo Industrial de Camaragibe – CIC, como, por exemplo: o futebol; o carnaval; o clube de tiros; o teatro; as festas religiosas e não religiosas, entre outras possibilidades de práticas “lúdico-recreativas”.
05. Um estudo sobre a forma como a religiosidade afro-brasileira era entendida pela administração-societária de Carlos Alberto de Menezes durante o período em que foi esteve à frente do Complexo Industrial de Camaragibe – CIC. Ou seja, se havia

“tolerância” e/ou respeito à religiosidade no âmbito do CIC, essencialmente nas relações sociais na Vila Operária.

06. Por fim, a realização de uma pesquisa sobre as condições sociais e políticas do operariado (e em específico do operariado negro) em Pernambuco no final do século XIX e início do século XX. Nesse aspecto, o trabalho “A Classe Operária em Pernambuco: Cooptação e Resistência (1900 – 1922)” pode ser de grande contribuição. A pesquisa foi feita pelo ilustre Professor Antônio Paulo Morais Rezende. E, conforme Rezende (1981, p. 16):

Se recuarmos à época do Império, encontraremos já em 1836, a Instituição da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco que só vai ter seus estatutos aprovados, em 1882, pelo presidente José Liberato Barros, que mostra bem as dificuldades que enfrentou para funcionar normalmente. Era como afirma José Albertino “uma típica organização gremial de bases artesanais e de dificuldades mutualistas” (...). (Grifo do doutorando).

Ainda segundo Rezende (1981, p. 16):

Mas interessante ainda é que, em 1812, em plena época da escravidão, os trabalhadores do porto entraram em greve, exigindo melhores condições de trabalho. Em 1880, seriam os Tecelões da Fábrica da Madalena, o mesmo acontecendo com os ferroviários e remadores em 1902 e com os estivadores no ano seguinte. Eram greves que exigiam basicamente melhores salários, melhores condições de trabalho (...). Eram movimentos espontâneos, pois a organização da classe operária era bastante precária e a articulação entre seus diversos setores, mais ainda. (Grifo original e Grifo do doutorando).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto pesquisador com formação nas áreas de História e Economia eu seria incauto se acreditasse que, hoje, a pobreza pode ser totalmente extinta de qualquer sociedade, seja com base em cientificidade ou mesmo em “milagres”, ou, até mesmo, com a junção dos dois processos (o secular e o sagrado). As questões sociais não se resolvem assim, ainda que muitos e muitas tenham tentado e continuem tentando isso, sem necessariamente serem cristão-católicos-vicentinos, como foram os casos de Santa Dulce

dos Pobres, Madre Tereza de Calcutá, Dom Helder Câmara, Chico Xavier, Divaldo Pereira Franco, Dom Pedro Casaldáliga.

Cada um(a) de formas distintas e similares o fizeram, e alguns ainda o fazem hoje (a maioria já falecida, pois apenas Divaldo Pereira Franco e Dom Pedro Casaldáliga estão vivos).

Isso foi tentado por São Vicente de Paulo, Frederico Ozanam e Carlos Alberto de Menezes, cada em seu tempo sendo que os dois últimos seguindo *preceitos da espiritualidade vicentina*.

Não obstante, mesmo com os esforços e a fé (inquestionável) das pessoas supracitadas a pobreza persiste em atravessar os séculos e chega ao século XXI mais “rica” do que nunca. Ainda que o mundo tenha passado por mudanças significativas, ora positivas, ora demasiado vertiginosas, e não seja mais, evidentemente, o mesmo da época de Menezes. “Acompanhando” as transformações o mundo, Pernambuco e o Brasil também mudaram, pois, se em 1891, a população do Brasil era de pouco mais de 14 milhões de habitantes, hoje são quase 210 milhões. Em 1891 a população de Pernambuco era de pouco mais de 1 milhão de habitantes, hoje são mais de 9 milhões. Seguindo uma matemática-demográfica (lógica e básica), se a população brasileira aumentou quase 15 vezes e a pernambucana mais que 9 vezes, o número de pobres, conseqüentemente, aumentou tanto no país quanto no estado nos últimos 129 anos. Tomando como base a realidade da história econômica do Brasil e conseqüentemente de Pernambuco que são de latentes crises socioeconômicas nesses mesmos também últimos 129 anos. O Brasil e Pernambuco não são mais, de fato, os mesmos que Menezes conheceu em termos quantitativo-populacionais, e em vários outros aspectos qualitativos (socioeconômicos, políticos, culturais, “geo-ambientais”, religiosos etc.).

Enfim, os agentes causadores/mantenedores da pobreza no Brasil e em Pernambuco, interessados em nunca a eliminá-la ou sequer atenuá-la, mudaram muito pouco, mudaram apenas nos seus nomes, nas formas ilícitas como agem, porque os sobrenomes, as práticas e as mentalidades são quase as mesmas, impondo ao país e ao estado uma realidade social atávica. Ou seja, as oligarquias políticas quatrocentonas e corruptas do Brasil e de Pernambuco que gostam de manter as coisas como elas são e/ou estão, há séculos, sabem (e parece que se aprazem em saber) que o país tem uma das

maiores concentrações de renda do mundo (na prática é o segundo, só ficando atrás do Qatar).

Há, hoje, no Brasil, cerca de 54,8 milhões de pessoas que sobrevivem abaixo da linha da pobreza e cerca de 15,3 milhões de brasileiros na pobreza extrema. Dos cerca de 54,8 milhões que sobrevivem abaixo da linha da pobreza, aproximadamente 28 milhões estão distribuídos pelos estados do Nordeste. Em Pernambuco, são cerca de 1,2 milhão de pessoas que vivem na extrema pobreza, o que, obviamente é, de longe, um número muito maior que o quantitativo de pessoas pobres da época de Menezes. Aliás, se em um livre exercício lúdico de “viagem no tempo” fosse possível trazer Menezes para os dias atuais, penso que ele ficaria estarecido não só com o número de pobres que o estado “ostenta”, mas com a forma como eles estão diversamente espalhados na Região Metropolitana do Recife e nos outros municípios do estado, e como é fácil encontrá-los, inclusive em Camaragibe. Ou seja, “atualmente já não é necessário ir aos pobres, eles vêm até a gente, e não são poucos”. A propósito, o que Menezes diria se pudesse rever o antigo distrito, hoje município de Camaragibe, quais seriam as suas reações quando visse a deterioração do CIC e de tudo que ele criou e que sofrivelmente – por causa do empenho de alguns abnegados – ainda está de pé. E o que ele diria quando soubesse como está sendo tratada a questão da pobreza em Camaragibe? Todos esses questionamentos não têm respostas, posto que Menezes faleceu em 1904 (há 116 anos).

Dessa forma, retornando à realidade, penso ser praticamente impossível replicar fielmente as AM's, uma vez que, conforme afirmei acima e reafirmo agora, o mundo, o Brasil e Pernambuco mudaram em termos populacionais e em vários outros aspectos. Mas, “não mudaram” tanto assim no que diz respeito às mentalidades que rege as engrenagem socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais e religiosas, que funciona da seguinte forma: uma sociedade com poucos, pouquíssimos privilegiados – membros de elites parasitárias que em quase nada contribuem para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil e de Pernambuco –, e de muitos, muitíssimos trabalhadores que labutam para manter o conforto dessas elites. Ainda que a descrição pareça uma visão simplista acerca do que se configura sobre a atual “Questão Social” brasileira e pernambucana, só parece, mas não o é: trata-se, apenas, de uma síntese pessimista-realista do que vejo e compreendo (com minha formação e com as minhas limitações).

E quanto à pobreza, que há milênios acompanha a história, que há séculos é parte predominante da formação da sociedade brasileira e da sociedade pernambucana em específico?

A respeito dela posso concluir da seguinte maneira: primeiro: quanto à etimologia, a palavra pobreza, vem de pobre, acrescido do sufixo “eza”; segundo: pobre vem do latim *pauper*. No conceito fiel, pobre não é quem possui pouco, porém quem produz pouco.

Dito isto, lembro do adágio que afirma que: “para bons entendedores, poucas palavras bastam”.

Porém, derradeiramente, indago: como produzir muito, como produzir algo de valor agregado se o indivíduo não tem boa ou nenhuma formação escolar, se ele está em situação de extrema pobreza não só material, mas também moral (baixa autoestima) e espiritualidade abalada?

Lembro, agora, como básico, o que diz o Dicionário Michaelis sobre o conceito de pobreza: “1. estado ou qualidade de pobre; 2. estreiteza de posses, de haveres; falta de recursos, escassez. 3. Sociologia: a classe econômica dos pobres”.

Não posso afirmar que Carlos Alberto de Menezes tinha ciência, literalmente, tanto da etimologia quanto do conceito da palavra pobreza.

Mas, posso concluir essa Tese, assegurando sem titubear que, ele tinha a consciência do que ela (a pobreza e a pobreza extrema) representavam e que, na condição de fiel cristão-católico-vicentino, ele (Menezes) tentou, em muito, combatê-la com base nos *preceitos de sua espiritualidade vicentina*.

Conforme Yazbek (1977, p. 17):

A preocupação com as questões sociais e com a situação da classe operária concentrou não apenas a atenção do Estado, mas de outras instituições. Entre elas, destacou-se a Igreja Católica que, na época, intensificava o trabalho de mobilização de católicos leigos tendo como perspectiva a difusão do pensamento social da Igreja. Organizam-se movimentos de Ação Social, Ação Católica e voltam-se os esforços para as Obras Sociais.

Não obstante, é preciso levar em consideração a possibilidade das AM's não serem, inequivocamente – na comparação respeitosa e até na sua antecipação cronológica

com relação a encíclica *Rerum Novarum* - RN – o resultado de uma “pré-cognição” por parte de Carlos Alberto de Menezes com relação à “Questão Social” e a “Questão Operária” como um todo e na forma que era vigente em sua época.

Pelo contrário, Menezes, foi um ser cognitivo, um cidadão que fez sua leitura e interpretação cristã-católico-vicevintina dos problemas sociais do seu tempo, associando-a em muito ao que a Igreja Católica, no final do século XIX e começo do século XX, entendia e buscava implementar – enquanto formas de atenuação – em decorrência das implicações dessa mesma “Questão Social” e da “Questão Operária”.

Nesse sentido, posso assegurar, sem contradizer o objeto de estudo da Tese que, as AM's iniciadas em 1891 no CIC e as exigências postas na encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo papa Leão XIII, também em 1891, em nada se repeliram, pelo contrário, ambas se completaram harmoniosamente em benefício dos pobres.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Texto para discussão n. 584 - Departamento de Economia, PUC-Rio, novembro de 2001. Disponível em: <www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/1197>. Acesso: 18 nov. 2018.
- AGUIAR, S. M. B.; LIMA, L. R. M. A Fábrica de Tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho (1891-1908). **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, v. 1, n. 2012. Disponível em: </C:/Users/Admin/Desktop/00.pdf.>. Acesso: 22 out. 2015.
- AGUIAR, S. M. B.; LIMA, L. R. M.; CABRAL, N. D. A. A Fábrica de Tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho (1891-1908). *In*: BRANDÃO, S.; MARQUES, L. C. L.; CABRAL, N. D. A. (orgs.). **História das religiões no Brasil, v. 6**. Recife: Edições Bagaço, 2012.
- ALBUQUERQUE, D. S. L.; VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. **Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX**. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- ALVES, A. A. **Doutrina Social da Igreja: um guia prático para estudo**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- AMARAL, D. G. A corporação cristã em perspectiva transnacional: interações e transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-des-Bois (França). **Revista Mundos do Trabalho**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Volume 11. 2019. p. 1 – 12. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67231/41044>. Acesso: 18 dez. 2019.
- ANDRADE, A. K. N. **O lugar em Aldeia: significados, valores percepções e atitudes dos moradores dos condomínios residenciais de Aldeia, Camaragibe - PE**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ARAÚJO, M. V. Os pobres na vida de São Vicente de Paulo e de Santa Luísa de Marillac. *In*: PUBEN, J.; ARAÚJO, M. V. (orgs.). **Caridade sem fronteiras**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2004. p. 11-12.
- ASVP: **Documentos avulsos**. Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02. Goiânia, fevereiro de 1978.
- ÁVILA, F. B. **Antes de Marx: as raízes do humanismo cristão**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- ÁVILA, F. B. **Pequena enciclopédia da Doutrina Social da Igreja**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- AZEVEDO, A. J. **A encíclica Rerum Novarum**. *Rerum Novarum* (126 anos). Disponível em: <https://ead.trt9.jus.br/moodle/pluginfile.php/35864/mod_resource/content/1/Revista%20Ei%20etr%20C3%B4nica%20%28MAI%202017%20-%20n%C2%BA%2059%20-%20Rerum%20Novarum%29.pdf> Acesso: 18 nov. 2018.

AZEVEDO, F. **Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BARBOSA, M. **Vila da Fábrica, em Camarabige, foi a primeira vila operária da América Latina**. Brasil de Fato, Recife (PE), 11 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2018/10/11/vila-da-fabrica-em-camarabige-foi-a-primeira-vila-operaria-da-america-latina>>. Acesso: 18 nov. 2018.

BASSO, L. F. **O porquê do “bota abaixo”**: os fatores que impulsionaram a reforma urbana na capital da república velha e a história do homem que a realizou. 3º Encontro de Pesquisa em História: Historiografia e Fontes Históricas. Disponível em: <<https://www.usc.br/custom/2008/uploads/wp-content/uploads/2016/09/12.-LUCAS-BASSO.pdf>>. Acesso: 18 nov. 2018.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: SMCTT, 1990.

BERGER, P. L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BIGO, P. **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

BIGO, P.; ÁVILA, F. B. **Fé cristã e compromisso social: elementos para uma nova reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

BRANDAO, S. M. A.; LIMA, L. R. M. A Fábrica de Tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho (1891-1908) **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP** – v. 1. n. 2012.

BRIGHENTI, A. **A ação católica e o novo lugar da Igreja na sociedade**. Disponível em: <<https://ordosocialis.de/pdf/Brighenti/A%20Acao%20Catolica%20e%20Sociedade.pdf>>. Acesso: 22 out. 2018.

CABRAL, N. D. A. Reflexões sobre o trabalho dos operários: a atuação do empresário católico Carlos Alberto de Menezes. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora da UFPE, 2011.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARA, H. **Dom Helder: memória e profecia no seu centenário 1909-2009**. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/dhc/textos/2009catalogoexposicaocentenario.pdf>. Acesso: 22 out. 2018.

CAMARGO, I. A. Um recorte semiótico na produção de sentido: imagem em Mídia Impressa. **Revista Domínios da Imagem**, 2007. Londrina. Volume I. Número 1. p. 111-118. Novembro. 2007.

CERTEAU, M. **Culturas e Espiritualidades**. Concílium, 1996.

_____. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARBONNEAU, P. **Cristianismo, sociedade e revolução**. São Paulo: Editora Herder, 1965.

CHERMONT, O. L. **Conferência “Casas para proletários”**. In: Anais do Congresso Médico de Pernambuco, 1909. p. 578-579.

CHIZOTI, G. **Os operários da caridade**: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874 -1946.1991. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

CITINO, A. G. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 21 (1): 9-24, 2000.

CITINO, A. G. **Contribuições da Doutrina Social Católica ao mundo do trabalho: BRASIL 1937-1967**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13032013-124317/pt-br.php>>. Acesso: 22 out. 2018.

CITINO, A. G; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

COLLIER, E. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph, 1996.

CORPORAÇÃO OPERÁRIA DE CAMARAGIBE. Primeiro relatório, 1901.

CORREIA, A. X. **SSVP**: 140 anos de História em Pernambuco (1874-2014). Recife: Editora Bagaço, 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS – DNE. **740 milhões de pessoas saíram da pobreza na China desde 1978**. Disponível em: <<http://www.chinahoje.net/740-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-na-china-desde-1978/>>. Acesso: 10 dez. 2019.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ECAFO – Escola de Capacitação Antônio Frederico Ozanam. **Espiritualidade Vicentina**. Rio de Janeiro: SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo/Conselho Nacional do Brasil), 2011.

ECAFO – Escola de Capacitação Antônio Frederico Ozanam. **Família Vicentina**. Rio de Janeiro: SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo (Conselho Nacional do Brasil), 2011.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes,1992.

ESTATUTOS DA COMPANHIA INDUSTRIAL PERNAMBUCANA, 1891. Acervo Fundação Joaquim Nabuco: Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 13.

EWBANK, T. **A vida no Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista. 1973.

FERREIRA, J.; AMARAL, A. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**. v. 4, abr. 2004.

FOLHA DE OZANAM. Boletim informativo dos vicentinos pernambucanos. Conselho Metropolitano de Olinda e Recife. Out. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 2013.

FREITAS; JANISSEK-MUNIZ; MOSCAROLA. **Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados**. Disponível em: <http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2004/2004_147_ANEP.pdf>. Acesso: 07 jan. 2017.

GÓMEZ, J. M. B.; ALMEIDA, E. M. **Frederico Ozanam e a Rerum Novarum**. SSVP – Conselho Nacional do Brasil, 2017.

GUILLAUME, M. J. **São Vicente de Paulo: uma biografia**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2017.

GUNTHER, L. E.; SANTOS, W. F. L. **A encíclica Rerum Novarum e o princípio da subsidiariedade**. *Rerum Novarum* (126 anos). Disponível em: <https://ead.trt9.jus.br/moodle/pluginfile.php/35864/mod_resource/content/1/Revista%20Etr%C3%B4nica%20%28MAI%202017%20-%20n%C2%BA%2059%20-%20Rerum%20Novarum%29.pdf> Acesso: 18 nov. 2018.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 16. ed. Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1981.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo; Recife: Editora Nacional; Instituto Joaquim Nabuco, 1979.

INVENTÁRIO DOS BENS CULTURAIS DE CAMARAGIBE. Fase 1. Disponível em: <<https://www.camaragibe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/INVENTARIO-CAMARAGIBE-fase-1.pdf>>. Acesso: 14 nov. 2019.

JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (orgs). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGE, A. C. P. **Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas**. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8FNLYB>>. Acesso: 10 dez. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, M L M. **Imagens através da palavra**. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 38, n. 9, p. 1483-95, 1986.

LIMA, J. P. **Pronunciamento proferido pelo Deputado Federal João Paulo Lima na Câmara dos Deputados**. Discursos e Notas Taquigráficas. Câmara dos Deputados – DETAQ. Sessão: 032.4.54. Orador: João Paulo Lima. Hora: 17h 21. Data: 26/02/2014. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=032.4.54.0&nuQuarto=68&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:21&sgFaseSessao=CP%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=26/02/2014&txApelido=JO%C3%83O%20PAULO%20LIMA&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares%20>>

%20%20%20&dtHoraQuarto=17:21&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>
 . Acesso: 09 dez. 2015.

LIMA, L. R. M. **O apostolado dos padrões**: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908). 2012. 179f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11033/vers%C3%A3o%20definitiva%20Dissert%20L%C3%BAcio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 04 out. 2015.

MARTINS, P. H. **A sociologia de Marcel Mauss**: dádiva, simbolismo e associação. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf>>. Acesso: 04 out. 2015.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v. 1, t. 1. (Os economistas).

MASSON, J. Pe. São Vicente de Paulo hoje. *In*: PUBEN, J.; ARAÚJO, M. V. (orgs.). **Caridade sem fronteiras**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2006. p. 34-35.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. *In*: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MENDONÇA, L. C.; LINS, M. **Carlos Alberto de Menezes**: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015.

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONDIN, B. **Definição filosófica da pessoa humana**. São Paulo: EDUSC, 1995.

MONTENEGRO, E. Camaragibe, uma cultura para chamar de sua. **Revista Continente**. Fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://revistacontinente.com.br/secoes/reportagem/camaragibe--uma-cultura-para-chamar-de-sua>>. Acesso: 04 out. 2019.

NASCIMENTO, C. A. C. **Particularidades das instituições de solidariedade social da Igreja Católica na reconfiguração do Terceiro Sector**: um estudo de caso. 2013. 226 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas. Covilhã, 2013. Disponível em: <<http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2834/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20C%C3%A9sar%20Nascimento.pdf>>. Acesso: 23 out. 2015.

NOVAES, W. C. Dom. São Vicente. *In*: PUBEN, J.; ARAÚJO, M. V. (orgs.). **Caridade sem fronteiras**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2006. p. 25-26.

OLIVEIRA, F. M. **Cidadania e cultura política no poder local**: o Conselho da Administração Participativa de Camaragibe - PE. 2003. 195f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1718/1/arquivo4969_1.pdf>. Acesso: 29 out. 2015.

PARANT, M. Pe. São Vicente de Paulo. *In*: PUBEN, J.; ARAÚJO, M. V. (orgs.). **Caridade sem fronteiras**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2006. p. 32-33.

PATRICARCA, F. A institucionalização corporativa: das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933). **Análise Social**, vol. XXVI (110), (1.º). 23-58. 1991.

- PEIXOTO, F. M. **A Escola Normal Oficial de Pernambuco**: a inserção de mulheres. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4440/1/arquivo5298_1.pdf>. Acesso: 16 nov. 2015.
- PEREIRA, N. A encíclica *Rerum Novarum* em Pernambuco. **Ci. & Trop.** Recife, v. 19, n. Z P. 287-294. Jul./dez. 1991. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/477/350>>. Acesso: 16 nov. 2015.
- POGGIOLI, M. D. **Um olhar de caridade**. Curitiba: ICQ Editora, 2015.
- PRADO, L. R. L.; FRANCO, A. S. **As cinco virtudes da Espiritualidade Vicentina**. Disponível em: <<http://www.ssvpcmg.org.br/docs/cinco-virtudes.pdf>>. Acesso: 24 nov. 2016.
- PRIORE, M. A criança negra no Brasil. In: **Infâncias, adolescências e famílias**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf>>. Acesso: 24 nov. 2016.
- RENOUARD, J. P. **Orar 15 dias com São Vicente de Paulo**. Aparecida: Editora Santuário, 2004.
- REZENDE, A. P. M. De. **A Classe Operária em Pernambuco**: Cooptação e Resistência (1900/1922). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1981.
- RICO, E. M. **A responsabilidade social empresarial e o Estado**: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a09v18n4.pdf>>. Acesso: 22 ago. 2015.
- RODOR, A. A. **Meditações diárias**: encontros com Deus. Tatuí (SP): Casa Publicadora Brasileira, 2014.
- RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Revista Ciência da Informação** (Ci. Inf.). Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.
- ROSSI, L. A. S. **Nos passos de São Vicente de Paulo**. São Paulo: Paulus, 2015.
- SABOURIN, E. **Marcel Mauss**: da dádiva à questão da reciprocidade. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/08.pdf>>. Acesso: 22 ago. 2015.
- SABURIDO, F. Dom. São Vicente de Paulo. In: PUBEN, J.; ARAÚJO, M. V. (orgs.). **Caridade sem fronteiras**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2006. p. 38-40.
- SANTANA, C. J. M. Caridade a si ou ao outro? as práticas católicas como auto-salvação. **Dossiê Religião**. n. 4 – abril 2007/julho 2007.
- SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza**: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. In: 5ª Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5. 2011, São Luís. Anais. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/desiguadd ades_sociais_e_pobreza/pobreza_conceitos_mensuracao_e_enfrentamento_no_brasil.pdf>. Acesso: 22 ago. 2015.
- SANTOS, M. A. N. **Experiências mutualistas na Vila Operária de Camaragibe (1900-1929)**. ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019. Disponível em:

<https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564697293_ARQUIVO_EXPERIENCIASMUTUALISTASNAVILAOPERARIADECAMARAGIBE>.pdf. Acesso: 22 jan. 2020.

SIENNA, E. L. **A dignidade humana em João 10, 10 e na Doutrina Social da Igreja**. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5826/1/418141.pdf>>. Acesso: 22 ago. 2015.

SILVA, C. N. **Igreja Católica, assistência social e caridade**: aproximações e divergências. **Sociologias**, ano 8, nº 15, jan/jun 2006. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a12v8n15.pdf>>. Acesso: 24 out. 2015.

SILVA, C. N.; LANZA, F. **Sociedade de São Vicente de Paulo**: caridade católica aos problemas sociais? Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000100004>. Acesso: 25 out. 2015.

SILVA, M. N. S. **Histórias e memórias da Escola José Collier (1988-1997)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16021>>. Acesso: 29 ago. 2018.

SSVP, Sociedade de São Vicente de Paulo. **Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Superior do Brasil. 1996.

STARK, R. **O crescimento do cristianismo**: um sociólogo reconsidera a história. São Paulo: Paulinas, 2006.

TARSO, P. 2 Timóteo 4: 7-8. **Bíblia Sagrada**. Disponível em: <<https://www.biblegateway.com/passage/?search=2+Tim%C3%B3teo+4%3A7-8&version=ARC>>. Acesso: 10 nov. 2017.

TEIXEIRA, V. A. Pe. **Por uma cultura vocacional vicentina**. Sobre como as dimensões da formação podem ajudara implementar e robustecer a cultura vocacional. Informativo São Vicente. Província Brasileira da Congregação da Missão. Obras completas de São Vicente. Uma conversa com a equipe de tradução. Ano LII. n. 305. out/nov/dez 2018.

TEIXEIRA, V. A. Pe. **São Vicente de Paulo**: inspiração e impulso. Pastoral escolar vicentina 2015 – Província de Curitiba. “O amor é criativo ao infinito!”. Subsídio de estudo para os/as pastoralistas vicentinos/as. Texto 9.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. v. 1.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editorada Unicamp, 2001. 286 páginas.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB. 2009. v. I.

WISNIESWKI, E. Pe. “Alegria de servir” em Vicente de Paulo. In: PUBEN, J.; ARAÚJO, M. V. (orgs.). **Caridade sem fronteiras**. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2004. p. 13-18.

YAZBEK, M. C. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em 1977). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1977.

ZWICK, E. Os utópicos como pioneiros da concepção cooperativista. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 186, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34085/17824>>. Acesso: 14 nov. 2018.

ANEXOS

A) MEMÓRIAS – FOTOS ANTIGAS

Foto 1

Santinho da Missa de Sétimo Dia do engenheiro e administrador-sócio do Complexo Industrial de Camaragibe, Carlos Alberto de Menezes



Fonte: MENDONÇA, L. C. de; LINS, M. Carlos Alberto de Menezes: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015. p. 16.

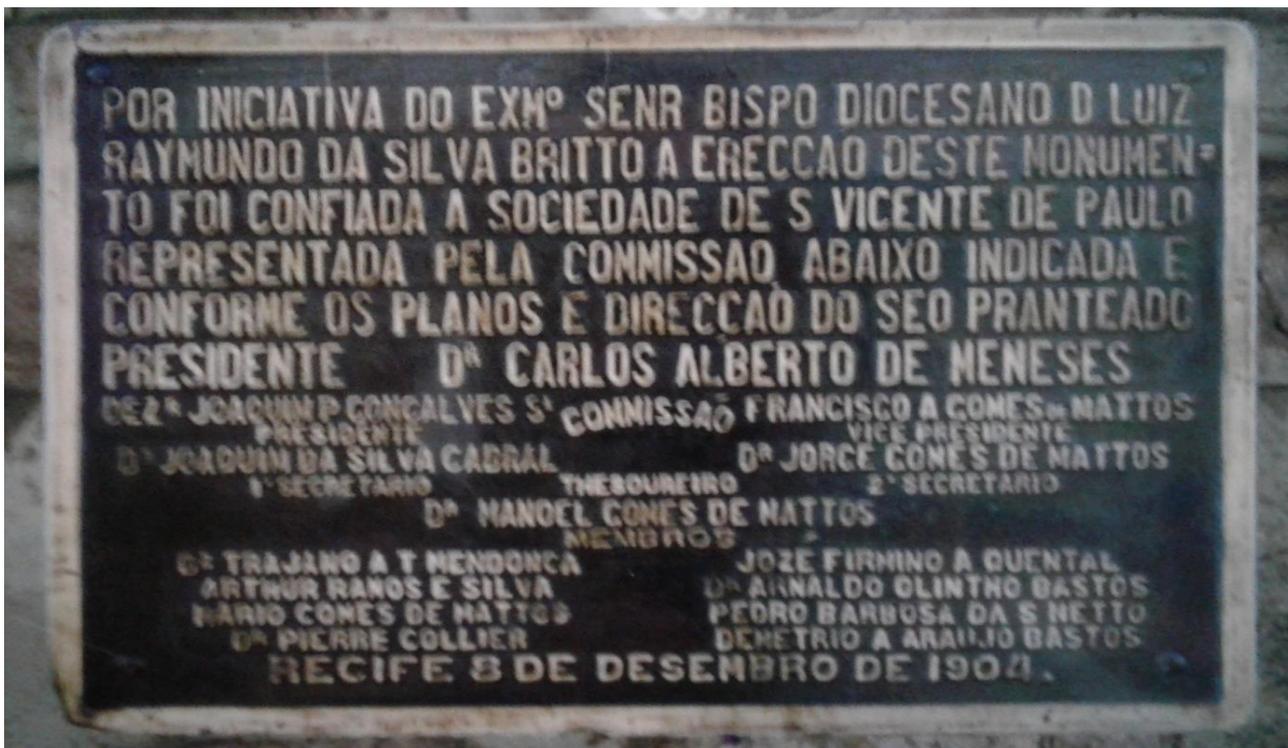
Foto 2
Imagem da Imaculada Conceição de Maria, no Morro da Conceição (Recife)



Fonte: Disponível em <<http://revista.algomas.com/colunistas/5-imagens-do-morro-da-conceicao-antigamente>>. Acesso: 18 nov. 2018.

Foto 3

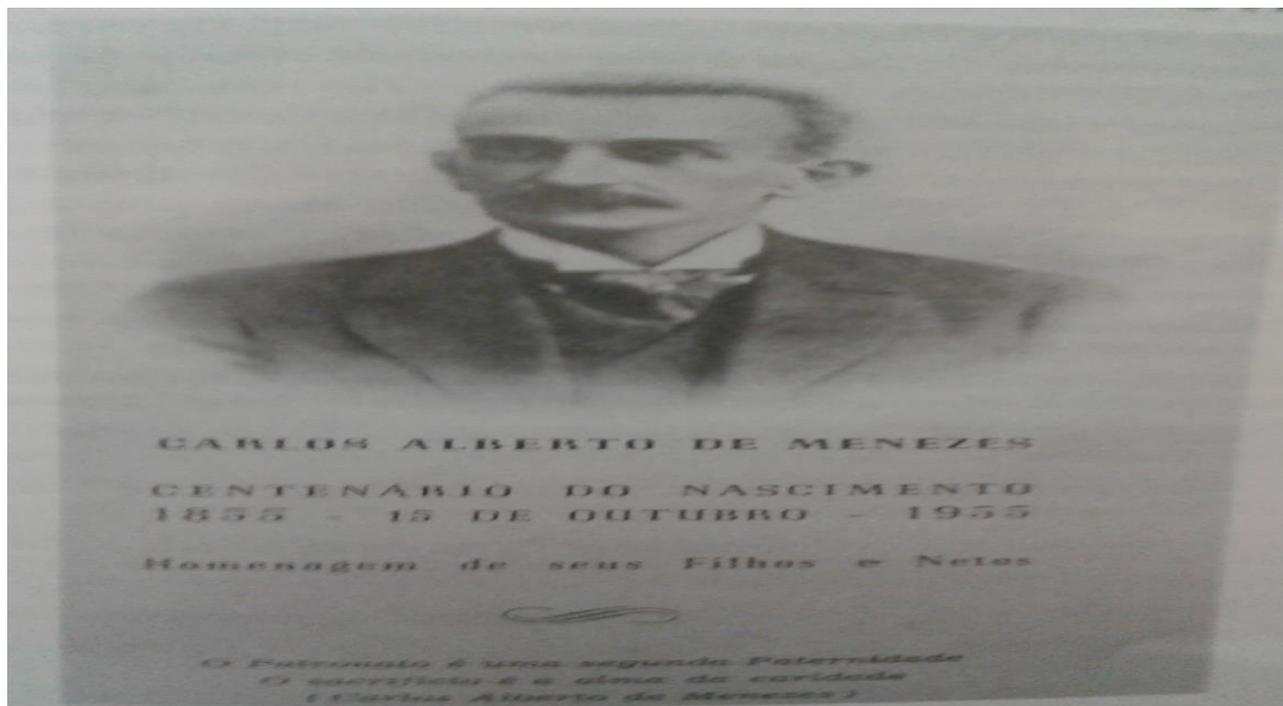
Placa alusiva à inauguração da imagem da Imaculada Conceição de Maria (Recife)



Fonte: MENDONÇA, L. C. de; LINS, M. Carlos Alberto de Menezes: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015. p. 43.

Foto 4

Folder comemorativo do centenário de Carlos Alberto de Menezes



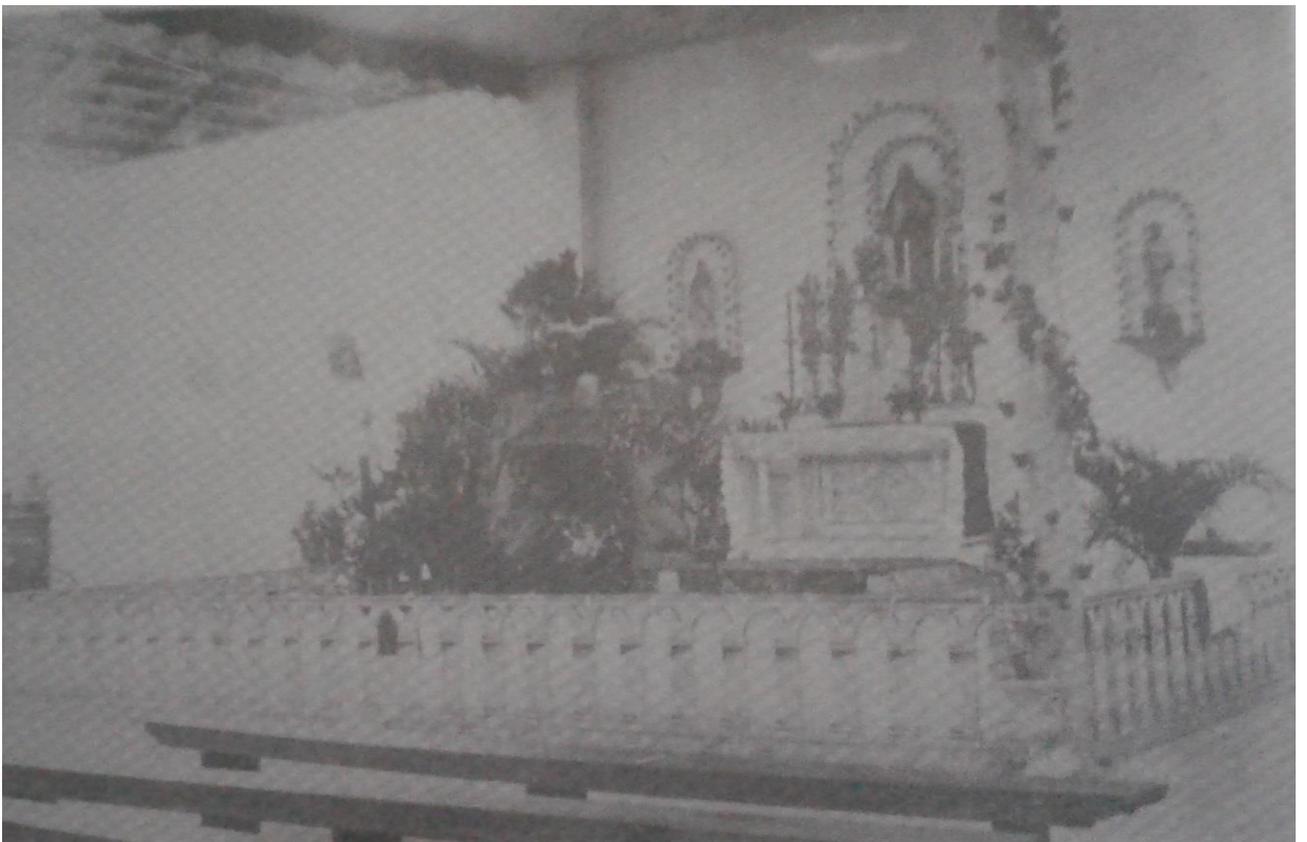
Fonte: MENDONÇA, L. C. de; LINS, M. Carlos Alberto de Menezes: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015. p. 57.

Foto 5
Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 6
Capela existente no interior da Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: MENDONÇA, L. C. de; LINS, M. Carlos Alberto de Menezes: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015. p. 14.

Foto 7
Casa da Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 8
Medalha de São Bento, em mármore, cravada na parede do açude São Bento



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 9
Açude São João (Imagem dos anos 1980, atribuída a Breno Silva)



Fonte: Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=llcenuep1s0>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Foto 10
Edificação onde funcionava a “República de Solteiros”



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 11
Edificação na Vila Operária de Camaragibe



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 12
Casa do Padre Léon Déhon
(fundador da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus)



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 13
Edificação na Vila Operária



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 14
Família de Pierre Collier, genro, amigo e colaborador de Carlos Alberto de Menezes



Fonte: MENDONÇA, L. C. de; LINS, M. Carlos Alberto de Menezes: um empreendedor a serviço de Nossa Senhora da Conceição. Recife: Persona Cultural, 2015. p. 140.

Foto 15

Maria Angélica Collier (neta de Carlos Alberto de Menezes)



Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal> Acesso: 20 jan. 2017.

Foto 16

Registro de emprego da Senhora Maria Angélica Collier

REGISTRO DE EMPREGADOS

Firma: SERVICO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) - PE. Rua MARGUES DO RECIFE, N.º 50
Edif. Limoeiro, 3º andar, Recife - PE. N.º 154

NOME MARIA ANGÉLICA COLLIER

FILIAÇÃO { Pai Pierre Collier
Mãe Maria Adólia de Menezes Collier

CARTEIRAS { Profissional 6693 Série 132
Reservista _____
Estrangeiro _____
Instituto INPS 1952

Sindicato a que pertence Não sindicalizada Matrícula N.º _____

Estado Civil Solteira Grau de Instrução Superior Idade 55 anos

Data do nascimento 05 / 01 / 1918 Nacionalidade Brasileira Naturalidade S.Lourença da Mata-Pe

Lugar onde reside Rua João Ramos, 410 - Graças - Recife Data da admissão 01 / 04 / 1949

Função Diretora Sub-Centro Salário Cr\$ 693,00 Forma de pagamento Mensal

QUANDO ESTRANGEIRO { Data que chegou _____ É naturalizado? _____ E casado com brasileira? _____ Tem filhos brasileiros? _____

Teve empregado antes - sim Não F.G.T.S. - Optante? Sim Em 05 / 09 / 75 Retratção em 01 / 01 / 67

Banco depositário NACIONAL DO NORTE S/A

End. Dantas Barreto, 507 Horário de Trabalho: Das 7,00 às 13,00 horas com o intervalo de _____ horas para refeição e descanso e aos sábados das _____ às _____ horas num total de 30:00 horas semanais. — Beneficiários _____

_____ ASS. DO EMPREGADO _____ Data do Registro 01 / 04 / 1949

Data 01 / 04 / 1949 Dispensado em _____

000831204

Fonte: Disponível em <https://pt-br.facebook.com/pg/Camaragibe-Antigo-1527047634239696/posts/?ref=page_internal>. Acesso: 20 jan. 2017.

B) MEMÓRIAS - FOTOS ATUAIS

Foto 1
O que restou do Açude São João



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 2
O que restou da tubulação do Açude São João



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando).

Foto 3
Escola José Collier (antes voltada à educação de meninas)



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Observação: conforme o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 20), a escola José Collier, “inicialmente foi chamada de Escola das Meninas, em seguida, Escola da Corporação Operária de Camaragibe, de 1900-1904 até 1958; Escola das Irmãs da Sagrada Família, 1958 até 1967; Escola da CIPER, de 1967 até 1987; Escola da Braspérola, 1987; Escola José Collier, 1987 até hoje”.

Foto 4

Edificação “República de Solteiros” onde, hoje, funciona o Centro de Memórias Carlos Alberto de Menezes



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Observação: segundo o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 32), “com a criação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe no final do Século XIX e sua vila operária, uma das primeiras da América Latina, a antiga República dos Solteiros foi construída entre 1895 e 1900 para servir de acomodação para trabalhadores solteiros, servindo de residência aos operários por quase 100 anos”.

Foto 5

Placa localizada na fachada do Centro de Memórias Carlos Alberto de Menezes



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando).

Foto 6
Fachada do “Barracão-Armazém Cooperativa”. Prédio da antiga Cooperativa de Consumo da Companhia Industrial Pernambucana - CIP



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Observação: segundo o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 13), o “Barracão”, como é conhecido até hoje, foi “construído entre o período de 1895 - 1900, o prédio funcionava como Cooperativa de Consumo da fábrica de tecido de Camaragibe, a Companhia Industrial Pernambucana - CIP, sendo administrada pela Corporação dos Operários de Camaragibe. Internamente o prédio era dividido em duas partes comunicáveis entre si: (1) uma parte era reservada para gêneros alimentícios, como a padaria e o açougue; (2) a segunda parte era voltada para comercialização de miudezas, tecidos, material escolar etc.”.

Foto 7
Igreja do Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/paroquiascjcamaragibe/>>. Acesso: 20 fev. 2020.

Observação: Segundo o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 28), “surgindo como Paróquia da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, seu funcionamento teve início numa capela instalada na estrutura fabril da Companhia Industrial Pernambucana - CIP, no ano de 1894. Carlos Alberto de Menezes buscou implementar um modelo social com base no catolicismo, inspirando-se em experiências como a do industrial Léon Harmel cujo projeto desenvolvido na França versava sobre uma “família industrial”. À procura de novas formas de existência frente a um mundo industrial e de um modelo para o Brasil, Menezes trouxe para Camaragibe organizações católicas que tinham o foco na educação popular: Sagrado Coração de Jesus, Salesianos e a Sagrada Família. Os custos eram financiados pela CIP.

Foto 8

Alto do Bairro da Vila da Fábrica (ao fundo, lado esquerdo, restos das edificações da Fábrica de Tecidos de Camaragibe e, no direito, parte da fachada onde hoje funciona o Shopping Camará)



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 9

Fachada da edificação do Clube Peñarol (atual Biblioteca Pública de Camaragibe)



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Observação: o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 28), referindo-se ao Guarany Esporte Clube, afirma que “o seu arquirrival, o Clube Peñarol, foi fundado, a partir de uma dissidência do Guarany, em 1945. A rivalidade entre os clubes fazia com que os atletas, torcedores e simpatizantes de uma agremiação evitassem entrar no clube adversário, chegando ao extremo, muitas vezes, de evitar passar na frente das suas sedes. Contudo, o embate no campo entre os mesmos só viria a acontecer na década de 1980, com direito a briga e confusão no gramado, em dois certames, sendo um empate e uma vitória do Peñarol”.

Foto 10
Antiga edificação do Bairro da Vila da Fábrica (provavelmente início do século XX)



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 11
Cruzamento de ruas no Bairro da Vila da Fábrica – ao fundo o Centro de Memórias
Carlos Alberto de Menezes



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 12

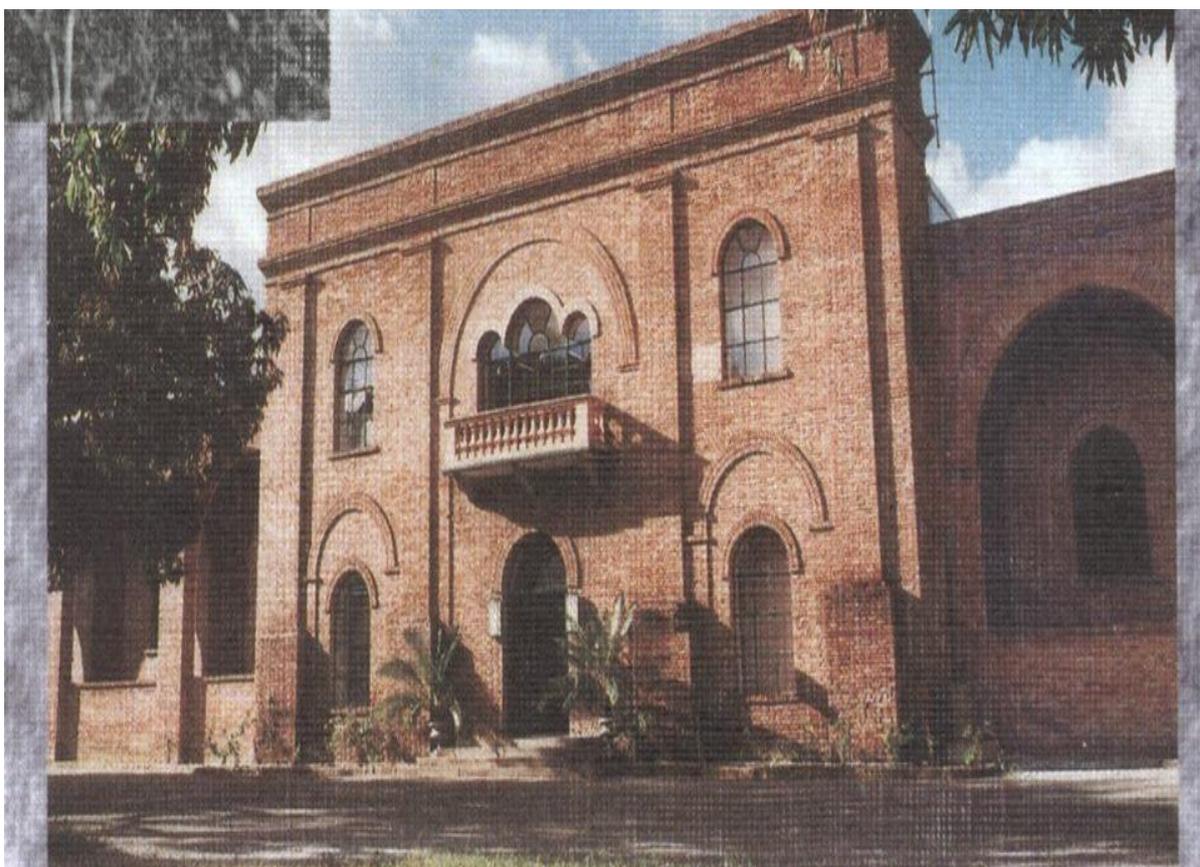
Chaminé que provavelmente pertenceu à Fábrica de Tecidos de Camaragibe ou à Fábrica de Tijolos (ao fundo, edificação do Shopping Camará)



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 13

Entrada principal da Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=430267667170831&set=pcb.430271083837156&type=3&theater>>. Acesso: 10 dez. 2016.

Foto 14
Fachada do que restou da edificação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 15
O que restou das instalações da Fábrica de Tecidos de Camaragibe



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 16

Gruta de Lourdes situada em frente às antigas instalações da Fábrica de Tecidos de Camaragibe (no alto, imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição)



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Observação: segundo o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p. 26), “uma das versões para a história da Gruta de Lourdes em Camaragibe credita a sua instalação como pagamento de uma promessa feita por Menezes à Nossa Senhora de Lourdes pelo livramento de um naufrágio em uma de suas viagens à Europa. Pela graça alcançada, teria encomendado duas imagens réplicas da santa de Lourdes, na França, para serem colocadas num morro alto do Recife, a imagem do Morro da Conceição, e em Camaragibe, construída entre a Fábrica de Tecidos e a Vila Operária.

Foto 17

Parte interna – com altar – da Gruta de Lourdes



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Foto 18
Pedra da Gruta de Lourdes



Fonte: Alexandre de Sá (acervo pessoal do doutorando)

Observação: segundo o Inventário dos Bens Culturais de Camaragibe (2018, p.34), a “pedra trazida da Gruta de Lourdes, na cidade Soubirous, na França, por ordem de Carlos Alberto de Menezes, encontra-se em uma moldura de metal, presa por quatro grandes parafusos de cabeça torneada, com mais de 100 anos. Importante referência para os católicos de Camaragibe desde o surgimento da Gruta no início do século XX”.

Foto 26
Imagem da Imaculada Conceição de Maria (Morro da Conceição, Recife)



Fonte: Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/11/prefeitura-do-recife-cadastra-comercio-informal-para-festa-do-morro.html>>. Acesso: 10 dez. 2017.